



42

# ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DO SALÁRIO AGRÍCOLA NO BRASIL

JOSÉ JORGE GEBARA

Orientador: EDUARDO MATARAZZO SUPPLY

Tese apresentada à Escola de Administração  
de Empresas de São Paulo da Fundação  
Getúlio Vargas, para obtenção do título  
de Doutor.

SÃO PAULO

1982

391.2  
623.2

233.2

# ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DO SALÁRIO AGRÍCOLA NO BRASIL

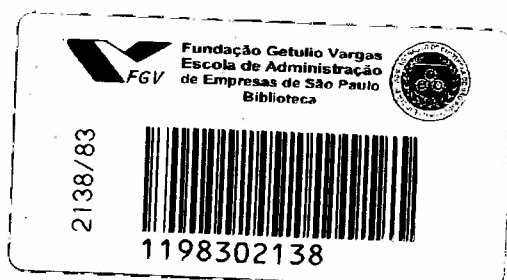
JOSÉ JORGE GEBARA

Orientador: EDUARDO MATARAZZO SUPPLY

Tese apresentada à Escola de Administração  
de Empresas de São Paulo da Fundação  
Getúlio Vargas, para obtenção do título  
de Doutor.

SÃO PAULO

1982



ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DO SALÁRIO  
AGRÍCOLA NO BRASIL

Banca examinadora

Prof. Orientador: \_\_\_\_\_

Prof. \_\_\_\_\_

Prof. \_\_\_\_\_

39

À

Renata

Fernanda

Gustavo

## AGRADECIMENTOS

Queremos externar nossos agradecimentos às seguintes pessoas e instituições:

Ao Professor Eduardo Matarazzo Suplicy, pela orientação e incentivo dados a este trabalho. Igualmente ao Professor José Garcia Gasques pelas discussões e sugestões durante todas as fases deste trabalho, inclusive a partir da idéia inicial.

Ao Acadêmico José Sidnei Gonçalves pela valiosa colaboração na elaboração dos índices, tabelas e gráficos do presente trabalho;

Ao Professor Argemiro Oliveira Sousa, pela cuidadosa revisão do texto original. Igualmente à Professora Marguerit Sader Gebara pela colaboração na revisão final do texto;

Aos colegas do Departamento de Economia Rural da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal pelas observações e comentários;

À Sra. Ercy Homem de Oliveira e ao Sr. Aparecido Luiz Cremones pelo dedicado e cuidadoso serviço de datilografia. Igualmente à Sra. Neusa Maria Lacchi Schmidt pela colaboração no preparo para impressão do trabalho;

À Srta. Maria Orlanda Pinheiro, funcionária do curso de pós-graduação da EAESP/FGV, pela eficiente colaboração na parte administrativa;

Ao PNTE que permitiu, através de bolsa de estudo, a realização do curso. Igualmente ao CNPq que financiou parte da pesquisa.

Resta acrescentar que as pessoas aqui mencionadas nenhuma responsabilidade têm pelos possíveis erros cometidos.

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO  
DA  
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

JOSÉ JORGE GEBARA

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DO SALÁRIO AGRÍCOLA  
NO BRASIL

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação da FAEESP/FGV - Área de concentração: Economia aplicada à Administração, como requisito para obtenção de título de dotor em Administração.

Orientador: Prof.Dr. Eduardo Ma  
tarazzo Suplicy

SÃO PAULO

1982

GEBARA, José Jorge. Análise do Comportamento do Salário Agrícola no Brasil. São Paulo, EAESP/FGV, 1982. 147 p. (tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV, Área de concentração: Economia aplicada à Administração).

Resumo: Analisa o comportamento do salário agrícola no Brasil no decorrer do tempo, procurando compreendê-lo dentro de uma perspectiva de crescimento econômico, sob a luz dos modelos de crescimento existentes na literatura. Analisa o diferencial de salários entre mão-de-obra agrícola e urbana, além de estudar a relação entre produtividade do trabalho e salários agrícolas, procurando considerar os aspectos qualitativos das condições de trabalho na agricultura.

Palavras-Chaves: Salário Agrícola - Salário-Produto - Salário-Real - Salário Deflacionado - Brasil - Produtividade do Trabalho - Crescimento Econômico - Capitalização da Agricultura.

# Í N D I C E

|   | Página |
|---|--------|
| LISTA DAS TABELAS .....                               | i      |
| LISTA DAS FIGURAS .....                               | v      |
| I - INTRODUÇÃO, OBJETIVOS E DADOS .....               | 1      |
| 1. Introdução .....                                   | 1      |
| 2. Objetivos .....                                    | 3      |
| 2.1. Objetivo Geral .....                             | 3      |
| 2.2. Objetivos Específicos .....                      | 4      |
| 2.3. Os Dados .....                                   | 4      |
| II - SALÁRIOS NOS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO .....    | 6      |
| III- CARCTERÍSTICAS DA AGRICULTURA BRASILEIRA .....   | 14     |
| IV - AS TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS NA AGRICULTURA ... | 19     |
| V - MERCADO DE TRABALHO .....                         | 27     |
| 1. Considerações Gerais .....                         | 27     |
| 2. O Mercado de Trabalho Agrícola .....               | 28     |
| 3. Algumas Evidências .....                           | 32     |
| VI - ALGUMAS QUALIFICAÇÕES TEÓRICAS .....             | 47     |
| VII - DISCUSSÃO E ALGUNS RESULTADOS .....             | 60     |
| VIII- CONDIÇÕES DE TRABALHO NA AGRICULTURA .....      | 112    |
| IX - CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                       | 120    |
| X - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E CITADA .....            | 129    |
| APÊNDICE A .....                                      | 137    |
| APÊNDICE B .....                                      | 139    |



## LISTA DAS TABELAS

|  | Página |
|--|--------|
| TABELA 1 - Crescimento da Produção Agrícola Brasileira, 1960, 1975.....  | 20     |
| TABELA 2 - População Economicamente Ativa Total e População Economicamente Ativa na Agricultura para o Brasil .....                        | 21     |
| TABELA 3 - População Total; População Rural, População Urbana, Porcentagem no Setor Urbano, Porcentagem no Setor Rural para o Brasil ..... | 22     |
| TABELA 4 - Porcentagem da Renda do Setor Primário/Renda Interna - Brasil.....  | 22     |
| TABELA 5 - Porcentagem do Valor da Produção Agrícola/PIB - Brasil.....   | 23     |
| TABELA 6 - Salários Monetários Rurais e Urbanos no Estado de São Paulo.....  | 31     |
| TABELA 7 - Porcentagem da População Rural Sobre População Total.....   | 33     |
| TABELA 8 - População Urbana, Rural e População Rural/População Urbana - São Paulo.....   | 34     |
| TABELA 9 - Pessoal Ocupado na Agricultura e Respektivas Porcentagens Sobre o Total do Brasil, Segundo as Grandes Regiões.....              | 35     |
| TABELA 10 - Pessoal Ocupado na Agricultura em São Paulo e no Brasil. Porcentagem de São Paulo em Relação ao Brasil.....                    | 36     |
| TABELA 11 - Pessoal Ocupado na Agricultura, Brasil, 50/75 .....  | 37     |

|  |    |
|--|----|
| TABELA 12 - Pessoal Ocupado na Agricultura, Estado de São Paulo, 1950/75.....  | 39 |
| TABELA 13 - Participação Percentual das Diversas Categorias da População Trabalhadora Residente em Imóveis Agrícolas, por DIRA, Estado de São Paulo, abril de 1978.....  | 43 |
| TABELA 14 - Estimativa do Total de Trabalhadores Residentes nos Imóveis, por Divisão Regional Agrícola, Estado de São Paulo, Biênios 1971/72, 1975/76 e 1979/80....  | 44 |
| TABELA 15 - Estimativa do Total de Trabalhadores Agrícolas Residentes, por Categoria, Estado de São Paulo, Biênios 1971/72, 1975/76 e 1979/80.....   | 46 |
| TABELA 16 - Salários Nominais e Índices de Salários Reais (base:1977 = 100) de Diaristas na Agricultura e Serventes na Construção Civil - Brasil, 1969/79.....   | 61 |
| TABELA 17 - Índices de Salários Rurais: Índice de Salário Deflacionado, Índice de Salário Produto; Índice de Salário Real, para Diaristas (trabalhador eventual), Trabalhadores Permanentes (mensalista), Tratoristas e Administradores Agrícolas - Brasil, 1966/1980, Base: 1977 = 100..... | 65 |
| TABELA 18 - Índices de Produção Agrícola, Emprego Agrícola, Produtividade do Trabalho, Salário-Produto para Diaristas, Permanentes, Tratoristas e Administradores - Brasil - 1966/1980, Base: 1966 = 100..   | 72 |

|  |    |
|--|----|
| TABELA 19 - Salários Nominais Rurais e Urbanos (Cr\$/dia) e Relações Entre Esses Salários Para Diaristas Categorias de Empregados - Brasil, 1969/79...   | 79 |
| TABELA 20 - Salário Mínimo Nominal Para São Paulo e Evolução dos Índices de Salário Mínimo Nominal e Deflacionado (Base: 1977 = 100).....  | 83 |
| TABELA 21 - Evolução das Relações Entre Salários Urbanos e Rurais Diários (Cr\$/dia) e do Índice de Relação de Trocas Entre Agricultura e Indústria - Brasil, 1969/79.....   | 86 |
| TABELA 22 - Salários Nominais e Índices de Salários Reais (Base: 1977 = 100) de Diaristas na Agricultura e Serventes na Construção Civil - São Paulo, 1969/79.....   | 90 |
| TABELA 23 - Índices de Salários Rurais: Índice de Salário Deflacionado; Índice de Salário Produto; Índice de Salário Real, para Diaristas Residentes, Volantes e Tratoristas - São Paulo - 1948/1980, Base: 1977 = 100 ..... | 93 |
| TABELA 24 - Índice de Produção Agrícola, Emprego Agrícola, Produtividade do Trabalho, Salário Produto para Diaristas Residentes, Volantes e Tratoristas no Estado de São Paulo, 1948/1980, Base: 1948 = 100 .....            | 98 |

|  |     |
|--|-----|
| TABELA 25 - Índices de Produção Agrícola, Emprego Agrícola, Produtividade do Trabalho, Relação Área/Homem e Salário Produto - Produtos Exportáveis no Estado de São Paulo, 1948/1980, Base: 1948 = 100 ..... | 101 |
| TBALEA 26 - Índices de Produção Agrícola, Emprego Agrícola, Produtividade do Trabalho, Relação Área/Homem e Salário Produto - Produtos Domésticos no Estado de São Paulo, 1948/1980, Base: 1948 = 100.....   | 102 |
| TABELA 27 - Salários Nominais Rurais e Urbanos (Cr\$/dia) e Relações Entre Esses Salários Para Distintas Categorias de Empregados - São Paulo, 1969/1979.....  | 104 |
| TABELA 28 - Evolução das Relações Entre Salários Urbanos e Rurais Diários (Cr\$/dia) e do Índice de Relação de Trocas Entre Agricultura e Indústria - São Paulo - 1969/79.....                               | 108 |

## LISTA DAS FIGURAS

|  | Página |
|--|--------|
| FIGURA 1 - Evolução dos Índices de Salário Real do Diarista na Agricultura e Servente na Construção Civil - Brasil.....                                  | 62     |
| FIGURA 2 - Evolução dos Índices de Salários de Trabalhadores Diaristas - Brasil.....   | 66     |
| FIGURA 3 - Evolução dos Índices de Salários de Trabalhadores Permanentes - Brasil .....  | 67     |
| FIGURA 4 - Evolução dos Índices de Salários de Tratoristas - Brasil .....  | 68     |
| FIGURA 5 - Evolução dos Índices de Salários de Administradores Agrícolas - Brasil.....   | 69     |
| FIGURA 6 - Evolução dos Índices de Produtividade do Trabalho e de Salário Produto para Trabalhadores Diaristas - Brasil.....                             | 73     |
| FIGURA 7 - Evolução dos Índices de Produtividade do Trabalho e de Salário Produto Para Trabalhadores Permanentes - Brasil.....                           | 74     |
| FIGURA 8 - Evolução dos Índices de Produtividade do Trabalho e de Salário Produto para Tratoristas - Brasil.....   | 75     |
| FIGURA 9 - Evolução dos Índices de Produtividade do Trabalho e de Salário Produto Para Administradores - Brasil.....                                     | 76     |
| FIGURA 10 - Evolução dos Índices das Relações de Salários Nominais entre Serventes/Diaristas, Serventes/Residentes e Serventes/Tratoristas - Brasil..... | 80     |

|   |    |
|---|----|
| FIGURA 11 - Evolução dos Índices das Relações de Salários Nominais entre Pedreiros/Di <sup>ar</sup> istas, Pedreiros/Residentes e Pedreiros/Tratoristas - Brasil.....               | 81 |
| FIGURA 12 - Evolução do Índice de Salário Mínimo Deflacionado.....  | 84 |
| FIGURA 13 - Evolução dos Índices das Relações de Salários Nominais entre Serventes/Di <sup>ar</sup> istas, Serventes/Residentes e da Relação de Trocas da Agricultura - Brasil..... | 87 |
| FIGURA 14 - Evolução dos Índices das Relações de Salários Nominais entre Pedreiros/Di <sup>ar</sup> istas, Pedreiros/Residentes e Relação de Trocas da Agricultura - Brasil.....    | 88 |
| FIGURA 15 - Evolução dos Índices de Salário Real do Diarista na Agricultura e Servente na Construção Civil - São Paulo.....   | 91 |
| FIGURA 16 - Evolução dos Índices de Salários de Trabalhadores Diaristas Residentes - São Paulo .....  | 94 |
| FIGURA 17 - Evolução dos Índices de Salários de Trabalhadores Volantes - São Paulo.....   | 95 |
| FIGURA 18 - Evolução dos Índices de Salários de Tratoristas - São Paulo.....  | 96 |
| FIGURA 19 - Evolução dos Índices da Produtividade do Trabalho e de Salário Produto para Diaristas Residentes, Volantes e Tratoristas - São Paulo.....                               | 99 |

|   |     |
|---|-----|
| FIGURA 20 - Evolução dos Índices das Relações de Salá<br>rios Nominais de Serventes/Diaristas Resi<br>dentes, Serventes/Volantes e Serventes/<br>Tratoristas - São Paulo.....         | 105 |
| FIGURA 21 - Evolução dos Índices das Relações de Salá<br>rios Nominais entre Pedreiros/Diaristas<br>Residentes, Pedreiros/Volantes e Pedrei-<br>ros/Tratoristas - São Paulo.....      | 106 |
| FIGURA 22 - Evolução dos Índices das Relações de Salá<br>rios Nominais entre Serventes/Diaristas ,<br>Serventes/Residente e da Relação de Tro<br>cas da Agricultura - São Paulo.....  | 109 |
| FIGURA 23 - Evolução dos Índices das Relações de Salá<br>rios Nominais entre Pedreiros/Diaristas ,<br>Pedreiros/Residentes e da Relação de Tro<br>cas da Agricultura - São Paulo..... | 110 |

## I - INTRODUÇÃO, OBJETIVOS E DADOS

### 1. Introdução

Atualmente a agricultura brasileira passou a ser o setor da economia que tem sido objeto de grande preocupação por parte dos órgãos governamentais que ditam as políticas agrícolas, bem como tem recebido atenção por parte de estudiosos preocupados com a análise do comportamento da agricultura. Essa preocupação com o setor primário da economia deve-se principalmente à atual conjuntura da economia brasileira caracterizada por déficits no balanço de pagamentos e elevadas taxas de inflação interna.

Esses dois tipos de problemas estão diretamente afetos ao desempenho do setor agrícola que, teoricamente, tem, entre outras funções, as de contribuir na formação da receita de exportações e fornecer aos outros setores da economia excedentes de alimentos a preços reais constantes ou decrescentes.

Quanto à contribuição da agricultura para a formação da receita de exportações, nota-se pelos dados disponíveis <sup>1/</sup> que, em termos percentuais, apresenta uma participação bastante significativa, embora tenha declinado ao longo do tem

---

<sup>1/</sup> Ver MENDONÇA DE BARROS & GRAHAN (1978).



po. Segundo cálculos de ZOCKUM (1976), no período de 1968 a 1975 a contribuição total em percentagem do setor primário na receita de exportação passou de 93% para 73% respectivamente.

Com relação ao abastecimento de alimentos básicos a preços reais constantes ou decrescentes para outros setores da economia, os dados existentes indicam que nos últimos anos isso não vem ocorrendo, pois a relação entre preços de alimentos básicos e o índice geral de preços tem sido crescente, sugerindo uma possível pressão dos preços de alimentos sobre a taxa interna de inflação expressa pela variação do índice de preços <sup>1/</sup>.

Outro indicador que mostra o comportamento dos preços dos produtos básicos de alimentação é a relação entre os preços recebidos pelos agricultores e os preços de produtos industriais. Essa relação de preços <sup>2/</sup> manteve-se relativamente constante durante aproximadamente 20 anos, passando, a partir do ano de 1970, a apresentar tendência fortemente crescente, indicando um aumento relativo nos preços de alimentos produzidos pela agricultura, sem que isso necessariamente implique numa situação privilegiada para esse setor no Brasil. Essa relação de preços favorável à agricultura, muitas vezes, é motivada por fortes crises na oferta de produtos agrícolas, que são consequência de políticas discriminatórias à agricultura, tais como, impostos e quotas de exportação, taxas de câmbio sobrevalorizadas, altas tarifas protecionistas sobre importação de artigos industriais, controle e tabelamento de preços. Políticas desse tipo visam a retirar do setor agrícola seu excedente, visto que os articuladores da política econômica compreendem que os excedentes agrícolas têm importante papel a desempenhar no processo de crescimento <sup>3/</sup>.

Estas duas funções da agricultura no crescimento econômico têm sido relativamente bem estudadas na literatura recente. Neste trabalho procurar-se-á não perder de vista estas e outras funções atribuídas à agricultura no processo de crescimento <sup>4/</sup>. Porém, a preocupação básica deste estudo é es

---

<sup>1/</sup> Ver MENDONÇA DE BARROS & GRAHAN (1978).

<sup>2/</sup> Essa relação é mostrada em HOMEM DE MELO (1977), para o período de 1949 a 1975.

<sup>3/</sup> Ver RESENDE LOPES & SCHUH (1979).

<sup>4/</sup> Ver JOHNSTON & MELLOR (1961).

pecificamente com outra função atribuída à agricultura, qual seja, ser ela fonte supridora de excedente de mão-de-obra para o setor não agrícola da economia. Neste particular pretende-se analisar o comportamento dos salários agrícolas ao longo de um dado período do desenvolvimento do setor agrícola. A este respeito procurar-se-á considerar os fatores de natureza institucional e os relacionados ao próprio funcionamento do mercado de trabalho. No primeiro conjunto de fatores serão considerados os possíveis efeitos derivados da introdução da legislação trabalhista na agricultura, bem como a possível redução do poder de barganha dos assalariados urbanos a partir de meados da década dos 60<sup>1/</sup>, pois isso possivelmente tenha influenciado no comportamento do diferencial de salários urbano-rurais devido à interação entre os mercados de trabalho. No segundo conjunto de fatores serão considerados os efeitos sobre o comportamento dos salários, decorrentes de fatores tais como a melhoria nas relações de trocas entre o Brasil e outros países, além de imperfeições presentes nos mercados de trabalho urbano e rural, entre as quais poderiam ser citadas a baixa qualificação da força de trabalho rural que se desloca para o setor urbano-industrial e distorções nos preços relativos de capital e trabalho devidas ao estímulo ao uso de capital.

## 2. Objetivos

### 2.1. Objetivo Geral

O objetivo geral do presente trabalho é analisar o comportamento dos salários agrícolas no Brasil no decorrer do tempo, procurando compreendê-lo dentro de uma perspectiva de crescimento econômico. O processo de crescimento econômico depende, entre outros fatores, do comportamento dos salários, cujo nível é um dos condicionantes da taxa de crescimento de uma economia, dada uma tecnologia, segundo os modelos de crescimento existentes na literatura. Assim sendo, procurar-se-á, no presente trabalho, analisar o comportamento dos salários agrícolas tendo em vista o processo de transformação da agricultura.

---

<sup>1/</sup> Ver BACHA (1978).

## 2.2. Objetivos Específicos

Relacionam-se a seguir alguns objetivos específicos do presente trabalho cuja análise permitirá atender ao objetivo geral deste estudo. Assim os objetivos específicos são:

a) Estudar o comportamento dos salários agrícolas ao longo do tempo;

b) Analisar o diferencial de salários entre a mão-de-obra agrícola e urbana, procurando-se para isso identificar categorias de mão-de-obra com qualificação semelhante;

c) Estudar a relação entre produtividade e salários agrícolas, procurando verificar a relação entre os padrões de produtividade e salários na agricultura.

## 2.3. Os Dados

O presente estudo será feito a dois níveis de agregação: ao nível do Brasil, onde o período básico será de 1966 a 1980; ao nível do Estado de São Paulo, onde o período será de 1948 a 1980.

Os dados de salários agrícolas para o Brasil serão obtidos, basicamente, de fontes da Fundação Getúlio Vargas/FGV Conjuntura Econômica e Retrospectiva da Agropecuária.

Os dados de mão-de-obra da Construção Civil serão obtidos dos Anuários Estatísticos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

Para o Estado de São Paulo, os dados de salários agrícolas e emprego serão obtidos do Instituto de Economia Agrícola - I.E.A. - Prognósticos, Informações Econômicas e do Banco de Dados dessa Instituição.

Quando houver oportunidade, os salários serão deflacionados por três deflatores que proporcionarão três conceitos diferentes de salários <sup>1/</sup>, a saber: "salário produto" que resulta da divisão do salário monetário pelo índice de preços

---

<sup>1/</sup> Ver BACHA (1979).

recebidos pelos produtores. Este é um conceito de custo e segundo BACHA (1979) relaciona-se com a demanda de mão-de-obra por parte da agricultura capitalista; "salário deflacionado" que resulta da divisão do salário monetário pelo índice geral de preços, sendo assim um conceito de poder aquisitivo. Indica o poder de compra do salário rural sobre a cesta de bens que fazem parte do PIB; "salário real" que resulta da divisão do salário monetário pelo índice de custo da alimentação no Rio de Janeiro, funcionando dessa forma como uma "proxy" da capacidade de compra de alimentos, que são produzidos no próprio setor agrícola (principalmente no subsector produtor de bens do mésticos).

Os dados, para São Paulo referentes a área, produção e emprego, necessários para o cálculo dos índices de área, produção, emprego, produtividade do trabalho e relação área/homem, são do Banco de Dados do I.E.A. e se considerou apenas os 17 principais produtos vegetais.

## II - SALÁRIOS NOS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO

Como o objetivo principal do presente trabalho é analisar o comportamento dos salários agrícolas numa situação de crescimento econômico, procura-se nesta seção mostrar como funcionam alguns modelos de crescimento e a forma como a agricultura é por eles considerada sob a perspectiva da interação desta com outros setores da economia, dando-se ênfase ao comportamento dos salários.

Passa-se agora a fazer-se uma breve síntese dos principais modelos de crescimento, procurando-se destacar particularmente o que cada modelo espera da agricultura e especificamente o que se postula nesses modelos a respeito do comportamento dos salários.

Para a apresentação da síntese dos modelos de crescimento, segue-se a ordem cronológica de seu aparecimento na literatura: modelo de LEWIS (1954); modelo de RANIS & FEI (1961); modelo de NICHOLLS (1963).

Estes modelos, com diferentes graus de intensidade, procuraram destacar o papel da agricultura no crescimento econômico. O primeiro deles, o modelo de LEWIS (1954), embora tenha representado um importante ponto de partida no sentido de formalizar como poderia ser considerada a agricultura na análise

se de uma economia em crescimento, enfatizou principalmente o setor considerado avançado da economia. Para seu autor as funções básicas da agricultura consistiam em fornecer, para o setor industrial, alimentos a preços constantes e também suprir o mercado de trabalho do setor industrial com uma oferta ilimitada de trabalho. Essa oferta ilimitada de trabalho é condicionada, segundo LEWIS (1954), por uma população tão numerosa com relação à disponibilidade de capital e recursos naturais, que para o setor agrícola a produtividade marginal do trabalho é ínfima, nula ou até mesmo negativa. Essa característica da oferta de trabalho é a principal hipótese do modelo de LEWIS.

Nesse modelo, para o caso de uma economia em que a maioria da população é formada por camponeses que trabalham sua própria terra, o salário agrícola é determinado pelo produto médio do trabalho nesse setor. Dessa forma o setor industrial, para suprir seu mercado de trabalho, tem de pagar um salário que deve ser pelo menos igual ao produto médio do trabalho na agricultura. Lembrando a hipótese da existência de uma oferta ilimitada de mão-de-obra, o setor industrial, dada uma tecnologia, pode obter seu suprimento de força de trabalho a salários reais constantes (expressos em termos de bens agrícolas), pois o produto agrícola não diminui com a retirada de trabalhadores para a indústria, uma vez que estes apresentam na agricultura uma produtividade marginal próxima de zero. Esse fato asseguraria a expansão da taxa de crescimento da indústria, pois a relação entre os preços de bens industriais e bens agrícolas não se alteraria em favor da agricultura, visto que não havendo queda na produção de bens agrícolas, com a transferência da mão-de-obra, seus preços não aumentam. Isso mostra, então, a agricultura dando sua contribuição não apenas como fornecedora de mão-de-obra mas também no suprimento de alimentos básicos, a preços reais constantes, para a força de trabalho que se desloca para a indústria.

LEWIS (1954), em seu modelo, não supôs que os salários agrícolas e industriais sejam exatamente iguais. Pode haver um diferencial de salários entre setores de 30% ou mais que seria devido a fatores tais como: diferenças no custo de vida, custos de transferência para o setor capitalista e o poder de barganha dos sindicatos trabalhistas.

O modelo de LEWIS (1954) passa a funcionar conside



rando a economia aberta quando o autor, analisando a provável escassez de mão-de-obra na agricultura e a deterioração das relações de troca para a indústria, sugere que este setor vá obter sua força de trabalho importando mão-de-obra de outros países. Essa deterioração nos termos de trocas, neste modelo, é devida ao autor não considerar a introdução de capital na agricultura e conseqüentemente desprezar a introdução de melhoria tecnológica nesse setor, o que acaba conduzindo a um ponto de estrangulamento no crescimento econômico.

O modelo de RANIS & FEI (1961) apresenta-se melhor elaborado que o anterior, pois estes autores concebiam, em seu modelo, uma agricultura bastante dinâmica no processo de crescimento econômico. Em consequência disto, enquanto LEWIS (1954) considerou apenas duas funções básicas para a agricultura, o modelo de RANIS & FEI (1961) considera adicionalmente as contribuições da agricultura como um mercado potencial de bens produzidos na indústria, além de ter a agricultura, numa fase adiantada do processo de crescimento, a capacidade de gerar poupança que pode ser investida em outros setores da economia. Sendo a agricultura um mercado potencial para os bens industriais, significando isso um alargamento do mercado interno, o setor industrial pode aplicar parte de seus excedentes, sob a forma de bens de capital, no setor agrícola, elevando a produtividade deste e mantendo uma oferta de trabalho para a indústria a salários reais constantes. Essa é uma das diferenças básicas com relação ao modelo de LEWIS (1954), que considera o excedente industrial alocado no próprio setor, elevando assim o estoque de capital deste, ou então parte do excedente gerado se transferiria para o exterior.

A alocação de parte do excedente industrial no setor agrícola aumenta a produtividade do trabalho nesse setor, permitindo um fluxo de mão-de-obra da agricultura para a indústria sem que o produto agrícola decresça, evitando assim, para garantir um crescimento da economia a salários reais constantes, a importação de mão-de-obra de outros países, como sugeriu LEWIS (1954). A possibilidade de se introduzir tecnologia na agricultura, conforme sugerido por RANIS & FEI (1961), garante o fornecimento de mão-de-obra e alimentos para a indústria a preços reais constantes, adiando-se sistematicamente o eventual ponto de estrangulamento do crescimento econômico que

seria ocasionado pela elevação dos preços reais da mão-de-obra e dos alimentos, caso a tecnologia na agricultura não se alterasse quando a saída de mão-de-obra desse setor passasse a afetar o produto agrícola.

Quanto ao comportamento dos salários, este modelo basicamente não foge ao que foi postulado por LEWIS (1954), ou seja, estes devem permanecer constantes durante o processo de crescimento econômico e são determinados institucionalmente com base no produto médio na agricultura, que estabelece o nível mínimo de remuneração da força de trabalho empregada na agricultura e indústria. Porém o modelo de RANIS & FEI (1961) apresenta uma diferença significativa com relação ao modelo de LEWIS (1954), no tocante à determinação dos salários agrícolas numa fase mais adiantada do processo de crescimento econômico. Na fase inicial do processo de crescimento, quando a produtividade marginal da mão-de-obra se apresenta menor que o produto médio, o salário é determinado institucionalmente, cujo nível mínimo é dado pela magnitude do produto médio na agricultura. Numa fase mais avançada do processo de crescimento econômico, quando a agricultura perde sua importância relativa no emprego total e é bastante dependente do setor industrial, em termos de insumos, tecnologia e capital, os salários agrícolas passam a ser determinados pelo mercado de trabalho, pois a produtividade marginal da mão-de-obra agrícola apresenta-se maior do que o salário institucional.

Ainda procurando enfatizar as diferenças entre modelos de crescimento, JORGENSEN (1970) preocupou-se basicamente em mostrar as principais diferenças entre os chamados modelos clássico e neoclássico. Esse autor, em linhas gerais, considerou o modelo de LEWIS (1954) com uma abordagem dentro da tradição clássica e o modelo de RANIS & FEI (1961) aproximando-se da linha de pensamento neoclássico. Segundo ele, as diferenças principais entre essas duas abordagens situam-se no nível de tecnologia e na oferta de trabalho. Na abordagem clássica admite-se haver trabalhadores na agricultura com produtividade marginal zero ou próxima de zero, enquanto que na abordagem neoclássica assume-se que a produtividade marginal da mão-de-obra na agricultura é sempre positiva<sup>1/</sup>. Quanto à ofer

---

1/ JORGENSEN (1966) alerta para o fato de que embora em alguns períodos do ano possa haver excedente de trabalho na agricultura, em outros períodos, como nas colheitas, esse excedente desaparece.



ta de trabalho, a primeira abordagem admite uma quantidade ilimitada de trabalho a um salário constante determinado institucionalmente pelo produto médio do trabalho. Por seu turno, na abordagem neoclássica, pelo fato de que o trabalho tem produtividade positiva, o salário é determinado no mercado de trabalho, segundo o comportamento das condições de demanda e oferta.

Uma análise do modelo de NICHOLLS (1963) nos mostra que os salários agrícolas, para esse autor, são determinados pelo produto médio máximo numa fase inicial do processo de crescimento. Com o crescimento econômico e o aumento populacional, os salários agrícolas passam a ser determinados pelo produto médio ou pelo produto marginal, dependendo do sistema de posse da terra vigente. Sendo a terra abundante e livre, os salários agrícolas são determinados pelo produto médio do trabalho, pois os trabalhadores operam em suas próprias terras. No caso de haver controle sobre a posse da terra, onde existem proprietários e não proprietários, os salários agrícolas passam a ser determinados pelo produto marginal do trabalho.

Pelo que se pode deduzir do modelo de NICHOLLS (1963), o comportamento do salário agrícola pode permanecer constante desde que o excedente agrícola (fator indispensável para o crescimento econômico), definido pela diferença entre o produto médio e o salário de subsistência, seja reinvestido no próprio setor agrícola ou fora dele em atividades que permitam manter constante o nível de produtividade do trabalho na agricultura.

Além da análise dos modelos de crescimento nas partes em que estes estudam o comportamento dos salários agrícolas no decorrer do processo de crescimento, adicionalmente apresentam-se algumas formas de determinação de salários na agricultura conforme o que foi proposto por FURTADO (1975), e ROBINSON & EATWELL (1978).

Para FURTADO (1975) os salários agrícolas tendem a permanecer baixos, pois a força de trabalho disponível deve optar entre prestar seus serviços à grande empresa rural ou trabalhar por conta própria nas roças individuais em terras de baixa produtividade.

Para estudar o baixo salário agrícola, FURTADO considera, inicialmente, o caso de um minifundista cuja renda é

quase sempre tão baixa quanto aos mais baixos salários agrícolas. Diz ele que o minifundista desperdiça grande parte de sua força de trabalho disponível, ou seja, os membros do minifúndio trabalham aquém de suas reais possibilidades, dada a exigüidade de suas terras. Há um desperdício de mão-de-obra. Dessa forma o minifúndio dificilmente pode evoluir tecnicamente, pois sua relação homem-terra não comporta tecnificação. Adianta o autor que se amplie a quantidade de terra do minifúndio. O minifundista, como opção, pode tentar aumentar a produtividade da força de trabalho disponível que se encontra subutilizada e criar um animal de trabalho, assim o minifundista valoriza seu próprio trabalho. O autor continua o raciocínio supondo que essa valorização do trabalho no minifúndio possa vir a repercutir no preço de oferta de mão-de-obra rural, forçando a empresa rural a capitalizar-se para aumentar a produtividade de tal modo a acompanhar a alta dos salários. Dessa forma, fica caracterizado no modelo de FURTADO (1975) que para esse autor o salário agrícola é determinado pelo produto médio do trabalhador que possui sua própria terra <sup>1/</sup>. Esse tipo de determinação do salário, para o autor, só pode ocorrer quando existe um significativo número da população rural podendo trabalhar por conta própria numa situação bem mais favorável do que se encontra atualmente nos minifúndios e terras marginais da fronteira móvel.

Esse modelo de mercado de trabalho elaborado por FURTADO (1975) é muito semelhante a um dos sugeridos por ROBINSON & EATWELL (1978), onde esses autores consideram as propriedades agrícolas divididas entre pobres e ricos de diferentes tamanhos, com níveis diferentes de fertilidade do solo e com o mesmo número de trabalhadores por propriedade. Da mesma forma que no modelo de FURTADO (1975), esses autores supõem que o salário agrícola é determinado pelo produto médio do trabalho nas propriedades pobres. Esse salário nessas propriedades é determinado sob a condição de que o número de trabalhadores aí empregados está produzindo o máximo de produto agrícola, implicando conseqüentemente que a produtividade marginal do trabalho, nesse ponto, é nula. Para contratar mão-de-obra, a pro

---

<sup>1/</sup> Ver REZENDE (1980).

priedade rica deve pagar um salário pelo menos igual ao produto médio nas propriedades pobres. ROBINSON & EATWELL (1978) admitem que as propriedades ricas, procurando maximizar seus lucros, igualam o salário ao produto marginal do trabalho nessas propriedades, determinando assim o contingente de trabalhadores a ser empregado e maximizando dessa forma o excedente a ser obtido pelo emprego de trabalho.

Esses autores consideram uma outra situação em que a quantidade de terra disponível é ilimitada e em que as propriedades agrícolas procuram combinar quantidades de terra e de trabalho, de tal forma, que cada trabalhador empregado obtenha um salário em termos de produto que corresponda ao produto médio máximo do trabalho. Essa situação vigorará enquanto houver abundância de terras. À medida que a terra passa a ser um recurso escasso devido ao crescimento populacional ou seu acesso passa a ser restringido por fatores institucionais, não mais será possível encontrar combinações entre terra e trabalho de modo a obter-se o máximo produto médio do trabalho. Nesta situação de escassez de terra o salário agrícola não mais será determinado pelo produto médio máximo do trabalho, mas sim a um nível aquém desse máximo.

Uma outra situação considerada por ROBINSON & EATWELL (1978) é o caso de um mercado livre onde os proprietários rurais contratam trabalhadores. Nessa situação os salários agrícolas são determinados pelas forças de mercado, onde a concorrência entre empregadores por mão-de-obra e entre empregados por emprego leva, segundo esses autores, a que o salário se iguale ao produto marginal do trabalho.

Uma preocupação comum nos trabalhos de NICHOLLS (1963), de FURTADO (1975) e ROBINSON & EATWELL (1978) foi o destaque dado por esses autores à importância das relações sociais de produção nas formas de determinação dos salários agrícolas. Como foi visto, esses autores consideram que os salários agrícolas são determinados de formas diferentes dependendo, basicamente, do sistema de posse da terra, considerando casos de livre acesso e de barreiras a esse livre acesso. Essa preocupação, entretanto, não ficou explícita nos trabalhos de LEWIS (1954), RANIS & FEI (1961), anteriormente apresentados.

Porém os trabalhos apresentados contém uma linha

mestra comum quanto à determinação dos salários agrícolas. Em todos eles os salários agrícolas são determinados através do produto médio ou do produto marginal do trabalho na agricultura, dependendo das condições de desenvolvimento da agricultura (LEWIS e RANIS & FEI) ou dos sistema de posse da terra (NICHOLLS, FURTADO e ROBINSON & EATWELL).

Uma outra diferença básica entre esses trabalhos é com relação ao tipo de economia por eles considerada. NICHOLLS, FURTADO e ROBINSON & EATWELL consideram a economia constituída, basicamente, de um único setor que é o setor agrícola, que representa a única oportunidade de emprego para a força de trabalho e onde os salários são determinados. Por outro lado, LEWIS e RANIS & FEI apresentam abordagem considerando uma economia mais completa, composta de setor agrícola e de setor urbano-industrial que mantêm entre si vínculos cada vez mais estreitos, à medida que ocorre o processo de crescimento econômico. Nesse tipo de abordagem, ao contrário daquela que considera apenas um setor econômico, a força de trabalho pode se beneficiar de oportunidades de emprego mais amplas oferecidas pelo setor agrícola e pelo setor urbano-industrial e, conseqüentemente, os salários agrícolas dependem das condições de mercado de trabalho prevalentes em ambos os setores.

Essa última abordagem, que considera a economia composta de dois setores, é interessante para analisar, como pretende o presente trabalho, o comportamento dos salários agrícolas no Brasil, pois, como é sabido, no caso da economia brasileira as relações entre esses setores são bastante acentuadas, existindo entre eles uma interdependência em termos de produtos e de fatores de produção, inclusive trabalho. Essa interdependência entre setores, inclusive quanto à utilização de mão-de-obra, leva a que neste trabalho seja considerado o setor urbano-industrial na análise do comportamento dos salários agrícolas, uma vez que esse setor representa uma importante oportunidade de emprego para a mão-de-obra agrícola, à medida que ocorre o crescimento econômico.

### III - CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA BRASILEIRA

O presente trabalho tem por finalidade, como já foi dito anteriormente, estudar o comportamento dos salários agrícolas no Brasil. Para tanto deve-se ter uma noção da agricultura dentro do contexto do processo de desenvolvimento global da economia, pois parece evidente que à medida que ocorre esse processo, ocorrem também mudanças de comportamento dos diferentes setores da economia e via de consequência também devem ocorrer modificações no comportamento do mercado de trabalho.

Com o intuito de tentar melhor compreender a agricultura dentro do processo de desenvolvimento, alguns textos foram estudados. Estes textos analisam o setor agrícola como parte integrante do processo de desenvolvimento, colocando esse setor como o mais importante numa fase inicial do processo, que com as transformações por que passa a economia - cada vez se capitalizando mais - passa a perder importância relativa como fonte geradora de empregos e renda.

A literatura pertinente e conhecida analisa a economia fazendo uma divisão dicotômica: setor urbano-industrial e setor agrícola. Ocorre que com o processo de crescimento passa a haver maior interligação e interdependência entre os dois setores da economia, e evidentemente, não é razoável estudar-se qualquer desses setores isoladamente.



Para CAIO PRADO, por exemplo, a agricultura brasileira se organiza em dois setores bastante distintos. De um lado, a empresa mercantil que exerce o monopólio da terra, e de outro a massa da população desprovida de terra ou com insuficiente quantidade para garantir a sua subsistência. Essa estrutura nada mais é que uma herança da colonização que mantém seus traços básicos até os dias de hoje. A empresa mercantil procura maximizar seu lucro produzindo matéria-prima para exportar, utilizando basicamente terra e trabalho. Ao contrário, para a população rural desprovida de terra o objetivo básico é a própria subsistência conseguida pela venda de sua força de trabalho à empresa mercantil ou pela distribuição de suas horas de trabalho em atividade de subsistência e a serviço da empresa mercantil.

Pelo fato do autor considerar a agricultura como o setor predominante na economia e conseqüentemente minimizando o setor urbano-industrial, dada a situação do monopólio da terra pela grande empresa e a escassez de empregos alternativos em outros setores, a força de trabalho não tem outra alternativa senão oferecer seus serviços à grande empresa que tem assim o poder de determinar as condições de oferta e demanda de trabalho.

GUIMARÃES (1964), em seu trabalho "Quatro Séculos de Latifúndio", devido talvez, ao baixo nível de transformações estruturais que ocorriam na economia, pouco se preocupou com as relações entre agricultura e demais setores da economia ao analisar a agricultura brasileira. Sua ênfase naquele trabalho consistiu em procurar mostrar que a partir de uma situação de perpetuação do monopólio da terra no Brasil, situação esta mantida pelo poder econômico e político dos grandes proprietários de terra, a agricultura se dividia entre a propriedade latifundiária e as propriedades capitalistas e camponesas. Enquanto a grande propriedade latifundiária estava voltada para a produção ao mercado externo, as propriedades camponesas e capitalistas produziam essencialmente para o mercado interno.

Já em "A Crise Agrária" a preocupação desse mesmo autor se modificou e seu trabalho gira em torno de um esquema explicativo que procura captar as transformações que ocorrem na agricultura, decorrente de suas relações com o setor urba

no-industrial da economia. Nesta estrutura analítica, a indústria, que é o setor predominante da economia, impõe duas limitações básicas ao crescimento agrícola. A primeira é que a agricultura está organizada em concorrência perfeita, vendendo seus produtos nesse tipo de mercado e em contrapartida comprando insumos industriais a preço de monopólio, transferindo, dessa forma, uma parte da renda agrícola para a indústria.

A segunda limitação ao crescimento da agricultura, também causada pela interligação dos dois setores, é que numa tentativa de manter baixos os salários industriais a indústria procura influenciar os órgãos oficiais para que estes controlem os preços de alimentos, evitando assim pressões sobre os salários industriais. Como a indústria demanda matérias-primas da agricultura, a indústria, que está organizada sob a forma de monopsonios ou oligopsonios, consegue também rebaixar os preços de matérias-primas e transferir renda da agricultura.

Para GUIMARÃES só a tecnificação da agricultura é que evitará esses dois pontos de estrangulamento dessa atividade, permitindo sua sobrevivência. Essa tecnificação é menos uma forma de permitir que a agricultura libere mão-de-obra e alimentos para a indústria e mais um problema de viabilidade dentro de uma estrutura capitalista.

Tem-se observado no Brasil, segundo GUIMARÃES (1979), um processo de modernização dos latifúndios que tem introduzido tecnologia moderna sem mudanças nas suas relações arcaicas de trabalho existentes, agravando assim os problemas de distribuição de renda na agricultura e mostrando baixos níveis de produtividade e salários da população rural.

Uma linha de pensamento coloca a agricultura brasileira como um entrave ao desenvolvimento, considerando-a como algo exógeno ao processo de desenvolvimento. Para os autores dessa linha <sup>1/</sup>, a agricultura não "faz parte do sistema capitalista", é resquício feudal, é um setor arcaico que procura se capitalizar para se desenvolver e cumprir suas funções para não atrapalhar o desenvolvimento de toda a economia. Para eles existe uma sociedade dual, com setores completamente distintos e apartados.

---

<sup>1/</sup> Ver, por exemplo CELSO FURTADO em Perspectivas da Economia Brasileira e Pré-Revolução Brasileira, citado em CASTRO: 1972:88.

No entanto uma outra linha de autores, mais modernos <sup>1/</sup>, criticam esse tipo de dualismo com o objetivo de interpretar corretamente as transformações que ocorrem no conjunto da sociedade brasileira. "Tais críticas, referem-se com frequência às afirmações que integravam a visão da agricultura brasileira como 'ineficientes'..." (CASTRO, A.C. et alii, 1979: 45).

As primeiras críticas foram formuladas por CAIO PRADO JR. e GUNDER FRANK, que se opunham à idéia de coexistência de um setor atrasado e um moderno, de forma concomitante, no Brasil contemporâneo.

GUNDER FRANK nega, de forma incisiva, a existência de dois setores diametralmente opostos e absolutamente separados dentro da mesma sociedade, ou nas palavras do próprio autor: "... por mais feudal que certas modalidades da agricultura brasileira possa parecer, nenhum sistema feudal existe ou jamais existiu no Brasil. Nem é o Brasil uma sociedade dualista, como frequentemente se afirma, no sentido de possuir dois ou mais setores essencialmente separados e se auto-determinando." E continua esse autor. "A economia brasileira, incluindo sua agricultura é, pelo contrário, parte de um sistema capitalista. É o desenvolvimento e o funcionamento deste sistema capitalista, um sistema que produz necessariamente tanto o desenvolvimento quanto o sub-desenvolvimento, que é responsável pela terrível realidade da agricultura no Brasil e alhures." (FRANK, A.G. 1964:45 e 46).

De forma semelhante pensam MARTINS (1979), BRANT (1975) e GRAZIANO DA SILVA (1978), que têm destacado o papel desempenhado pela agricultura de subsistência.

O quadro analítico utilizado por esses autores baseia-se nas transformações ocorridas na agricultura brasileira recente, fruto de um processo de acumulação de capital. A agricultura de subsistência, que foi considerada em boa parte da literatura, como resultado de relações não capitalistas de produção, por incorporar ao processo produtivo essencialmente terra e mão-de-obra familiar a baixo nível tecnológico, é considerada por esses autores como resultado do próprio processo de

---

<sup>1/</sup> Ver CASTRO, A.C. et alii (1979)



acumulação de capital na agricultura. O argumento por eles utilizado é o que já havia sido considerado por LENIN, que o capital não se expande de maneira uniforme na agricultura, podendo normalmente coexistirem diferentes tipos de organização da produção, porém sempre dentro do mesmo sistema capitalista de produção. MARTINS (1979) esclarece dizendo: "O Capitalismo engendra relações de produção não-capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não-capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais." (MARTINS, 1979:21).

Especialmente BRANT (1975) e GRAZIANO DA SILVA (1978) enfatizam a importância da agricultura de subsistência como supridora de força de trabalho e alimentos baratos à agricultura e aos outros setores da economia. O suprimento de trabalho pela agricultura de subsistência se torna possível, uma vez que essa agricultura tem em geral elevada relação trabalho por unidade de terra, resultando como consequência, que a mão-de-obra tenha baixa produtividade em sua própria terra, tendo assim que complementar sua subsistência pela venda ao mercado de sua força de trabalho. Por outro lado, o fornecimento de alimento a baixo custo se torna possível para a propriedade de subsistência, uma vez que, devido ao seu baixo nível de capitalização, pode renunciar ao lucro médio e à renda da terra, com estes considerados indispensáveis na formação do preço na agricultura capitalista. Esta renúncia, considerada por CHAYNOV (citado por AMIM, S. 1977), representa uma forte justificativa para a permanência da agricultura de subsistência a despeito da capitalização na agricultura.

#### IV - AS TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS NA AGRICULTURA

Nos países pobres ou nos períodos de pré-desenvolvimento, a grande maioria da população desses países reside na zona rural e conseqüentemente as atividades agrícolas é que apresentam as maiores alternativas de emprego. Essa situação favorece um modesto nível de produção de bens e serviços no campo razão por que é baixo o nível de bem-estar econômico em termos de nutrição, habitação, educação e saúde das populações rurais e urbanas <sup>1/</sup>. Inevitavelmente, dadas as tecnologias em pregadas e o elevado grau de auto-suficiência, a produtividade agrícola é baixa e o nível de renda também é baixo.

Desde o início da colonização, o processo de povoamento e de exploração da terra no Brasil foi feito visando produzir mercadorias exportáveis para os países europeus. Toda estrutura produtiva foi montada sobre a grande propriedade a partir da concessão de capitanias hereditárias. A exploração da terra sempre se deu de forma extensiva e as "políticas" agrícolas beneficiavam o grande proprietário que nunca se preocupou em demasia com a melhoria da produtividade por área explorada. Nas

---

<sup>1/</sup> Ver JOHNSTON & KILBY (1977).

palavras de ANDRADE (1979) :.... "A análise... indica que a média e grande propriedades em uma economia colonial exportadora, não contribuem para a racionalização da atividade agrícola, ao contrário são responsáveis por uma baixa produtividade e grande concentração da renda e para o baixo índice de qualidade de vida da população rural." (ANDRADE, 1979:65).

O sistema fundiário e a disponibilidade de terras por ocupar favorece o crescimento da produção agrícola pela ocupação de novas terras e não pelo aumento da produtividade de todos os produtos, como mostra a tabela 1 a seguir.

TABELA 1 - Crescimento da Produção Agrícola Brasileira, 1960, 1975.

| Produto  | 1960            |                          | 1975            |                          |
|----------|-----------------|--------------------------|-----------------|--------------------------|
|          | Produção<br>(t) | Produtividade<br>(Kg/ha) | Produção<br>(t) | Produtividade<br>(Kg/ha) |
| Algodão  | 1.609.275       | 549                      | 548.596         | 240                      |
| Banana   | 256.339         | 1.389                    | 353.577         | 1.141                    |
| Cacau    | 163.223         | 347                      | 195.916         | 471                      |
| Café     | 4.169.586       | 943                      | 1.745.795       | 839                      |
| Sisal    | 169.076         | 1.162                    | 260.824         | 1.050                    |
| Arroz    | 4.794.810       | 1.617                    | 7.160.127       | 1.493                    |
| Cana     | 56.926.882      | 42.485                   | 91.993.924      | 46.965                   |
| Feijão   | 1.730.795       | 676                      | 2.230.928       | 585                      |
| Fumo     | 161.426         | 757                      | 234.280         | 996                      |
| Mamona   | 224.695         | 883                      | 448.683         | 906                      |
| Mandioca | 17.613.213      | 13.121                   | 26.528.305      | 16.610                   |
| Milho    | 8.671.952       | 1.298                    | 14.185.877      | 1.430                    |
| Soja     | 205.744         | 1.200                    | 5.011.614       | 1.386                    |
| Sorgo    | -               | -                        | 249.123         | 1.695                    |
| Trigo    | 71.713.124      | 625                      | 2.031.338       | 1.104                    |

Fonte: ANDRADE, M.C. (1979).

As fronteiras agrícolas vêm sendo exploradas em forma de grandes empreendimentos favorecidos por políticas oficiais sem nenhuma preocupação com a pequena e média empresa, por conseguinte mantendo a situação de alijamento dos pequenos proprietários e de proletarização do trabalhador, da mesma for

ma que existe nas áreas de colonização mais antigas.

Nos países subdesenvolvidos, além da não ocorrência de significativos ganhos de produtividade, tem-se um outro indicador que caracteriza a situação de uma economia tradicional: a distribuição da população entre os setores urbano-industrial e agrícola. Numa economia tradicional o setor agrícola é relativamente grande e pode-se dimensioná-lo levando-se em consideração a distribuição da população bem como o pessoal ocupado entre os dois setores da economia. Segundo JOHNSON & KILBY (1977:22) "... cerca de 50 a 70% da população economicamente ativa ocupam-se da agricultura". Em contraste, nos países desenvolvidos como Suécia, EUA e Inglaterra também em 1965 a porcentagem era de apenas 11%, 6% e 4% respectivamente.

TABELA 2 - População Economicamente Ativa Total e População Economicamente Ativa na Agricultura para o Brasil.

|                            | 1950       | 1960       | 1970       | 1976       | 1980       |
|----------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| PEA total                  | 17.117.362 | 23.550.028 | 29.557.224 | 40.236.743 | 43.796.763 |
| PEA agrícola               | 10.252.839 | 12.276.908 | 13.087.521 | 14.595.053 | 13.109.415 |
| PEA agrícola/<br>PEA total | 59,90%     | 52,13%     | 44,28%     | 36,27%     | 29,92%     |

Fonte: Anuários Estatísticos (FIBGE) e Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980.

A tabela 2 acima nos mostra a diminuição da relação entre a população economicamente ativa na agricultura e a população economicamente ativa total. À medida que avança o processo de crescimento econômico a agricultura vai diminuindo sua participação relativa no emprego total da economia.

Pode-se também aquilatar o tamanho do setor agrícola analisando a distribuição da população entre os dois setores da economia: o setor urbano-industrial e o agrícola.

A tabela 3 a seguir nos mostra que em 1940 e 1950 principalmente a população rural sobrepunha em muito a população urbana, confirmando assim o maior tamanho do setor rural numa fase anterior ao desenvolvimento brasileiro que ocorre tardiamente.

TABELA 3 - População Total, População Rural, População Urbana, Porcentagem no Setor Urbano, Porcentagem no Setor Rural para o Brasil.

|               | 1940       | 1950       | 1960       | 1970       | 1980        |
|---------------|------------|------------|------------|------------|-------------|
| Popul. total  | 41.236.315 | 51.944.397 | 70.992.343 | 94.508.554 | 119.098.992 |
| Popul. rural  | 28.356.133 | 33.161.506 | 38.987.528 | 41.603.810 | 38.619.797  |
| Popul. urbana | 12.880.182 | 18.782.891 | 32.004.817 | 52.904.744 | 80.479.195  |
| % rural       | 68,76%     | 63,84%     | 54,91%     | 44,02%     | 32,43%      |
| % urbana      | 31,24%     | 36,16%     | 45,09%     | 55,98%     | 67,57%      |

Fonte: Anuários Estatísticos (FIBGE) e Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980.

A agricultura, como já foi dito, na fase de pré-desenvolvimento era responsável por maior desempenho na economia e passa a perder importância relativa como mostra a tabela 4 a seguir, que relaciona a renda do setor primário com a renda interna, a título de exemplo:

TABELA 4 - Porcentagem da Renda do Setor Primário/Renda Interna - Brasil

| Ano  | %     |
|------|-------|
| 1950 | 28,65 |
| 1960 | 27,85 |
| 1970 | 10,24 |
| 1975 | 10,53 |
| 1980 | 13,00 |

Fonte: FIBGE e FGV

A porcentagem da renda do setor primário sobre a renda interna diminuiu sensivelmente a partir de meados da década de 60. O setor agrícola passou, relativamente, a gerar menos renda e empregos, bem como a população rural foi superada pela população urbana. É a perda de importância relativa da agricultura na economia com o aceleramento da urbanização. Esse mesmo fenômeno pode ser visto ao relacionarmos o valor da produção agrícola com o Produto Interno Bruto (PIB), como é feito a seguir:

TABELA 5 - Porcentagem do Valor da Produção Agrícola/PIB - Brasil

| Ano  | %     |
|------|-------|
| 1950 | 20,00 |
| 1960 | 14,25 |
| 1970 | 7,87  |
| 1979 | 8,05  |

Fonte: FIBGE

Nota-se pela tabela 5 acima que se confirmou o anunciado anteriormente com respeito à perda de importância do setor agrícola no contexto da economia, à medida que avança o processo de urbanização. O valor da produção agrícola, tomado em termos percentuais, em relação ao PIB do Brasil, apresenta-se decrescente com o passar do tempo. Admitindo-se uma crescente urbanização neste período, o quadro junta subsídios que ajudam evidenciar a queda relativa, em importância, do setor agrícola com o processo de transformação por que passa a economia.

A produção agrícola brasileira tem aumentado, sistematicamente, em razão do aumento da área cultivada e não do aumento da produtividade. Novas terras são agregadas, alarga-se a fronteira agrícola, sem maiores preocupações com o ganho de produtividade visando basicamente atender às necessidades de exportação e de consumo interno de matérias-primas. Esse avanço em áreas novas está sendo feito por empresas capitalistas que procuram por novas terras em detrimento dos pequenos proprietários e posseiros, expulsando-os e introduzindo máquinas no campo que substituem a mão-de-obra. Repete-se nas áreas novas o ocorrido nas regiões de colonização mais antiga. ANDRADE (1979:36), analisando o crescimento da produção agrícola escreve dizendo "que o crescimento da produção da cana-de-açúcar, do milho, da soja e do sisal foi feito muito mais em função da expansão da área cultivada do que em função do aumento de produtividade, enquanto a mandioca e o feijão, tendo ampliado a área cultivada e diminuído a produção, tiveram uma queda de produtividade".

Segundo CARDOSO (1980), uma análise da produção agrícola ao nível global do país, para o período 1947-70, mos



tra que a agricultura brasileira apresentava um crescimento constante do seu produto real. Este crescimento era satisfatório em relação aos acréscimos da população e renda. Esses resultados, segundo o mesmo autor, eram considerados normais porque o país dispunha de grandes extensões de terras agricultáveis e de uma população agrícola capaz de aproveitar as condições de mercado e produzir respondendo a estímulos de preços. Dessa forma, tendo em vista a existência desses fatores de produção, a produção agrícola podia crescer pela extensão da área cultivada (agricultura extensiva) e/ou adotando uma tecnologia moderna onde o emprego do capital se faria de uma maneira mais intensiva, graças aos estímulos creditícios e subsídios ao capital.

A produtividade constitui um dos indicadores mais eficazes do progresso técnico, e seu crescimento está associado à aplicação de resultados da ciência ao trabalho humano. O aumento da produtividade é então uma condição necessária ao progresso econômico e social.<sup>1/</sup>

As técnicas poupadoras de mão-de-obra são as ligadas à mecanização agrícola e estas são sobejamente utilizadas nas grandes propriedades, ao passo que as pequenas é que empregam mais mão-de-obra porque não conseguem se capitalizar.

Um estudo da OHIO STATE UNIVERSITY <sup>2/</sup> constatou disparidades referentes ao crescimento agrícola para diferentes tipos de agricultores. Os autores detectaram a existência de empresas capitalizadas com elevado índice de mecanização e pequena utilização de mão-de-obra. Ao contrário, constataram também a existência de empresas tradicionais, empregando muita mão-de-obra e baixo índice tecnológico.

Outros estudos <sup>3/</sup> confirmam essa tendência capitalizante das grandes propriedades, ao passo que a pequena é que se incumbe de utilizar mais mão-de-obra, no Brasil.

Persistindo a situação desestimulante e predatória contra a pequena propriedade, é de se esperar um agravamento ,

---

<sup>1/</sup>Ver CARDOSO (1980)

<sup>2/</sup>The OHIO STATE UNIVERSITY - Farm Growth in Brazil. Columbus, Department of Agricultural Economics and Rural Sociology, 1975.

<sup>3/</sup> Ver VERA FILHO & TOLLINI (1979) e HOFFMANN & GRAZIANO DA SILVA (1975).

que já vem ocorrendo, nas relações de trabalho na agricultura.

Com o constante processo de "fagocitose" na agricultura, onde as pequenas propriedades não capitalizadas e/ou menos capitalizadas desaparecem engolidas pelas grandes, um contingente de pessoas desempregadas e desalojadas da agricultura se transfere para as cidades, ficando à disposição dos dois setores para vender sua força de trabalho a preços aviltantes.

O salário na agricultura passa a ter mais um componente na sua determinação - o próprio mercado de trabalho urbano-industrial.

Os pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros e empregados rurais passam a constituir uma reserva de mão-de-obra, intitulada, costumeiramente, de bôias-frias que "ficam" nas periferias das cidades trabalhando nos dois setores da economia, optando, quando podem optar, por um outro tipo de trabalho. Quando o setor agrícola demanda mão-de-obra de forma mais vigorosa, principalmente nos períodos de colheitas, essa mão-de-obra presta seus serviços na faina agrícola, pois nesse caso os salários rurais competem com os urbanos para o mercado da mão-de-obra não qualificada ou de pouca qualificação. Esse fenômeno sazonal de necessidade de mão-de-obra provoca variações nos salários rurais, ora puxando-os para cima nos momentos de grande demanda agrícola, ora deixando sem emprego grandes contingentes de assalariados nos períodos em que todas as atividades agrícolas podem ser feitas de forma bastante generalizada através de máquinas ou máquinas associadas à tecnologia química, aumentando-se assim, tanto a produtividade da terra como da mão-de-obra. Nestes períodos, como não podia deixar de ser, os salários agrícolas caem e a mão-de-obra fica prestando serviços esparsos e aleatórios aqui e acolá, tanto na atividade urbana menos exigente em qualificação como em esparsos e poucos serviços agrícolas. Esse contingente serve, dessa forma, de exército de reserva de mão-de-obra para os dois setores, pois não necessariamente o setor urbano-industrial consegue absorver todo o contingente recém-egresso da agricultura. Desta sorte tem-se de forma sazonal uma oferta de mão-de-obra para agricultura, elástica em certos períodos e inelástica em outros períodos, com sensíveis influências no comportamento dos salários agrícolas.

Um outro condicionante do comportamento dos salá



rios agrícolas, sem dúvida, numa economia em processo de transformação, onde coexistem, por força do mesmo sistema de produção capitalista <sup>1/</sup>, dois tipos de empreendimentos agrícolas - um dito adiantado e capitalizado e outro atrasado e não capitalizado - é a disputa por força de trabalho. Essa disputa se faz entre essas duas modalidades de empresas, onde a tradicional produz basicamente produtos de consumo interno e a adiantada é voltada, tipicamente, para o exterior. As empresas que produzem produtos de exportação, tendo maior controle da técnica e via de consequência maior produtividade da força de trabalho, podem contratar mão-de-obra nas épocas de pico de demanda, pagando melhores salários e provocando aumentos destes, enquanto a empresa tradicional tenta concorrer e dessa forma acaba se descapitalizando mais rapidamente <sup>2/</sup>.

O mercado de trabalho e, conseqüentemente o comportamento dos salários agrícolas, está sendo influenciado pela transformação econômica e recente urbanização, por fenômenos urbanos e por uma disputa entre os dois subsetores da agricultura - o adiantado e o atrasado - entre outros fenômenos condicionadores dos salários.

O mercado de trabalho agrícola está bastante relacionado com o processo de transformação.

No início do processo de transformação, o mercado de trabalho organiza-se de forma tal que as relações de emprego são determinadas basicamente no setor agrícola. Nessa fase, os salários são basicamente expressos em termos de produtos. Com o processo de desenvolvimento as relações se modificam e aprimora-se a economia monetária e os salários, via de consequência, passam a ser expressos em moeda e sua determinação passa a se relacionar com outros setores da economia <sup>3/</sup>. No dizer de GASQUES (1980:14): "Devido à interação mais acentuada da agricultura com o setor urbano-industrial, também a determinação do emprego agrícola passa a ter um componente exógeno a esse setor, ficando como consequência dependente das oscilações ocorridas no setor urbano-industrial, retratando uma consequência natural do processo de transformação."

---

<sup>1/</sup> Ver GUNDER FRANK (1964)

<sup>2/</sup> Ver GASQUES, GEBARA & ZOCOLLER (1981)

<sup>3/</sup> Ver GASQUES (1980)

## V - MERCADO DE TRABALHO

### 1. Considerações Gerais

Nessa seção fazem-se breves considerações com respeito ao mercado de trabalho visto à luz da teoria econômica.

A teoria microeconômica vê a determinação dos salários da mesma maneira que a determinação de preços de qualquer outro bem considerado homogêneo, isto é, determinado pela interação da oferta e da demanda de trabalho. Os modelos macroeconômicos dos clássicos, inspirados em modelos micro, consideraram essa interação das curvas de oferta e demanda de mão-de-obra para determinar os salários ou, no dizer de LIMA (1980: 218): "...os modelos macroeconômicos dos economistas clássicos ... deixando de lado o problema da heterogeneidade da mão-de-obra, sempre consideraram a determinação dos salários como resultado da interação de uma curva de demanda agregada (derivada de uma função de produção agregada e da hipótese de maximização do lucro na concorrência perfeita) e de uma curva de oferta, também agregada, de mão-de-obra." Neste tipo de análise, os economistas clássicos desprezam a existência de diferentes qualidades de mão-de-obra e de eventuais disparidades salariais e reduzem toda a argumentação sobre o comportamento de duas curvas. Os neo-clássicos há mais de uma década atrás colocaram nessa análise a teoria do capital humano para explicar

a determinação dos salários. Dessa forma, poder-se-ia afirmar que os diferenciais de salários eram devidos a diferentes quantidades de capital incorporado (principalmente educação) às pessoas, recebendo cada qual segundo sua produtividade marginal, desde que se considere o mercado de trabalho funcionando nos moldes neo-clássicos.

O autor critica a idéia do capital humano, dizendo haver uma grande simplificação da realidade ao se considerar o mercado de trabalho contínuo, ou seja, considerando uma relação direta entre distribuição dos salários e habilidade cognitiva (proveniente, basicamente, da educação formal), ou nas palavras do autor: "A idéia de um mercado de trabalho contínuo, associada à convicção de que existe uma relação direta entre habilidade cognitiva e produtividade, leva os adeptos da teoria do capital humano a acreditarem que os acréscimos na educação de indivíduos correspondem, em média, a aumentos nos seus salários." (LIMA, 1980:220).

As críticas à teoria do capital humano acirram-se e nestes últimos 10 anos tem-se desenvolvido uma nova teoria - a teoria do mercado dual (ou segmentado) de trabalho - para explicar a determinação dos salários e a mobilidade ocupacional. Os trabalhos atuais sobre a teoria da segmentação não nos conduzem a concluir sobre a existência de uma única teoria do mercado segmentado. Cada autor dá destaque a distintas causas para o fenômeno da segmentação, de acordo com suas convicções ideológicas e observações empíricas. Para LIMA (1980), as principais linhas do pensamento dualista são antes complementares que concorrentes. O que fica claro para os adeptos da teoria da segmentação é que não se pode considerar o mercado como único e a educação (capital humano) provocando reações salariais idênticas no mercado, pois os diferentes tipos de mão-de-obra (rurais, urbanos, assalariados e autônomos por exemplo) não apresentam comportamento igual entre si - não se pode conseqüentemente falar-se de um mercado único e sim tratá-lo separadamente em diversas categorias.

## 2. O Mercado de Trabalho Agrícola

O modelo de mercado de trabalho a ser utilizado no presente estudo leva em conta uma situação de crescimento eco

nômico, onde a agricultura se relaciona de maneira crescente com o setor urbano-industrial da economia.

Nesta seção procura-se, através da literatura conhecida, estudar o funcionamento do mercado de trabalho agrícola no Brasil.

PRADO JR. (1979) descreve com clareza a existência e funcionamento do mercado de trabalho rural, onde é determinado o salário agrícola através da interação entre a oferta e a procura de força de trabalho. Esclarece o autor que "o que determina e fixa a remuneração do trabalho nas condições atuais da nossa economia rural é o equilíbrio do mercado de mão-de-obra, a saber, a relação da oferta e procura que nele se verifica." (PRADO JR., 1979:29).

Entende PRADO JR. (1979), dando grande ênfase à estrutura fundiária vigente, que mantidas as mesmas condições de posse da terra, herança colonial, a massa de assalariados rurais não tem outra alternativa que não vender sua força de trabalho aos grandes proprietários a baixos salários. Essa situação é que viabiliza a colonização nos moldes realizados e continua a permitir a existência pujante da grande propriedade até nossos dias.

O autor diz que os salários no Brasil são baixos, dada a forte pressão exercida pela oferta abundante de mão-de-obra, pois a maior parcela da população rural que vive da terra não tem acesso a esse fator de produção para obter seu sustento e forçosamente se vê obrigada a vender sua força de trabalho.

Os salários agrícolas seriam determinados única e exclusivamente no setor rural, funcionando a lei da oferta e demanda de mão-de-obra que, dada a situação fundiária existente, faz com que a balança penda" ... em favor da procura, que se encontra assim em situação de impor suas condições, quase sem limitações, nas relações de trabalho. Essa a razão principal dos ínfimos padrões do trabalhador rural brasileiro, inclusive nas regiões mais desenvolvidas do país. Padrões esses que beiram muitas vezes formas caracteristicamente servis, e que indiretamente e por repercussão vão influir nos próprios padrões urbanos." (PRADO JR., 1979:17-18).

SOUZA (1979) ressalta a importância das possíveis

relações entre a existência de um setor de subsistência rural e o valor da força de trabalho tanto no mercado agrícola como no urbano. O autor coloca o setor de subsistência como um fator de rebaixamento dos salários pagos pelo setor capitalista da economia. Considera, nesse caso, a situação em que o trabalhador urbano ou rural combine períodos de assalariamento com serviços de subsistência no minifúndio. Dessa forma, o ganho obtido no serviço de subsistência serviria para complementar o salário pago pelo setor capitalista da economia. "A economia capitalista não necessita responsabilizar-se pela reprodução da família do trabalhador, a qual seria garantida pelo minifúndio." (SOUZA, 1979:102). Isso funcionaria, segundo o autor, caso essa situação fosse generalizada para todo o sistema. Como isso não ocorre, ou seja, como não é a maioria da força de trabalho que combina os dois tipos de trabalho, evidentemente "a determinação da taxa de salários não pode ter em conta esse rebaixamento." Segundo o autor, a situação em que ocorre "uma relação entre a economia de subsistência e a taxa de salários se resumiria somente ao mercado de trabalho rural". (SOUZA, 1979:102).

Essa situação, no caso da agricultura, fica bem caracterizada com a coexistência do minifúndio e latifúndio, quando a renda do minifúndio servia como parte da remuneração à força de trabalho, que recebia salários rebaixados do latifúndio em empregos temporários.

Com o avanço da capitalização no campo, e o desaparecimento ou diminuição da parceria, arrendamento, colonato, etc., os trabalhadores rurais foram perdendo seus vínculos com a terra e o assalariamento monetário se instalou e difundiu com vigor. Os salários monetários tendem, então, a aumentar pois o setor de subsistência perde importância como agente complementador dos ganhos dos trabalhadores. A monetarização do salário agrícola pode ser visto pela tabela 6 a seguir, para o Estado de São Paulo.

Para SOUZA (1979), tudo leva a crer que os salários na agricultura são determinados pelo nível de subsistência e conseqüente condições de reprodução da força de trabalho, que é o limite inferior mencionado por MARX em "O Capital" provavelmente devido ao excedente de mão-de-obra e o baixo poder de barganha dessa categoria de trabalhadores.

TABELA 6 - Salários Monetários Rurais e Urbanos no Estado de São Paulo

| Anos | Salário-dia<br>agricultura<br>Cr\$ correntes<br>(A) | Salário mínimo<br>por dia na<br>capital Cr\$<br>(B) | (A)/(B) |
|------|---|---|---------|
| 1963 | 0,36  | 0,70  | 0,51    |
| 1964 | 0,76  | 1,40  | 0,54    |
| 1965 | 1,37  | 2,20  | 0,62    |
| 1966 | 1,79  | 2,80  | 0,64    |
| 1967 | 2,49  | 3,50  | 0,71    |
| 1968 | 3,29  | 4,32  | 0,76    |
| 1969 | 3,97  | 5,20  | 0,76    |
| 1970 | 5,14  | 6,24  | 0,82    |
| 1971 | 6,45  | 7,52  | 0,86    |
| 1972 | 8,38  | 8,97  | 0,94    |
| 1973 | 9,90  | 10,40   | 0,95    |

Fonte: SOUZA (1979).

REZENDE (1980), no seu estudo "Trabalho Assalariado, Agricultura de Subsistência e Estrutura Agrária no Brasil: Uma Análise Histórica", aponta algumas limitações do modelo dualista e da posição neo-clássica para análise da experiência histórica brasileira, principalmente no que tange ao trabalho livre nas lavouras cafeeiras paulistas e açucareira nordestina.

No caso dos modelos dualistas, o autor apresenta duas razões para mostrar sua inadequação: a) a "oferta ilimitada de mão-de-obra" é apresentada como algo determinado fora do setor capitalista (moderno). Essa oferta de mão-de-obra é da exogenamente ou externamente em "outro" setor, qual seja, no setor tradicional; b) em segundo lugar, nestes modelos, postula-se uma relação entre o setor capitalista e o setor de subsistência. "Nessa relação, a expansão do primeiro não só se vale do segundo, independentemente dado, mas gera progressivamente o desenvolvimento geral da divisão do trabalho, da monetização da economia e assim, também do capitalismo." (REZENDE, 1980:213-214).

Na primeira razão, com bastante propriedade, o autor lembra que a oferta abundante de mão-de-obra faz parte da



própria estrutura ou sistemática operacional do setor capitalista, que enfim favorece a situação dicotômica criando um setor tradicional que o abastece de mão-de-obra. Na segunda razão, lembra o autor, que os modelos dualistas não levam em conta um desenvolvimento desigual dos dois setores da economia, onde ocorre uma contínua reconstituição do setor de subsistência para servir de suporte ao desenvolvimento do setor moderno.

Em suma, acha o autor que não se pode estudar a oferta de mão-de-obra assalariada e o conseqüente mercado de trabalho, abstraindo-se a influência das relações sociais de produção no campo.

No presente estudo, embora se considere um modelo dualista procurar-se-á não perder de vista as inter-relações entre os setores, no sentido mais amplo possível, ou seja, nas interações dos setores procurando analisar as ações e reações mútuas dos setores (um influenciando o outro) considerados, sem nunca se abandonarem as condições históricas e as relações sociais de produção no campo para o caso brasileiro.

Tendo sempre em mente as limitações dos modelos dualistas, é possível utilizá-los como roteiro analítico, procurando sempre reparar as eventuais simplificações ou abstrações feitas nestes modelos, procurando trazer a análise desenvolvida o mais próximo possível da realidade.

### 3. Algumas Evidências

A relação população rural/população total tem declinado ao longo do tempo, conforme mostra a tabela 7. Isso está mostrando que a população rural não tem acompanhado o crescimento da população total. A população rural está crescendo, mas a taxas menores que o crescimento da população total. Essa situação mostra o processo de crescimento do setor urbano, mais em função da região sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro) do que das outras regiões. Com exceção da região sudeste, as outras todas apresentaram em 1970 porcentagens superiores a 50%, ou seja, a população rural/população total sendo superior a 50%. Porém essa relação vem declinando ao longo do tempo, como se vê a partir do Censo de 1940 até 1980 na tabela mencionada.



TABELA 7 - Porcentagem da População Rural sobre População Total

| Regiões      | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 |
|--------------|------|------|------|------|------|
| Sul          | 72,3 | 70,5 | 72,4 | 55,4 | 51,0 |
| Sudeste      | 60,6 | 52,5 | 42,6 | 27,2 | 16,2 |
| Nordeste     | 76,6 | 73,6 | 65,8 | 58,2 | 52,6 |
| Norte        | 72,3 | 67,0 | 62,2 | 54,8 | 50,1 |
| Centro-Oeste | 78,5 | 75,6 | 65,0 | 51,8 | 45,6 |
| Brasil       | 68,8 | 63,9 | 54,9 | 44,0 | 36,5 |

Fonte: Dados Básicos da FIBGE.

Esse fenômeno está mostrando que os residentes nas zonas rurais têm diminuído relativamente aos residentes nas zonas urbanas. O número absoluto da população rural cresce menos que o número absoluto da população urbana. Isso não significa que o número de trabalhadores rurais esteja diminuindo em termos absolutos. Ocorre uma diminuição relativa no emprego de mão-de-obra rural. Aqui vale a pena uma ressalva no sentido de elucidar que nem todo pessoal deslocado da zona rural para a zona urbana deixa de prestar serviços na agricultura. A população urbana cresce, porém nem todo o contingente acrescido trabalha em atividades urbanas puras. Grande parte, apenas reside nas cidades e trabalha na zona rural em atividades agrícolas, percebendo sua remuneração e forma de subsistência no setor agrícola da economia.

Os dados da tabela 7 mencionada ajudam a mostrar que os empregados residentes na zona rural é que têm diminuído, bem como tem diminuído os pequenos parceiros e arrendatários que normalmente moravam no setor agrícola onde trabalhavam. Agora, segundo os dados mostram, os trabalhadores agrícolas moram nas cidades e continuam a prestar serviços na agricultura, sem com isso negar a possibilidade de que grande parte da mão-de-obra expulsa do campo também preste serviços de forma intermitente no setor urbano. O mercado de trabalho agrícola muda de características, passando a se relacionar de forma mais intensa com o setor urbano. Aparece o trabalhador volante que trabalha nos dois setores, onde oferecerem trabalho ou então maiores vantagens nas épocas de picos de demanda.

Para o caso específico de São Paulo, como mostra a tabela 8 a seguir, a população rural diminuiu em números absolutos, invertendo-se pois a relação entre população rural/população urbana, que passou de 1,27 em 1940 para 0,09 em 1980. Com os dados dessa tabela 8 nota-se que a população rural era 56% da população total em 1940 e caiu para aproximadamente 8% em 1980, confirmando a queda de importância relativa do setor rural.

TABELA 8 - População Urbana, Rural e População Rural/População Urbana - São Paulo

| Anos | Urbana     | Rural     | Pop. Rural/Pop. Urbana |
|------|------------|-----------|------------------------|
| 1940 | 3.168.111  | 4.012.205 | 1,27                   |
| 1950 | 4.804.211  | 4.330.212 | 0,90                   |
| 1960 | 8.149.979  | 4.824.720 | 0,59                   |
| 1970 | 14.422.244 | 3.526.449 | 0,25                   |
| 1980 | 22.052.100 | 1.951.800 | 0,09                   |

Fonte: FIBGE.

A tabela 9 mostra que o pessoal ocupado na agricultura tem aumentado em números absolutos para o Brasil como um todo. Para a região sudeste, em particular, que inclui São Paulo com grande peso, o número de pessoas ocupadas na agricultura diminuiu em termos relativos.

Para o caso de São Paulo, como mostra a tabela 10 o número de pessoas ocupadas apresenta queda em termos absolutos e relativos quando relacionado com Brasil. Isso evidencia queda de importância do setor agrícola em São Paulo na geração de novos empregos.

Essas evidências parecem indicar que a agricultura paulista capitalizou-se intensamente e essa capitalização dispensa mão-de-obra agrícola que vai para as cidades ou para regiões de fronteira.

A tabela 11 mostra que à medida que o campo se capitaliza, mostrado aqui pelo crescimento da relação Área/homem, a tendência é diminuir-se o número relativo de empregados, fenômeno esse que ocorre até o Censo de 1970, porém modificando-se levemente segundo os dados de 1975, quando ocorreu um aumen

Tabela 9 - Pessoal Ocupado na Agricultura e Respectivas Porcentagens sobre total do Brasil, segundo as Grandes Regiões

| Regiões      | 1950       |        | 1960       |        | 1970       |        | 1975       |        |
|--------------|------------|--------|------------|--------|------------|--------|------------|--------|
|              | Nº         | %      | Nº         | %      | Nº         | %      | Nº         | %      |
| Norte        | 326.502    | 2,97   | 544.028    | 3,48   | 934.024    | 5,31   | 1.412.647  | 6,94   |
| Nordeste     | 4.334.936  | 39,42  | 6.659.175  | 42,60  | 7.568.847  | 43,07  | 8.738.763  | 42,95  |
| Sudeste      | 3.999.860  | 36,37  | 4.548.331  | 29,09  | 3.959.463  | 22,52  | 4.145.513  | 20,38  |
| Sul          | 1.949.923  | 17,73  | 3.194.031  | 20,43  | 4.191.785  | 23,82  | 4.831.843  | 23,75  |
| Centro-Oeste | 385.613    | 3,51   | 688.420    | 4,40   | 927.970    | 5,28   | 1.216.926  | 5,98   |
| Brasil       | 10.996.834 | 100,00 | 15.633.985 | 100,00 | 17.582.089 | 100,00 | 20.345.692 | 100,00 |

Fonte: Dados básicos da FIBGE

Tabela 10 - Pessoal Ocupado na Agricultura em São Paulo e no Brasil. Porcentagem de São Paulo em relação ao Brasil.

|           | 1950       |       | 1960       |       | 1970       |      | 1975       |      |
|-----------|------------|-------|------------|-------|------------|------|------------|------|
|           | Nº         | %     | Nº         | %     | Nº         | %    | Nº         | %    |
| São Paulo | 1.531.664  | 13,93 | 1.727.310  | 11,05 | 1.420.040  | 8,08 | 1.364.942  | 6,70 |
| Brasil    | 10.996.834 |       | 15.633.985 |       | 17.582.089 |      | 20.345.692 |      |

Fonte: Dados básicos da FIBGE

Tabela 11 - Pessoal Ocupado na Agricultura, Brasil, 50-75

| Categorias                                    | 1950       | %      | 1960       | %      | 1970       | %      | 1975       | %      |
|---|------------|--------|------------|--------|------------|--------|------------|--------|
| Proprietários e Dependentes                   | 6.022.033  | 54,76  | 9.848.727  | 63,00  | 14.106.790 | 80,23  | 16.374.435 | 80,49  |
| Trabalhadores Permanentes                     | 1.420.867  | 12,92  | 1.429.350  | 9,14   | 1.155.292  | 2,57   | 1.553.097  | 7,63   |
| Trabalhadores Temporários                     | 2.308.377  | 20,99  | 2.983.324  | 19,08  | 1.488.416  | 8,47   | 1.696.865  | 8,34   |
| Parceiros, Arrendatários, Empregados e outros | 1.245.557  | 11,32  | 1.372.584  | 8,78   | 831.591    | 4,73   | 721.195    | 3,54   |
| Total   | 10.996.834 | 100,00 | 15.633.985 | 100,00 | 17.582.089 | 100,00 | 20.345.692 | 100,00 |
| Área Cultivada com Lavouras (ha)              | 19.095.057 |        | 28.712.209 |        | 33.983.796 |        | 40.001.358 |        |
| Relação Área/homem                            | 1,74       |        | 1,84       |        | 1,93       |        | 1,97       |        |

Fonte: Dados básicos da FIBGE

to em termos absolutos e relativos no uso de mão-de-obra assalariada.

As terras dadas a parceiros e arrendatários tendem a voltar para a administração e exploração direta do grande proprietário. Com isso a agricultura de subsistência vai se enfraquecendo. Os trabalhadores rurais vão diminuindo cada vez mais suas ligações com a terra. Um fenômeno interessante de se notar é o aumento em termos absolutos e relativos de proprietários e familiares não remunerados ao longo do tempo. Isso mostra que onde quer que existam, as pequenas propriedades têm sido forçadas a receberem de volta seus membros antes assalariados nas grandes e médias propriedades que passaram a substituir o homem pela máquina. Com a paulatina destruição das formas não tipicamente capitalistas de produção, a mão-de-obra que não é absorvida pelo setor capitalista da economia é obrigada a se "realocar" em "novos serviços" não tipicamente capitalistas para sobreviver. Dessa forma cai a renda média e consequentemente o nível de subsistência do pessoal ocupado nos minifúndios.

A tabela 12 mostra a ocorrência dos mesmos fenômenos para o Estado de São Paulo onde se percebe, também pelos dados de 1975, um aumento tanto em números absolutos como relativos de trabalhadores temporários e permanentes, deslocados, em parte, das atividades sem remuneração das propriedades familiares. Isso indica uma reativação do setor agrícola como fonte geradora de empregos, talvez motivado pela execução do pró-alcool, que além de demandar mais área para o cultivo da cana-de-açúcar, acaba gerando novos empregos. A parceria e arrendimento perdem, cada vez mais, sua importância.

Para o Estado de São Paulo e usando-se dados do Instituto de Economia Agrícola, percebe-se nitidamente o contínuo declínio da população trabalhadora agrícola residente nos imóveis rurais. Modifica-se também a estrutura de emprego.

No período 1971-78 aumenta-se a participação do trabalho assalariado e uma diminuição das categorias de arrendatários, parceiros e colonos <sup>1/</sup> se verifica.

---

<sup>1/</sup> Ver Prognóstico 79/80.

Tabela 12 - Pessoal Ocupado na Agricultura, Estado de São Paulo, 1950-75

| Categorias                                    | 1950                 | %      | 1960                 |        | 1970                 | %      | 1975                 | %      |
|---|----------------------|--------|----------------------|--------|----------------------|--------|----------------------|--------|
| Proprietários e Dependentes                   | 607.299<br>(10,08)   | 39,67  | 839.300<br>(8,52)    | 48,59  | 873.243<br>(6,19)    | 61,50  | 752.782<br>(4,60)    | 55,15  |
| Trabalhadores Permanentes                     | 519.633<br>(36,57)   | 33,92  | 419.733<br>(29,37)   | 24,30  | 288.308<br>(24,96)   | 20,30  | 357.461<br>(23,02)   | 26,19  |
| Trabalhadores Temporários                     | 170.429<br>(7,38)    | 11,12  | 292.827<br>(9,82)    | 16,95  | 181.964<br>(12,23)   | 12,81  | 185.069<br>(10,91)   | 13,56  |
| Parceiros, Arrendatários, Empregados e outros | 234.303<br>(18,81)   | 15,29  | 175.450<br>(12,78)   | 10,16  | 76.535<br>(9,20)     | 5,39   | 69.630<br>(9,65)     | 5,10   |
| Total   | 1.531.664<br>(13,93) | 100,00 | 1.727.310<br>(11,05) | 100,00 | 1.420.040<br>(8,08)  | 100,00 | 1.364.942<br>(6,71)  | 100,00 |
| Área Cultivada com Lavoura (ha)               | 4.257.633<br>(22,30) |        | 4.768.233<br>(16,61) |        | 4.735.925<br>(13,94) |        | 5.179.507<br>(12,95) |        |
| Relação Área/homem                            | 2,78                 |        | 2,76                 |        | 3,33                 |        | 3,79                 |        |

Fonte: Dados básicos da FIBGE

NOTA: entre parentesis percentual em relação ao Brasil



Dada a estacionalidade da atividade agrícola e a dificuldade de se definir o trabalhador volante, torna-se "difícil estimar corretamente o número de pessoas que, no Estado de São Paulo, seriam incluídas nesta categoria. Em certas épocas do ano, o número de pessoas deve ser bem superior a 220 mil <sup>1/</sup>, enquanto em épocas de pouca atividade agrícola, grande parte delas se inserem em outros setores da economia, ou permanecem subempregadas." (Prognóstico, 79/80:32).

As mudanças ocorridas na estrutura do emprego no Estado de São Paulo não ocorreram apenas no sentido de substituir-se mão-de-obra permanente por temporária. Entre os residentes está havendo tendência de maior utilização de mensalistas residentes que aumentaram de 136.500 pessoas para 160.400 no período 1971/72-1977/78, enquanto que arrendatários, parceiros e colonos que totalizavam 362.800 em 1971/72 diminuíram para 195.100 pessoas em 1977/78, segundo dados do Instituto de Economia Agrícola. "Em 1974, a área arrendada totalizava 333.638 alqueires e a área em parceria (excluído o café), 190.352 alqueires. Em 1978, essas áreas somavam respectivamente, 274.914 alqueires e 68.172 alqueires (-17,6% para o arrendamento e -64,2% para a parceria)." (Prognóstico Centro-Sul 78/79:84).

Com relação à mão-de-obra temporária, o emprego dessa categoria acentua-se nos meses de outubro e novembro e atinge seu máximo nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, declinando em seguida até o mês de agosto <sup>2/</sup>.

Em 1979 a força de trabalho agrícola empregada no Estado de São Paulo, segundo o IEA, era aproximadamente 1.400.000 pessoas assim distribuídas: "Desse total, 810 mil, ou seja 58% da força de trabalho, eram trabalhadores que residiam nas propriedades, enquanto os demais 590 mil, isto é, 42% do total, eram trabalhadores não residentes. Dentre os trabalhadores residentes, a mão-de-obra, familiar, ou seja, os proprietários e seus familiares, era constituída de 350 mil pessoas, e os restantes 560 mil eram residentes com as mais variadas relações de trabalho. Portanto, a mão-de-obra familiar representava 43% do total de residentes e a mão-de-obra não familiar,

---

<sup>1/</sup> Estimativa do IEA

<sup>2/</sup> Ver Prognóstico 79/80

57%. Quanto à força de trabalho não residente, 66% correspondiam aos volantes ou boias-frias e os demais 44% correspondiam desde aos proprietários não residentes que trabalhavam nas propriedades até a outros tipos de trabalhadores temporários que eventualmente prestavam serviços às propriedades agrícolas . " (Prognóstico 80/81:64).

Segundo dados do IEA, o número médio diário de volantes usados no Estado de São Paulo cresceu, segundo os levantamentos efetuados de 1974 a 1977 (média) de 334.012 pessoas para 373.279 em 1978 e 392.272 em 1979 <sup>1/</sup>, mostrando o aumento de procura dos trabalhadores volantes que é uma parte dos não residentes que o Prognóstico 77/78 estimou em 25% da força de trabalho e que em 1979 cresceu para 42% do total da força de trabalho.

Outro fato importante de se destacar, com relação ao mercado de trabalho em São Paulo, é referente ao acentuado uso de mão-de-obra de menores e mulheres. Segundo dados preliminares do IEA, "a participação de menores de 15 anos foi de 10% entre o total de empregados nas propriedades, e de 15% , aproximadamente, entre a mão-de-obra familiar relativa às categorias de proprietários parceiros e arrendatários. Do total de adultos (mais de 15 anos) empregados nas propriedades, cerca de 20% eram mulheres. Ao se considerar apenas as categorias de proprietários, arrendatários e parceiros, a percentagem de mulheres trabalhando cresce para quase 30%." (Prognóstico 80/81:65). Esses números ajudam a mostrar que em determinadas épocas do ano agrícola falta mão-de-obra para agricultura, sendo que o contingente de menores e mulheres se vê forçado ao trabalho agrícola, principalmente nas propriedades familiares, arrendamentos e parcerias, que não conseguem disputar homens aos salários vigentes nas épocas de picos de demanda por força de trabalho.

A estrutura de empregos no Estado de São Paulo como um todo é confirmada para as diversas Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs) com pequenas variações na intensidade dos fenômenos ocorridos para o Estado.

---

<sup>1/</sup> Em 1979, a demanda de volantes oscilou entre 310 mil e 548 mil pessoas, nos cinco levantamentos efetuados pelo I.E.A.

Para o ano de 1978 a DIRA de Ribeirão Preto, a mais avançada quanto ao uso de equipamentos e insumos modernos, verifica maior uso de mão-de-obra assalariada e menor participação de proprietários como trabalhadores residentes, conforme mostra a tabela 13. Em contrapartida, as DIRAs de São José do Rio Preto e Presidente Prudente se utilizam de menor número de assalariados. O Vale do Paraíba utilizou a maior percentagem de proprietários como trabalhadores residentes. "O tipo de organização das relações de trabalho, em função da atividade e estrutura fundiária da região, mostra acentuadas discrepâncias: enquanto no Vale do Paraíba existiam em 1976 cerca de 52 mil trabalhadores proprietários para 19.092 imóveis (2,7 trabalhadores proprietários por imóvel), para Ribeirão Preto o índice não chegava a 1 (25 mil trabalhadores proprietários para 31.325 imóveis)." (Prognóstico 79/80:32).

Quanto à mão-de-obra residente nas propriedades agrícolas, comparando-se as médias dos bienios 1971-72, 1975-76 e 1979-80 percebe-se que este tipo de mão-de-obra que vinha decrescendo à taxa de 7,1% 1/ a.a. entre 1971-72 e 1975-76, em função da modernização da agricultura, passou a decrescer à taxa de 2% 2/ a.a. no período 1975-76 a 1979-80, tendendo a se estabilizar de acordo com as necessidades de trabalhadores residentes nas propriedades, conforme mostra a tabela 14.

As DIRAs de São José do Rio Preto e Sorocaba são as que empregam mais trabalhadores residentes, "devido a estrutura de produção regional com culturas perenes e anuais que demandam uma assistência permanente durante o ano agrícola." (Prognóstico 80/81:64).

Nas DIRAs de Sorocaba e Vale do Paraíba, que posuem regiões onde predominam pequenas e médias propriedades, cresce a participação relativa da categoria de proprietários, pois nessas regiões desenvolvem-se atividades agrícolas conduzidas principalmente pela mão-de-obra familiar 3/.

Entre os empregados cresce, em termos absolutos e

---

1/ Ver Prognóstico 80/81 - pág. 64.

2/ Ver Prognóstico 80/81 - pág. 64.

3/ Ver Prognóstico 80/81.

Tabela 13 - Participação Percentual das Diversas Categorias da População Trabalhadora Residente em Imóveis Agrícolas, por DIRA, Estado de São Paulo, abril de 1978.

(em percentagem)

| DIRA                | Categoria de trabalhador |               |                                      |            |                           |        | Total |
|---------------------|--------------------------|---------------|--------------------------------------|------------|---------------------------|--------|-------|
|                     | Proprietário             | Administrador | Arrendatário<br>parceiro e<br>colono | Mensalista | Diarista e<br>empreiteiro | Outros |       |
| São Paulo           | 53                       | 7             | 9                                    | 20         | 6                         | 5      | 100   |
| Vale do Paraíba     | 67                       | 1             | 10                                   | 18         | 2                         | 2      | 100   |
| Sorocaba            | 45                       | 3             | 16                                   | 21         | 9                         | 6      | 100   |
| Campinas            | 38                       | 2             | 19                                   | 26         | 12                        | 3      | 100   |
| Ribeirão Preto      | 30                       | 3             | 15                                   | 35         | 14                        | 3      | 100   |
| Bauru               | 32                       | 2             | 17                                   | 20         | 20                        | 9      | 100   |
| S. J. do Rio Preto  | 38                       | 2             | 34                                   | 15         | 10                        | 1      | 100   |
| Araçatuba           | 36                       | 3             | 21                                   | 30         | 9                         | 1      | 100   |
| Presidente Prudente | 41                       | 2             | 32                                   | 15         | 8                         | 2      | 100   |
| Marília             | 35                       | 2             | 17                                   | 20         | 21                        | 5      | 100   |
| Total               | 42                       | 3             | 20                                   | 21         | 11                        | 3      | 100   |

Fonte: Instituto de Economia Agrícola - Prognóstico 79/80

Tabela 14 - Estimativa do Total de Trabalhadores Residentes nos Imóveis, por Divisão Regional Agrícola, Estado de São Paulo, Biênios 1971-72, 1975-76 e 1979-80

| DIRA                   | 1971-72          |     | 1975-76          |     | 1979-80 <sup>(1)</sup> |     |
|------------------------|------------------|-----|------------------|-----|------------------------|-----|
|                        | 1.000<br>pessoas | %   | 1.000<br>pessoas | %   | 1.000<br>pessoas       | %   |
| São Paulo              | 118,3            | 10  | 85,3             | 10  | 73,2                   | 9   |
| Vale do Paraíba        | 54,5             | 5   | 33,8             | 4   | 32,3                   | 4   |
| Sorocaba               | 163,0            | 13  | 136,5            | 15  | 135,2                  | 16  |
| Campinas               | 136,0            | 11  | 127,5            | 14  | 107,0                  | 13  |
| Ribeirão Preto         | 122,0            | 10  | 91,0             | 10  | 86,2                   | 10  |
| Bauru <sup>(2)</sup>   | ...              | ... | 34,2             | 4   | 38,4                   | 5   |
| São José do Rio Preto  | 192,6            | 16  | 128,4            | 14  | 134,3                  | 16  |
| Araçatuba              | 93,2             | 8   | 62,0             | 7   | 45,7                   | 6   |
| Presidente Prudente    | 158,9            | 13  | 119,4            | 13  | 95,4                   | 11  |
| Marília <sup>(2)</sup> | ...              | ... | 84,4             | 9   | 82,9                   | 10  |
| Bauru/Marília          | 170,8            | 14  | ...              | ... | ...                    | ... |
| Estado                 | 1.209,3          | 100 | 902,5            | 100 | 830,6                  | 100 |

<sup>(1)</sup> Dados preliminares

<sup>(2)</sup> As DIRAs de Bauru e Marília foram desmembradas a partir de 1974

Fonte: Instituto de Economia Agrícola - Prognóstico 80/81

relativos, o número de mensalistas assalariados, configurando o processo de modernização, em detrimento de outras formas de remuneração, cujas categorias decrescem ou mantêm-se estáveis na década de 70, conforme mostra a tabela 15.

O processo de capitalização da agricultura paulista é ratificado pela tendência à diminuição das relações de trabalho tradicionais, como o arrendamento e a parceria, que vêm decrescendo continuamente no período, com seus contingentes de mão-de-obra sendo transferidos, provavelmente, para a categoria de assalariados mensalistas.

Tabela 15 - Estimativa do Total de Trabalhadores Agrícolas Residentes, por Categoria, Estado de São Paulo, Biênios 1971-72, 1975-76 e 1979-80

| Categorias    | 1971-72          |     | 1975-76          |     | 1979-80 <sup>(1)</sup> |     |
|---------------|------------------|-----|------------------|-----|------------------------|-----|
|               | 1.000<br>pessoas | %   | 1.000<br>pessoas | %   | 1.000<br>pessoas       | %   |
| Proprietário  | 455,0            | 38  | 371,0            | 41  | 341,6                  | 41  |
| Administrador | 29,5             | 3   | 26,0             | 3   | 24,2                   | 3   |
| Arrendatário  | 81,8             | 7   | 46,5             | 5   | 18,0                   | 2   |
| Parceiro      | 245,0            | 20  | 149,0            | 17  | 126,9                  | 15  |
| Colono        | 36,0             | 3   | 27,5             | 3   | 31,4                   | 4   |
| Mensalista    | 136,5            | 11  | 145,0            | 16  | 173,9                  | 21  |
| Diarista      | 136,0            | 11  | 92,5             | 10  | 67,4                   | 8   |
| Empreiteiro   | 51,5             | 4   | 20,5             | 2   | 15,7                   | 2   |
| Outros        | 38,0             | 3   | 24,5             | 3   | 31,5                   | 4   |
| Total         | 1.209,3          | 100 | 902,5            | 100 | 830,6                  | 100 |

<sup>(1)</sup> Dados preliminares

Fonte: Instituto de Economia Agrícola - Prognóstico 80/81



## VI - ALGUMAS QUALIFICAÇÕES TEÓRICAS

Com o processo de transformação da agricultura, onde este setor passa a ser consumidor de máquinas e insumos produzidos pelo setor industrial, houve mudanças profundas no mercado de trabalho rural, principalmente no que diz respeito à demanda de mão-de-obra. Com a introdução de inovações tecnológicas no processo de produção da agricultura, ocorreu considerável aumento na sazonalidade do emprego rural, pois essas inovações, que atingiram basicamente os produtos exportáveis, não permitem substituir a mão-de-obra de forma drástica em todo ciclo da produção. Dessa forma, em algumas épocas do ano, ocorre grande procura de mão-de-obra e em outras essa procura se reduz drasticamente, deixando grande quantidade de pessoas desempregadas.

Essa sazonalidade provoca uma dispensa e menor uso de empregados residentes, pois a empresa rural não deseja ficar com grande volume de força de trabalho ocioso e dessa forma ela passa a prescindir do trabalho dos residentes - assalariados residentes, colonos, parceiros e pequenos arrendatários.

Essa expulsão de antigos moradores passa, então, a aumentar a oferta de trabalhadores assalariados não residentes. Esses movimentos aliados a fatores institucionais (Estatuto do trabalhador rural) intensificaram o uso de formas de trabalho volante, aprofundando e ampliando uma transformação que data

dos anos 50 1/.

Não se pode pensar em estudar o mercado de trabalho agrícola, de forma apartada do mercado de trabalho urbano, pois além do livre fluxo entre esses dois setores da economia, devemos considerar que o setor agrícola (principalmente o subsetor de bens domésticos) fornece alimentos ao setor urbano-industrial, o que por sua vez se relaciona com o valor dos salários urbanos. Como existe inter-relação entre os dois setores, o preço dos alimentos influencia os salários urbanos e estes, consequentemente, influenciam o salário rural. Deve-se pois se preocupar, ao estudar-se o comportamento dos salários rurais, com o setor produtor de alimentos representado notadamente pela pequena produção, que é bastante relacionada com o setor capitalista da economia.

Com a transformação da agricultura, a empresa agrícola dita capitalista, tem intensificado suas relações com a pequena produção familiar, "de tal forma que é impossível pensar no mercado de trabalho através apenas do trabalho assalariado agrícola. Há que estudar, simultaneamente sua outra face: a organização familiar do trabalho (e a produção realizada por unidades não assalariadas)." (CASTRO, A.C. et alii, 1979: 174).

Esses autores vêem três formas de articulação entre a pequena produção agrícola e a produção capitalista na economia como um todo: "Na primeira, a pequena produção constitui para o resto da economia um reservatório de produção de subsistência e de mão-de-obra; na segunda constitui um reservatório de terras; na terceira, a pequena produção não é mais um 'reservatório de recursos', mas a sua vinculação com a produção capitalista é direta, é parte integrante dela..." (CASTRO, A.C. et alii, 1979:175).

Essas formas de articulação, embora diferentes entre si, e adequadas para diferentes casos, conduzem, quanto ao funcionamento do mercado de trabalho, ao mesmo resultado, qual seja, permitem uma exploração da mão-de-obra da pequena produção por parte da empresa tipo capitalista. Esse relacionamento faz com que o setor capitalista da economia (urbano e rural)

---

1/ Ver CASTRO, A.C. et alii (1979)

tenha disponível grande quantidade de mão-de-obra a baixos salários. Dessa forma, em épocas e prazos determinados, essa articulação provoca uma ampliação relativa da mão-de-obra familiar, que "viabiliza a expansão capitalista nacional e é responsável, ... pelo reduzido nível de remuneração salarial para o conjunto dos trabalhadores brasileiros." (CASTRO, A.C. et alii, 1979: 179).

Esse processo de exploração da mão-de-obra não é fruto da atual fase da expansão capitalista, ele está sendo agravado em alguns casos, pois na realidade a composição da força de trabalho no Brasil já vem apresentando a mescla de assalariamento direto e semi-assalariamento desde o século passado com a vinda de imigrantes para a produção de café. "A imigração para o Brasil só se tornou um fato, tanto para os fazendeiros quanto para os trabalhadores, quando se chegou à fórmula que combinou o pagamento em dinheiro (pelos carpos do cafezal e pela colheita do café) com a permissão para o cultivo de gêneros de subsistência entre as leiras do cafezal ou num terreno à parte dentro da fazenda. De fato, o regime de colonato desenvolveu-se como uma complexa combinação técnica e econômica de produção do café como mercadoria e de produção direta dos meios de vida necessários à reprodução da força de trabalho." (MARTINS, J.S., 1977, citado por CASTRO, A.C. et alii, 1979:181).

Como foi dito, o processo de transformação da agricultura veio provocar mudanças profundas no mercado de trabalho rural, porém os métodos de barateamento do custo da mão-de-obra como o da utilização de assalariados temporários e residentes ou colonos, meeiros, etc, já eram conhecidos desde os primórdios do café. Nota-se que à medida que se necessita do pequeno produtor, proprietário ou não, com ele a empresa capitalista convive, porém quando não mais necessita desse tipo de parceiro, descarta-o e passa a utilizar apenas o assalariado puro. Com esse "descarte" forma-se um contingente de mão-de-obra, antes produtor de alimentos para subsistência, que serve como oferta abundante de força de trabalho, provocando o rebaixamento dos salários.

O comportamento do salário agrícola é influenciado, entre outros fatores, pelo grau de concentração da posse da terra, pois quando grande parte da população ligada à agricul

tura tem acesso à terra como proprietário, podendo produzir o suficiente para subsistência e vender o excedente, pode negociar sua força de trabalho com maior poder de barganha, exigindo no mínimo o valor do produto na sua própria terra <sup>1/</sup>.

No caso de uma distribuição da posse da terra pouco democrática, o contingente de mão-de-obra não tem muitas alternativas para vender sua força de trabalho, pois sem vendê-la não consegue nem o mínimo para sua subsistência. Esse contingente, em alguns casos e épocas, se assalaria de forma integral; em outros casos e/ou épocas o trabalhador recebe propostas de parceria e/ou arrendamento, que na realidade, como é fato notório e bastante estudado, não passam de propostas ardilosas para se obter mão-de-obra barata, sem encargos sociais e com risco diminuído, pois o próprio trabalhador também assume o risco do empreendimento. Além disso, serve esse tipo de contrato para manter ao fácil alcance do proprietário um contingente de mão-de-obra barata nos períodos em que esses empregados-parceiros e ou arrendatários não estão trabalhando na "sua" roça. É o capital usando da melhor forma para expropriar a mão-de-obra, ora usando um tipo ou outro de ardil a ponto de às vezes algumas relações de produção na agricultura serem chamadas pelos estudiosos de relações pré-capitalistas de produção. Para o caso atual e principalmente nas regiões de agricultura mais capitalizada, como é o caso de São Paulo, essa mescla de formas de contratação está praticamente em extinção, pois os empresários preferem o assalariamento puro de empregados não residentes para evitar a sujeição à legislação que regulamentou o trabalho agrícola (Estatuto do Trabalhador Rural) e o uso da terra, principalmente no caso de parceria e arrendamento (Estatuto da Terra).

É conveniente lembrar, ao se tecer essas considerações a respeito do mercado de trabalho num processo de transformação econômica, que nem toda modernização tecnológica da agricultura tem como efeito uma diminuição da necessidade de mão-de-obra. As inovações que afetam a produtividade do solo - insumos químicos e orgânicos - que aumentam a fertilidade do solo, provocando, via de consequência, maior produção, podem

---

<sup>1/</sup> Ver ROBINSON & EATWELL (1978).

conduzir a uma maior demanda de mão-de-obra, principalmente na época da colheita, o que pode aumentar o problema da sazonalidade. Por outro, lado a introdução de máquinas de forma generalizada acaba por provocar redução na demanda por mão-de-obra.

Com um processo de modernização integrado, ou seja, quando se adotam técnicas que aumentam a produtividade do solo (técnicas poupadoras de terra) associadas à mecanização intensa, parece claro que o efeito líquido, no que diz respeito à mão-de-obra, é no sentido de reduzir a sua demanda por área, em regiões de exploração não recente. Em regiões pouco exploradas a mecanização pode até provocar um aumento na demanda de mão-de-obra <sup>1/</sup>.

Cumprе ressaltar que é muito difícil generalizar-se o comportamento dos salários agrícolas, pois tendo em vista os diferentes graus de tipos de modernização, que afetam de forma diferentes a procura por mão-de-obra, os salários são afetados em cada caso com diferentes intensidades. É de se frisar que nem só a modernização afeta o comportamento dos salários. A estrutura agrária regional, o tipo de exploração, a penetração efetiva da legislação rural, a capacidade de mobilização sindical local também afetam o comportamento dos salários agrícolas. Esses fatores também dificultam a generalização de um só comportamento dos salários agrícolas no Brasil. Para efeito do presente trabalho, na maioria das vezes, utilizar-se-á o conceito de modernização com o sentido de técnicas poupadoras de trabalho e no sentido de frisar que independentemente do impacto sobre utilização global de mão-de-obra, estas técnicas aumentam consideravelmente a sazonalidade da demanda de mão-de-obra.

Essa sazonalidade conjugada com o tipo recente e generalizado de mão-de-obra disponível, principalmente na região sudeste - o volante - que normalmente reside nas cidades e presta serviços na atividade rural e urbana, demonstra, de forma evidente, a mobilidade da mão-de-obra entre os dois setores da economia, conforme quer o modelo teórico proposto.

Nas regiões mais capitalizadas, onde a terra é bas

---

<sup>1/</sup> Ver CASTRO, A.C. et alii (1979).

tante concentrada nas mãos de poucos proprietários caracterizando de forma marcante a situação da atividade agrícola como empreendimento capitalista em que a empresa rural visa maximizar o lucro, é que se nota intensamente a presença de assalariados temporários. Nessas regiões, normalmente, se cultivam produtos voltados à exportação cuja forma de produção procura obter os maiores retornos possíveis. É o caso, por exemplo, da produção de cana-de-açúcar na região de Sertãozinho, SP, onde a terra se acha violentamente concentrada nas mãos de poucos empresários que foram fazendo desaparecer todo tipo de pequenos produtores <sup>1/</sup>. A terra é explorada de forma intensa com a cana-de-açúcar e de forma mecanizada, com grande número de assalariados temporários. Sertãozinho apresenta as propriedades onde se utiliza um dos maiores índices de volantes. "Isso significa que as fazendas da região preferem não ter empregados permanentes, que normalmente residem no próprio local do emprego... Essa política de utilizar mão-de-obra temporária, como já foi dito, serve para reduzir os encargos sociais das grandes fazendas, que preferem utilizar esse tipo de mão-de-obra que é facilmente dispensada na época de menor atividade agrícola." (GEBARA, 1976:57).

SINGER (1975) diz que o empresário agrícola, para diminuir o seu custo com mão-de-obra, procura empregar menos trabalhadores permanentes, substituindo-os por assalariados temporários, recorrendo inclusive à mecanização intensa de sua atividade <sup>2/</sup>. Valoriza-se dessa forma o capital do empresário agrícola <sup>3/</sup>.

Para caracterizar o nível empresarial e a preocupação com a maximização do lucro em uma região de desenvolvimento capitalista, coloca-se ainda o caso de Sertãozinho, onde 95% dos imóveis estão voltados para o mercado, comercializando sua produção com altos níveis de produtividade do trabalho e da terra, muito acima dos mesmos índices para o Brasil <sup>4/</sup>.

---

<sup>1/</sup> Ver GEBARA (1976).

<sup>2/</sup> Ver SINGER (1975).

<sup>3/</sup> Ver GONZALES & BASTOS (1975).

<sup>4/</sup> Ver GEBARA (1976).



Numa situação de transformação da agricultura, a empresa agrícola tende a agir como uma empresa do setor capitalista-industrial que pode disputar seus fatores de produção e procura aloca-los da melhor forma possível. Com esse processo de transformação da agricultura, o grosso da mão-de-obra utilizada no setor agrícola passa a ser o volante que apresenta mobilidade para trabalhar no setor rural e urbano-industrial.

A mão-de-obra, conhecendo os salários dos dois setores, pode optar por trabalhar na agricultura ou nas cidades, em serviços de pouca qualificação. A mão-de-obra pode se deslocar de um setor a outro com relativa rapidez e facilidade, pois, criou-se um aparato de arregimentação de transporte que se prestam exatamente para isso. Nas cidades os trabalhadores se encontram e trocam informações a respeito das oportunidades de emprego, tanto no setor rural como no urbano - serventes de pedreiro, faxineiros, vigias, jardineiros, saqueiros, etc. e acabam por optar por onde conseguem melhor remuneração diária. Para o trabalho na lavoura existe o empreiteiro que contrata essa mão-de-obra e a conduz aos locais de trabalho, principalmente nas épocas de picos de demanda, quando se acirram as disputas por mão-de-obra na colheita ou em outra fase da produção menos mecanizada. É bom fazer-se a ressalva de que mesmo nas épocas de grande procura por mão-de-obra no setor agrícola, embora ocorram aumentos dos salários-diários, estes não funcionam como num mercado livre, pois os empreiteiros, os "gatos", fazem acordos entre si e com os empregadores e evitam aumentos sazonais maiores. Nem todo aumento de produtividade é repassado para os trabalhadores. As situações de pico de demanda e de diminuição drástica na utilização de mão-de-obra pelo setor agrícola, à medida de seu interesse, podem ser atendidas pela já descrita interação dos dois mercados de trabalho que se relacionam intimamente provocando e permitindo um bom nível de mobilidade da mão-de-obra.

O mercado de trabalho no Brasil não tem um comportamento que possa ser generalizado. Existem épocas e lugares em que a agricultura não mais libera mão-de-obra a salários reais constantes. Desaparece, mesmo que de forma temporária, o excedente de mão-de-obra - são os casos de desaparecimento ou "ocultação" do excedente de mão-de-obra. Esse fenômeno não é generalizado para o Brasil, pelo contrário, as evidências têm



mostrado que a mão-de-obra não se tem apresentado como fator escasso no Brasil. Tudo indica que no Brasil como um todo existe na agricultura um excedente de mão-de-obra disponível para o setor capitalista da economia (tanto o setor moderno da agricultura como o setor urbano-industrial).

Nos casos de desaparecimento ou "ocultação" do excedente de mão-de-obra, o deslocamento da força de trabalho do setor agrícola para o urbano se faria a custos crescentes. Haveria disputa pela mão-de-obra escassa e isso provoca aumentos salariais. Esse fenômeno pode ocorrer especificamente em algumas épocas do ano agrícola, nas fases pouco mecanizadas da produção agrícola e ocorre com maior intensidade nas regiões mais desenvolvidas, como o caso do Estado de São Paulo. Esse tipo de ocorrência é fenômeno localizado e que não pode ser generalizado, pois só em casos de uma região com um setor urbano-industrial desenvolvido e um setor agrícola também desenvolvido e ativo, por exemplo, São Paulo, chega a ocorrer escassez de mão-de-obra em determinados períodos do ano. O contingente de mão-de-obra é dado e é disputado pelo setor urbano-industrial e pelo subsector agrícola capitalizado. O trabalhador opta por quem paga mais, ou ele vai para colheita do produto da época ou vai para a cidade trabalhar em serviços de baixa qualificação. O fenômeno é sazonal, tem se repetido ao longo do tempo, e tem inclusive provocado uma tentativa intensa de mecanização da colheita - que é a fase que mais demanda trabalho - por exemplo, da cana-de-açúcar, por parte dos grandes produtores para enfrentar a "escassez" de mão-de-obra. Algumas empresas do ramo canavieiro já se tem equipado com máquinas colhedoras apenas para se "garantirem" contra a escassez de mão-de-obra. Essa garantia serve inclusive como manobra para evitar a elevação dos salários rurais na fase de colheita. Ainda não compensa uma mecanização intensa da colheita - seus custos ainda são maiores que o custo da colheita manual. A colheita de algodão também provoca uma disputa entre os dois setores da economia, por mão-de-obra. Nessa disputa por mão-de-obra, onde propugnam o setor urbano-industrial e o subsector exportador da agricultura, o que leva grande desvantagem é o subsector doméstico da agricultura, que não consegue, sem se descapitalizar, pagar maiores salários e nem se mecanizar e acaba sucumbindo <sup>1/</sup>.

---

<sup>1/</sup> GASQUES, et alii (1979).

O comportamento mais geral, para o Brasil e talvez para São Paulo, ao longo do tempo, é o caso representado pela existência de excedente de trabalho, pois de forma geral, embora a população rural tenha declinado, as pessoas migram para as cidades e continuam trabalhando na atividade agrícola. Esse fenômeno ocorre também em São Paulo, como relata GARCIA (1980: 21) ao analisar os dados da PNAD: "É interessante observar que a queda de pessoal ocupado no setor agrícola foi menor do que na população economicamente ativa. Enquanto a primeira de cresceu a uma taxa de 1,03% a.a., a segunda decresceu 2,43% a.a. A diferença entre ambas as populações era de 90 mil pes soas, em 1971 e em 1977 era mais de 186 mil pessoas. Essas di ferenças indicam claramente que o esvaziamento da zona rural foi bem maior que a diminuição na oferta de empregos rurais. Is to é, a oferta de empregos caiu, mas não no mesmo ritmo que a população rural. As pessoas que migraram para as cidades nem sempre mudaram para um emprego urbano. Mudavam de residência mas continuavam a trabalhar no campo".

É de se lembrar que atualmente ocorre no Brasil o que SOUZA (1980) chama de "paradoxo da abundância com escas sez", ou seja, num mercado de trabalho onde tudo indica a exis tência de um excedente de trabalho, ocorre escassez de mão-de-obra de baixa qualificação, como tem sido reclamado por líde res empresariais <sup>1/</sup>. Essa "escassez" não permite uma libera ção de trabalho do setor agrícola a salários constantes para o setor urbano-industrial.

SOUZA (1980) argumenta que problemas relacionados com a força de trabalho devem se restringir apenas aos proletá rios, pessoas que, despojadas da propriedade dos meios de pro dução, assalariam-se para subsistir, desprezando assim os ocu pados em formas não tipicamente capitalistas de organização.

Por essa ótica dever-se-ia, ao se estudar o compor tamento dos salários agrícolas, desprezar-se o contingente de pequenos produtores - posseiros, arrendatários, meeiros - como força capaz de rebaixar os salários; seriam eles "neutros", não exercendo pressões baixistas sobre os salários em alguns casos, ou ao contrário não teriam influência sobre os salários

---

<sup>1/</sup> Ver SOUZA (1980).

quando ajudam a reter a mão-de-obra na agricultura de subsistência, evitando que essa se submeta a salários irrisórios no setor capitalista propriamente dito, da economia. A nosso ver, não se pode desprezar o contingente de trabalhadores engajados em formas não tipicamente capitalistas de organização. O próprio autor acima mencionado admite textualmente, quando não se detém rigidamente aos conceitos teóricos de força de trabalho, que "se tal contingente é marginal, sua existência em nada afeta o dinamismo do sistema e a taxa de salários não guarda relação com o 'excedente de mão-de-obra'. Se, ao contrário, essa massa pode ser entendida como parte do exército industrial de reserva, torna-se importante a qualificação de seu papel na determinação dos baixos salários que em geral caracterizam tais economias". (SOUZA, 1980:110).

À medida que o capitalismo vai tomando o espaço da pequena produção e destituindo o pequeno produtor dos meios de produção, vai se criando um contingente de pessoas que fica à disposição do setor capitalista para servir como mão-de-obra. Como nem sempre todo o contingente é absorvido pelo setor dinâmico da economia, parte desse contingente é quase sempre marginalizado. Esse excedente tem que procurar sua sobrevivência. Às vezes o faz no setor rural, na pequena produção de subsistência, ou então no setor urbano como "biscateiros". De uma forma ou de outra se engaja em alguma atividade para sobreviver, porém sempre à disposição do setor capitalista.

Esse contingente excedente, em alguns casos, não responde de imediato à convocação do setor capitalista e assim cria-se a "escassez com excedente". É preciso que o capital invista novamente sobre as "atividades marginais" do contingente excedente e as destrua para que esse excedente não permita a ocorrência de escassez de trabalho <sup>1/</sup>. Dessa forma, com a destruição das atividades não capitalistas propriamente ditas, e com a impossibilidade de sobreviver, o excedente se dirige para o setor capitalista ao salário que esse define. O que convém ficar claro é que existe uma disputa entre os setores e existem intervalos de tempo em que o setor capitalista é obrigado a pagar salários maiores para conseguir mão-de-obra. Nes

---

<sup>1/</sup> Ver SOUZA (1980).

sas circunstâncias, ele não dita os salários como bem entende. Ele se vê forçado a pagar no mínimo o que a mão-de-obra ganha no serviço alternativo. No caso específico da mão-de-obra engajada na agricultura de subsistência, dada a mobilidade desse fator, ela se desloca para o setor que melhor lhe remunere, até que sua economia de subsistência seja destruída e aí se vê forçada a se entregar, pois sua resistência termina e é necesário se assalariar para subsistir, ficando subjugada ao setor capitalista da economia.

Existem vários fatores que afetam o comportamento dos salários agrícolas, dentre os quais comentar-se-ão alguns: A política salarial que determina o salário mínimo para diferentes regiões no Brasil acaba por influenciar o comportamento do salário agrícola, principalmente onde a legislação trabalhista se faz cumprir. O salário mínimo é o piso salarial legal. Mesmo em regiões onde a agricultura não cumpre esse preceito legal, o salário rural é afetado pelo salário legal pago no setor urbano, que pode eventualmente servir como fator de comparação para o assalariado rural. A força dos sindicatos também influencia o comportamento dos salários. Um sindicato rural forte consegue mobilização e assim fazer valer no mínimo o salário legal, além de outros benefícios indiretos. Um sindicalismo urbano forte consegue ter suas reivindicações salariaes atendidas no setor não agrícola e com isso ajuda a indicar uma direção para os salários rurais. Porém sindicatos reprimidos e não atuantes não conseguem atender aos anseios por maiores salários. BACHA (1979) chega a identificar que a queda do salário real e sua manutenção em nível baixo se deve ao sistema político autoritário vigente no Brasil.

A legislação trabalhista pode beneficiar os que conseguem manter seus empregos mas provoca desemprego e não atinge os empregados de empresas marginais que simplesmente não cumprem a legislação, ou nas palavras de MACEDO (1981:53): "Qualquer análise do impacto da legislação do salário mínimo sobre os salários dos trabalhadores não qualificados apontaria que um mínimo mais elevado pode, em certa extensão aumentar os rendimentos reais daqueles que trabalham para firmas cujo não cumprimento da lei representaria uma resposta mais difícil e menos interessante. Este é o caso do setor organizado sob a forma de empresas formalmente constituídas, principalmente as

de grande porte".

É conveniente ressaltar-se aqui que com a introdução da legislação, que é obrigatória, os salários rurais sobem inicialmente com o impacto da nova lei e também porque ninguém declara que paga menos que o salário legal, sem contar com o ardil de dizer que paga o mínimo legal e descontar tudo o que a lei permite: casa, energia, etc. Sob esse ponto de vista deve-se fazer a análise sobre a legislação com muito cuidado e concluir com severas reservas. Além disso deve-se ater ao fato de que o salário mínimo não atinge de forma igual os trabalhadores de baixa qualificação <sup>1/</sup>. MACEDO (1981:49) diz "que os salários dos trabalhadores não qualificados não seguiram o mesmo declínio do salário mínimo real da década de 60. Portanto, não é possível usar os dados do salário mínimo para obter conclusões acerca do comportamento dos salários dos trabalhadores não qualificados tanto no setor urbano quanto rural".

A estrutura agrária é outro fator que afeta salários. Quanto mais concentrada, por exemplo, for a posse da terra, com o conseqüente afastamento da terra de grandes contingentes de mão-de-obra, criam-se condições para rebaixamento dos salários reais pagos, pois a mão-de-obra fica disponível em quantidades não reduzidas e recebendo emprego apenas nos dias que o produtor precisar realizar alguma tarefa agrícola. "... é a existência de um excedente de mão-de-obra disposta a trabalhar por salários de subsistência o fator principal por detrás da ineficácia da legislação na determinação das taxas mínimas de remuneração dos trabalhadores não qualificados." (MACEDO, 1981:53). O excedente de mão-de-obra é que provoca o não cumprimento da legislação trabalhista e não permite um sindicalismo rural forte (sem perder de vista, nesse caso, a legislação impeditiva de um sindicalismo autônomo e autêntico).

A relação de trocas entre agricultura e indústria também pode influenciar o comportamento dos salários. À medida que os preços pagos ao setor agrícola aumentam em relação aos preços industriais, o setor agrícola pode disputar mão-de-obra, nas épocas de picos de demanda, com ou outro setor pagan

---

<sup>1/</sup> Ver MACEDO (1981), BACHA (1979).



do salários mais elevados. Caso ocorram mudanças de preços que venham a prejudicar o setor agrícola, este tenderá a diminuir a intensidade de suas atividades e a demanda de trabalho agrícola se reduzirá, ocorrendo o fenômeno oposto ao analisado anteriormente quando se supôs uma melhoria relativa nas trocas entre o setor urbano e agrícola beneficiando este último.

Um outro fenômeno - as políticas de crédito subsidiado para aquisição de máquinas e equipamentos - pode também influenciar o comportamento dos salários. Sabendo-se que capital e trabalho podem se substituir entre si, a política que beneficia a aquisição de capital possibilita a difusão de seu uso, a custo artificialmente baixo, penalizando a utilização de mão-de-obra. Essa substituição pode provocar sobras de mão-de-obra e, consequentemente, uma diminuição do seu poder de barganha para negociar salários. A política de crédito subsidiado torna o fator trabalho artificialmente mais caro, fazendo com que seja substituído por capital <sup>1/</sup>.

Quando por qualquer razão o empresário agrícola sente-se "ameaçado" pelo fator trabalho - no sentido de disputa do excedente - ele recorre aos incentivos oficiais para substituir mão-de-obra por capital. Essa capitalização subsidiada permite o aumento de produtividade de mão-de-obra. Embora possa ocorrer aumento de produtividade da mão-de-obra, o ganho daí advindo não é convenientemente repassado para os salários, ficando apropriado pelo proprietário.

A relação de trocas entre o Brasil e outros países pode também influenciar o comportamento dos salários. Quando as exportações brasileiras de produtos primários têm modificada a seu favor a relação de preços, ou seja, quando o produto exportado se valoriza nas trocas internacionais, o subsector agrícola exportador ganha força e se dinamiza ainda mais. Dessa forma com essa melhoria de relações de preços a agricultura, pelo seu ramo dinâmico exportador, ganha poder de barganha e pode disputar mão-de-obra com o setor urbano-industrial, nas épocas de pico de demanda por esse fator, e pagar salários competitivos. O subsector exportador se tecnifica, aumenta a produtividade e consequentemente pode pagar maiores salários.

---

<sup>1/</sup> Ver RANGEL (1979).

## VII - DISCUSSÃO E ALGUNS RESULTADOS

Na presente seção analisar-se-á a evolução e comportamento dos salários agrícolas ao longo do tempo, tendo em mente a fundamentação teórica vista anteriormente. Estudarse-á o comportamento dos salários agrícolas de diversas categorias comparando-os com os salários urbanos de trabalhadores em atividades que não exigem alto grau de especialização, levando-se em conta modificações conjunturais que ocorrem tanto no setor rural como no setor urbano da economia.

Na primeira parte desta seção a análise diz respeito ao Brasil e na segunda parte procurar-se-á fazer análise semelhante para o Estado de São Paulo.

A figura 1 e a tabela 16 mostram, basicamente, os índices de salários reais de duas categorias de trabalhadores com pouca qualificação no meio rural (diaristas) e no meio urbano (serventes na construção civil). Notamos, através da tabela, que com exceção dos anos de 1974 e 1975 (quando os salários são praticamente iguais), os salários nominais dos serventes são maiores que os salários diários nominais do trabalhador rural. Em termos reais, o índice de salário do diarista na agricultura cresce no período de 1969-79, aumentando em 39,03%, enquanto que o índice de salário real dos serventes aumenta de 2,86% no intervalo de tempo de 1969-79. O comporta



Tabela 16 -Salários Nominais e Índices de Salários Reais (base: 1977 = 100) de Diaristas na Agricultura e Serventes na Construção Civil - Brasil, 1969/79

| Anos | Diarista na Agricultura        |                 |                        | Servente na construção civil |                 |                        |
|------|--------------------------------|-----------------|------------------------|------------------------------|-----------------|------------------------|
|      | Salário Nominal(1)<br>Cr\$/dia | I.C.A.<br>RJ(2) | Índice<br>Salário Real | Salário nominal<br>Cr\$/dia  | I.C.A.<br>RJ(2) | Índice<br>Salário Real |
| 1969 | 3,05                           | 13,55           | 65,72                  | 4,48                         | 13,55           | 92,87                  |
| 1970 | 3,65                           | 17,02           | 61,80                  | 5,36                         | 17,02           | 88,46                  |
| 1971 | 4,67                           | 20,78           | 64,77                  | 6,48                         | 20,78           | 87,59                  |
| 1972 | 5,75                           | 24,46           | 67,75                  | 7,76                         | 24,46           | 89,12                  |
| 1973 | 7,41                           | 28,07           | 76,08                  | 9,20                         | 28,07           | 92,06                  |
| 1974 | 12,47                          | 38,35           | 93,71                  | 12,40                        | 28,35           | 90,82                  |
| 1975 | 17,33                          | 48,09           | 103,85                 | 17,20                        | 48,09           | 100,47                 |
| 1976 | 23,51                          | 68,52           | 98,89                  | 24,48                        | 68,52           | 100,36                 |
| 1977 | 34,70                          | 100,00          | 100,00                 | 35,60                        | 100,00          | 100,00                 |
| 1978 | 46,55                          | 140,50          | 95,48                  | 51,52                        | 140,50          | 103,00                 |
| 1979 | 71,97                          | 227,00          | 91,37                  | 77,20                        | 227,00          | 95,53                  |

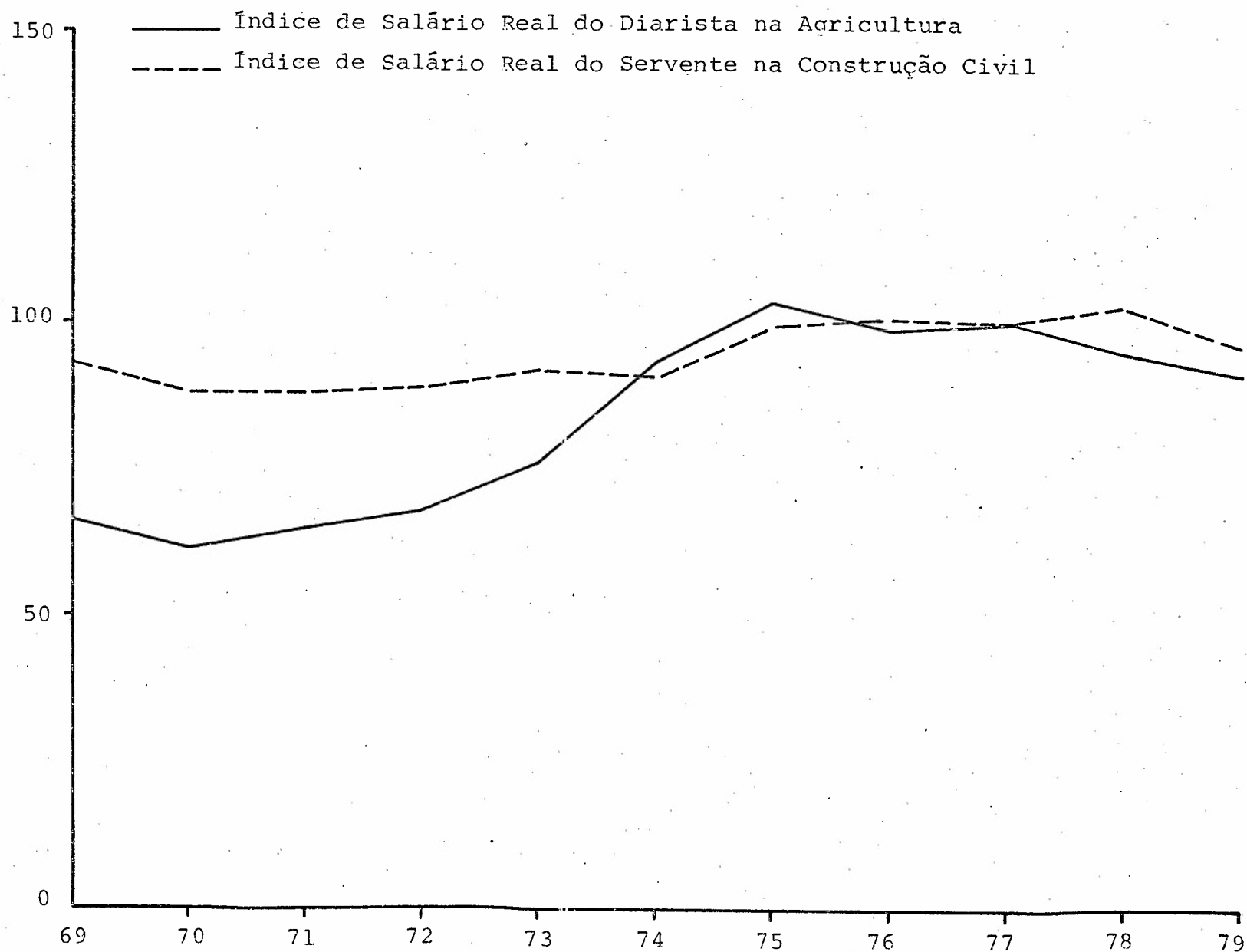
Fonte: Dados básicos da FIBGE e FGV.

(1) Salário do 1º semestre de cada ano

(2) I.A.C.-RJ - Índice de custo da alimentação para o Rio de Janeiro

NOTA: Índice de salário real = salário nominal de cada ano ÷ salário nominal de 1977 x 100 ÷ I.C.A.-RJ de cada ano x 100.

FIGURA 1 - Evolução dos Índices de Salário Real do Diarista na Agricultura e  
Servente na Construção Civil - Brasil. (Referente à Tabela 16).



mento de ambos os índices de salários reais não difere subtancialmente. As tendências gerais de seus movimentos são as mesmas, mostrando que essas duas categorias disputam os mesmos empregos e se deslocam para o setor que melhor pagar. Os salários de serventes e eventuais (diaristas) parecem se influenciar mutuamente, à medida que a demanda dessas categorias aumenta ou diminui 1/.

O salário real urbano da mão-de-obra não-qualificada apresenta-se, no período analisado, praticamente constante em termos de poder de compra de alimentos que é componente importante no orçamento familiar desse tipo de assalariado. Esse comportamento do salário real ocorre num momento político autoritário, onde os sindicatos não têm força suficiente para pugnar com vantagens no sentido de obter melhoria salarial 2/. Nesse período ocorre maior crescimento do salário real dos diaristas na agricultura devido à maior procura desse tipo de mão-de-obra nas épocas de pico de demanda por força de trabalho.

A figura 1 mostra um "gap" salarial em favor dos serventes na construção civil no período 69-74, período esse em que ocorre o chamado "milagre econômico." As atividades urbanas estavam em ritmo acelerado e a construção civil absorvendo grandes contingentes de mão-de-obra, e até mesmo as mulheres estavam ingressando na construção civil. A partir de 1974 os dois salários tenderam a se igualar, como mostra a aderência das duas linhas na citada figura 1. Os salários urbanos se mantiveram estáveis e o salário dos diaristas na agricultura cresceram numa tendência à homogeneização salarial. Parece que se não houvesse um regime político autoritário, os salários urbanos da mão-de-obra não qualificada aumentariam e não ficariam constantes, como propõe o modelo de crescimento dual 3/.

---

1/ A comparação feita entre os salários dessas duas categorias de mão-de-obra é proposital, pois se assemelham quanto ao nível de qualificação e são aptas a trabalharem indistintamente no setor agrícola ou no urbano em atividades pouco exigentes em qualificação.

2/ Ver BACHA (1979).

3/ Ver BACHA (1979).

O crescimento dos salários reais agrícolas da categoria diarista é devido à maior procura por essa mão-de-obra que passou a se avolumar nas cidades, morando nas periferias, expulsa que fora do setor rural. Essa mão-de-obra passa a ser solicitada a trabalhar no campo quando ela é necessária - principalmente nas épocas de colheitas - e assim, seu salário diário aumenta (não ocorrendo necessariamente o mesmo com o ganho anual), pois há disputas por mão-de-obra nos períodos de grande demanda na agricultura, agravadas pela procura por mão-de-obra pelo setor urbano. Cumpre ressaltar que a análise feita considerou salários diários e que nem todo trabalhador eventual consegue trabalhar todos os dias durante todo o ano, o que é um fator de diminuição salarial para essa categoria de trabalhador que ganha bem por dia mas ganha mal por ano.

A tabela 17 e figuras mostram a evolução dos índices dos salários rurais para diversas categorias de trabalhadores - 3 conceitos diferentes de índices: salário deflacionado, mostrando o poder aquisitivo do trabalhador rural sobre a cesta de bens que fazem parte do PIB; salário-produto - "é um conceito de custo e relaciona-se com a demanda de mão-de-obra por parte da agricultura capitalista." (BACHA, 1979:586-587) . Representa o poder de compra do salário rural sobre os bens que ajuda a produzir; salário real, representando o poder de compra sobre a cesta de alimentos básicos.

O salário deflacionado e o salário real mostraram-se crescentes para as 4 categorias consideradas na tabela 17 mostrando que os salários das categorias rurais aumentaram seu poder de compra com relação aos bens do PIB e cesta de alimentos na cidade do Rio de Janeiro. Esse tipo de informação é confirmado em SUPPLY (1977:61), onde o autor mostra a evolução dos índices de salários nominais e reais deflacionados pelo Índice de Custo de Vida da Guanabara.

A tendência de crescimento, no tempo, dos salários deflacionados (representando o poder de compra dos salários em termos dos bens considerados no PIB) e dos salários reais (representando o poder de compra dos salários em termos de produtos de alimentação) não tem grande significado quando não se compara esse crescimento com o crescimento da produtividade do setor agrícola onde essa mão-de-obra presta serviços. Os acréscimos de salários devem ser comparados com o acréscimo de pro

Tabela 17 - Índices de Salários Rurais: Índice de Salário Deflacionado; Índice de Salário Produto; Índice de Salário Real, para Diaristas (Trabalhador Eventual), Trabalhadores Permanentes (Mensalista), Tratoristas e Administradores Agrícola - Brasil, 1966-1980, Base: 1977 = 100.

| Anos | Diaristas (trab. eventual)  |                        |                     | permanentes (mensalista)    |                        |                     | Tratoristas                 |                        |                     | Administrador Agrícola      |                        |                     |
|------|-----------------------------|------------------------|---------------------|-----------------------------|------------------------|---------------------|-----------------------------|------------------------|---------------------|-----------------------------|------------------------|---------------------|
|      | Índice Salário Deflacionado | Índice Salário Produto | Índice Salário Real | Índice Salário Deflacionado | Índice Salário Produto | Índice Salário Real | Índice Salário Deflacionado | Índice Salário Produto | Índice Salário Real | Índice Salário Deflacionado | Índice Salário Produto | Índice Salário Real |
| 1966 | 54,99                       | 122,60                 | 55,85               | 67,04                       | 149,45                 | 68,05               | 75,46                       | 168,23                 | 76,60               | 63,94                       | 142,54                 | 64,90               |
| 1967 | 57,02                       | 137,07                 | 60,62               | 71,04                       | 170,76                 | 75,49               | 68,92                       | 165,66                 | 73,23               | 65,35                       | 157,07                 | 69,43               |
| 1968 | 58,44                       | 148,35                 | 68,36               | 69,77                       | 177,12                 | 81,64               | 73,66                       | 186,98                 | 86,18               | 61,61                       | 156,41                 | 72,09               |
| 1969 | 56,70                       | 137,99                 | 64,87               | 73,87                       | 179,75                 | 84,50               | 70,13                       | 170,64                 | 80,22               | 59,55                       | 144,90                 | 68,12               |
| 1970 | 56,58                       | 128,59                 | 61,80               | 71,86                       | 163,32                 | 78,50               | 69,02                       | 156,84                 | 75,38               | 62,72                       | 142,54                 | 68,50               |
| 1971 | 60,13                       | 129,03                 | 64,77               | 78,06                       | 167,50                 | 84,07               | 73,37                       | 157,43                 | 79,02               | 64,03                       | 137,39                 | 68,96               |
| 1972 | 63,13                       | 128,55                 | 67,74               | 77,71                       | 158,26                 | 83,40               | 77,90                       | 158,65                 | 83,60               | 66,82                       | 136,07                 | 71,70               |
| 1973 | 70,80                       | 117,91                 | 76,06               | 85,54                       | 142,46                 | 91,91               | 83,59                       | 139,20                 | 89,81               | 74,57                       | 124,18                 | 80,12               |
| 1974 | 92,60                       | 139,93                 | 93,71               | 93,92                       | 141,94                 | 95,04               | 88,48                       | 133,72                 | 89,54               | 85,52                       | 129,24                 | 86,54               |
| 1975 | 100,63                      | 156,16                 | 103,84              | 99,54                       | 154,47                 | 102,72              | 97,82                       | 151,81                 | 100,95              | 102,54                      | 159,13                 | 105,82              |
| 1976 | 96,65                       | 140,77                 | 98,87               | 95,53                       | 139,14                 | 97,74               | 92,24                       | 134,34                 | 94,36               | 95,95                       | 139,75                 | 98,16               |
| 1977 | 100,00                      | 100,00                 | 100,00              | 100,00                      | 100,00                 | 100,00              | 100,00                      | 100,00                 | 100,00              | 100,00                      | 100,00                 | 100,00              |
| 1978 | 96,72                       | 114,56                 | 95,48               | 107,53                      | 127,37                 | 106,15              | 100,78                      | 119,38                 | 99,49               | 103,33                      | 122,39                 | 102,00              |
| 1979 | 97,15                       | 118,25                 | 91,36               | 103,77                      | 126,31                 | 97,60               | 94,30                       | 114,78                 | 88,69               | 108,36                      | 131,90                 | 101,92              |
| 1980 | 97,75                       | 124,59                 | 98,25               | 96,58                       | 123,10                 | 97,08               | 88,93                       | 113,36                 | 89,40               | 106,43                      | 135,65                 | 106,98              |

Fonte: Dados básicos: Centro de Estudos Agrícolas - Instituto de Economia Brasileiro de Economia - F.G.V.

Índice de Salário deflacionado = Salário nominal de cada ano ÷ Salário nominal de 1977 x 100 ÷ I.G.P. (col. 2-D1) de cada ano x 100

Índice de Salário produto = Salário nominal de cada ano ÷ Salário nominal de 1977 x 100 ÷ Índice de preços recebidos pelos agricultores no Brasil de cada ano x 100.

Índice de Salário Real = Salário nominal de cada ano ÷ Salário nominal de 1977 x 100 ÷ Índice de custo de alimentação no Rio de Janeiro de cada ano x 100.

FIGURA 2 - Evolução dos Índices de Salários de Trabalhadores Diaristas - Brasil. (Referente à Tabela 17).

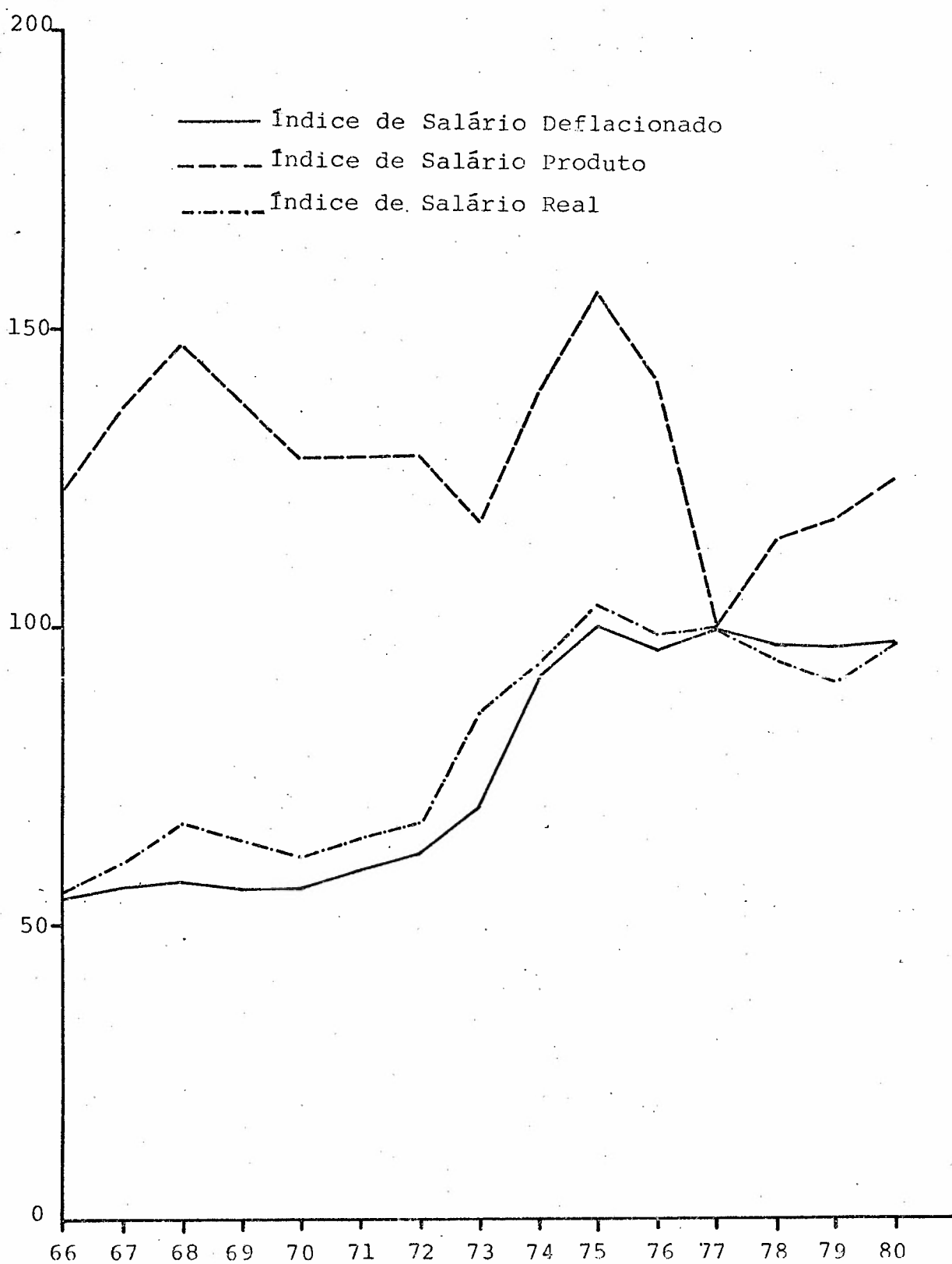


FIGURA 3 - Evolução dos Índices de Salários de Trabalhadores  
Permanentes - Brasil. (Referente à Tabela 17).

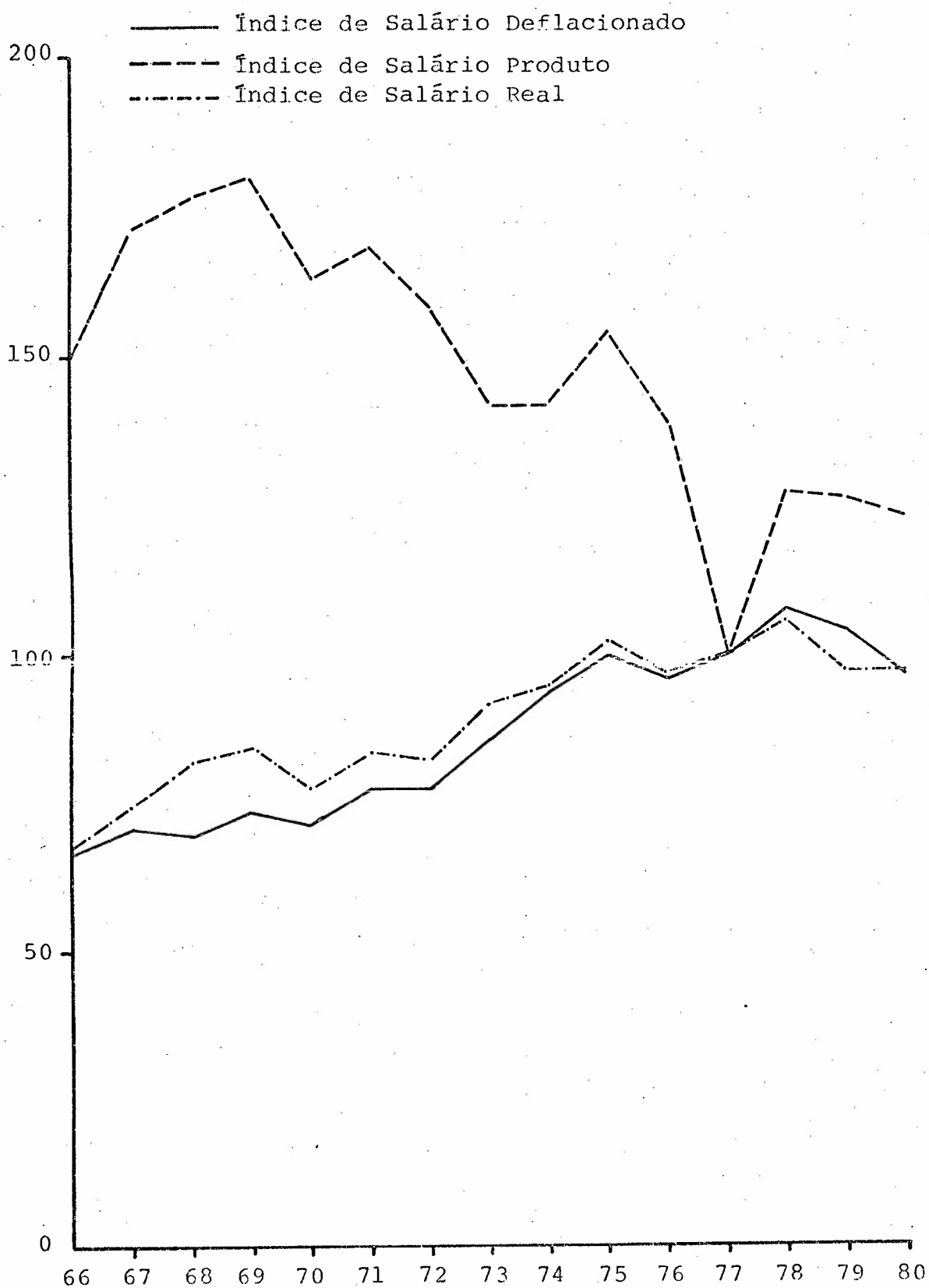
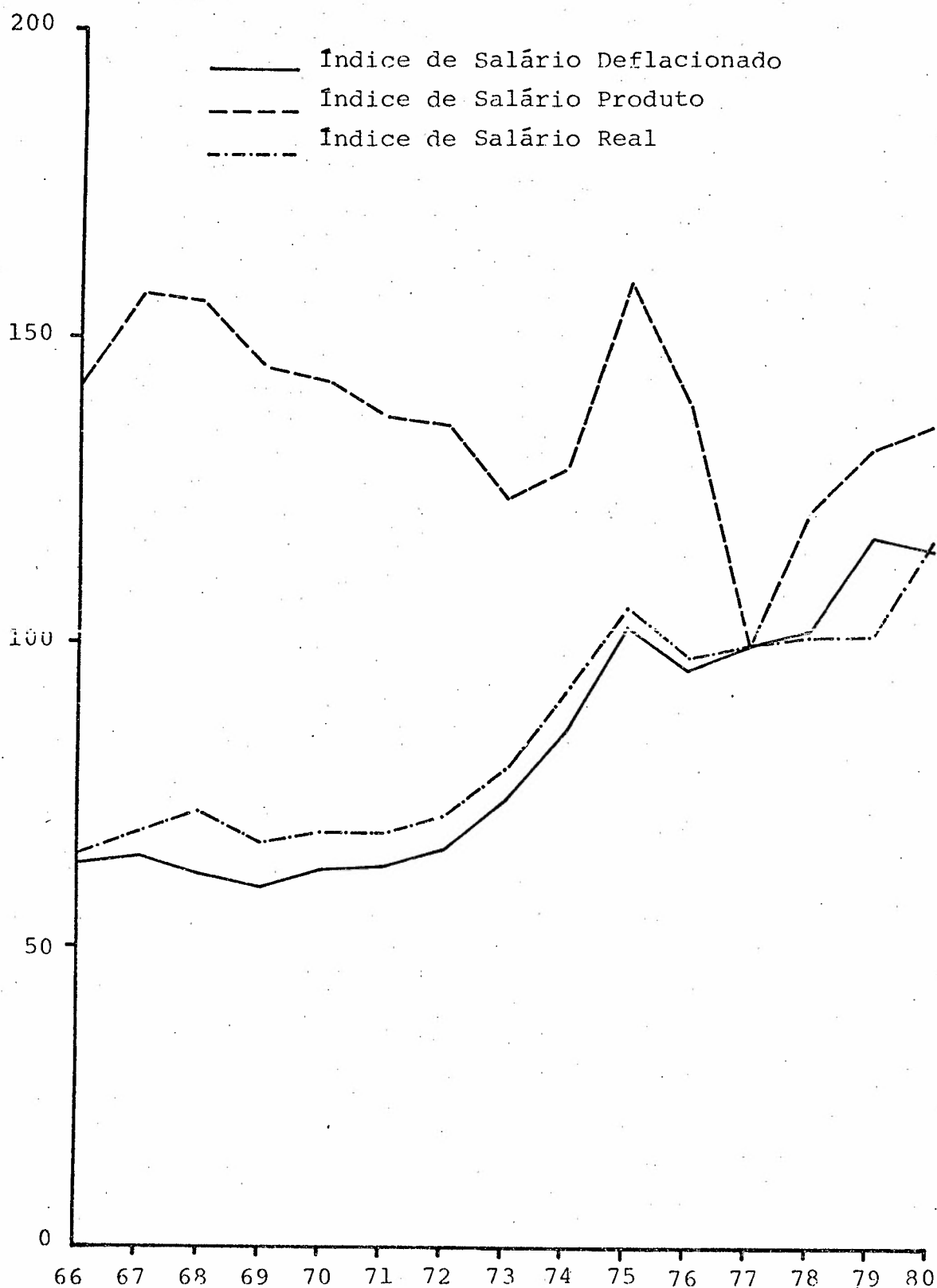




FIGURA 4 - Evolução dos Índices de Salários de Tratorista - Brasil. (Referente à Tabela 17).



FIGURA 5 - Evolução dos Índices de Salários de Administra-  
dores Agrícolas - Brasil. (Referente à Tabela  
17).



atividade da agricultura para se verificar quem está se apropriando mais intensamente do aumento de produtividade da agricultura. É de se notar que mesmo o "salário real" que representa o poder de compra dos assalariados em termos de bens de alimentação chega a cair em determinados períodos, indicando que os assalariados rurais perderam capacidade de compra de alimentos básicos nestes períodos.

O "salário produto" já definido anteriormente e que representa o poder de compra do salário rural em termos de produtos agrícolas mostra uma situação um tanto diferente da mostrada até aqui. O salário produto cai ao longo do tempo para todas as categorias de trabalhadores rurais, com exceção dos diaristas que têm seu salário-produto levemente aumentado, em proporção menor do que foi visto para o caso dos salários de flacionados e real, quando se considera os anos inicial e final do período. Para essa categoria nota-se ao longo da série alguns picos de aumentos mostrando que os salários se beneficiam dos aumentos de preços dos produtos agrícolas. O salário-produto diminuindo para os residentes, tratoristas e administradores agrícolas significa que essas categorias não têm recebido um aumento de salários proporcional ao incremento de ganho dos produtores agrícolas que tiveram os preços de seus produtos aumentados mais intensamente do que os seus gastos com salários, exceção feita aos diaristas pelas razões já expostas.

Para se verificar se os salários agrícolas estão se beneficiando com o aumento da produtividade na agricultura, é interessante analisar-se o comportamento dos salários agrícolas comparando-os com a evolução do índice de produtividade. A comparação do índice de salário produto com o índice de produtividade "mostra a parcela da produção agrícola que cabe aos trabalhadores." (BACHA, 1979:587).

No período analisado na tabela 18 e suas figuras, a seguir, onde se compara o índice de produto real da agricultura por pessoa empregada com os índices de salário-produto, anteriormente definido, para diaristas, trabalhadores permanentes, tratoristas e administradores, nota-se que a produtividade da mão-de-obra aumentou sistematicamente enquanto que os salários das diversas categorias de trabalhadores rurais não acompanharam esse aumento de produtividade.

Os trabalhadores não têm se beneficiado com o aumento dos preços dos produtos agrícolas e nem com o aumento de produtividade da mão-de-obra, indicando que o mercado estaria, no agregado, apresentando uma oferta quase ilimitada de trabalho.

Nota-se também que tanto os salários da mão-de-obra de pouca qualificação na agricultura - os braçais - como tratoristas e administradores agrícolas, têm comportamento semelhante, ou seja, nem a mão-de-obra mais qualificada conseguiu se apropriar dos ganhos de preços e produtividade do setor agrícola.

A procura de trabalho na agricultura é estacional, ocorrendo períodos com picos de demanda provocando relativa escassez de mão-de-obra e períodos de relativa abundância, provocando achatamento salarial devido ao grande contingente de pessoal disponível, associado à fragilidade das organizações sindicais no meio rural que não conseguem evitar as pressões da classe patronal no sentido de aviltar os salários dos trabalhadores rurais.

O índice de salário-produto das quatro categorias de mão-de-obra agrícola aumentou no início do período analisado. Esse aumento foi maior que o crescimento do índice de produto real por pessoa empregada até 1968. No ano de 1969 apenas os salários de diaristas e trabalhadores permanentes conseguiram superar o crescimento do índice de produto real agrícola per capita. A partir do ano de 1970 o referido índice passou a crescer muito mais rapidamente que os índices de salários de todas as categorias assalariadas, parecendo indicar que a partir de 1970 com melhoria havida nas relações de troca em favor da agricultura, os salários não se beneficiaram das condições favoráveis à agricultura. Tudo leva a crer que o ganho salarial ocorrido na década de sessenta foi motivado pela adaptação do setor agrícola ao funcionamento do Estatuto do Trabalhador Rural. A partir dos anos setenta a política salarial do regime autoritário vigente fez com que até os salários agrícolas se achatassem. Comparando-se os salários das quatro categorias, o salário dos diaristas foi o que, ao longo do tempo, conseguiu alguns incrementos mais fortes à medida que o produto real por pessoa empregada crescia. Convém ressaltar que enquanto o índice de produto real da agricultura cresceu

Tabela 18 - Índices de Produção Agrícola, Emprego Agrícola, Produtividade do Trabalho, Salário-Produto para Permanentes, Tratoristas e Administradores - Brasil - 1966-1980, Base: 1666 = 100

| Anos | Produção Agrícola | Emprego Agrícola | Produtividade do Trabalho | Salário Produto |            |            |               |
|------|-------------------|------------------|---------------------------|-----------------|------------|------------|---------------|
|      |                   |                  |                           | Diarista        | Permanente | Tratorista | Administrador |
| 1966 | 100,0             | 100,0            | 100,0                     | 100,0           | 100,0      | 100,0      | 100,0         |
| 1967 | 105,7             | 100,6            | 105,0                     | 111,8           | 114,3      | 98,5       | 110,2         |
| 1968 | 107,1             | 101,3            | 105,7                     | 121,0           | 118,5      | 111,1      | 109,7         |
| 1969 | 113,5             | 101,9            | 111,2                     | 112,5           | 120,3      | 101,4      | 101,6         |
| 1970 | 119,9             | 102,6            | 116,7                     | 104,9           | 109,3      | 93,2       | 100,0         |
| 1971 | 133,5             | 104,5            | 127,7                     | 105,2           | 112,1      | 93,6       | 96,4          |
| 1972 | 139,5             | 106,4            | 131,0                     | 104,9           | 105,9      | 94,3       | 95,5          |
| 1973 | 144,4             | 108,3            | 133,2                     | 96,2            | 95,3       | 92,7       | 87,1          |
| 1974 | 156,7             | 110,3            | 142,0                     | 114,1           | 95,0       | 79,5       | 90,7          |
| 1975 | 162,0             | 112,3            | 144,2                     | 127,4           | 103,4      | 90,2       | 111,6         |
| 1976 | 168,8             | 114,3            | 147,5                     | 114,8           | 93,1       | 79,8       | 98,1          |
| 1977 | 185,0             | 116,4            | 158,8                     | 81,6            | 66,9       | 59,4       | 70,2          |
| 1978 | 181,8             | 118,5            | 153,3                     | 93,4            | 85,2       | 71,0       | 85,9          |
| 1979 | 187,6             | 120,7            | 155,3                     | 96,5            | 84,5       | 68,2       | 92,5          |
| 1980 | 200,4             | 122,9            | 162,9                     | 101,6           | 82,4       | 67,4       | 95,2          |

Fonte: Dados básicos do Centro de Estudos Agrícolas - Instituto Brasileiro de Economia - F.G.V.

NOTA: O índice de produto real na agricultura (Centro de Estudos Agrícolas - IBRE/FGV) foi dividido pelo índice de emprego na agricultura. Estimou-se que o índice de emprego na agricultura aumentou de 0,66% ao ano no período 1960-70, mas a taxa de crescimento da população economicamente ativa na agricultura nesse período, e 1,82% ao ano no período 1970-80, mesma taxa de crescimento da população economicamente ativa na agricultura no período 1970-78.

FIGURA 6 - Evolução dos Índices de Produtividade do Trabalho e de Salário Produto para Trabalhadores Diaristas - Brasil. (Referente à Tabela 18).

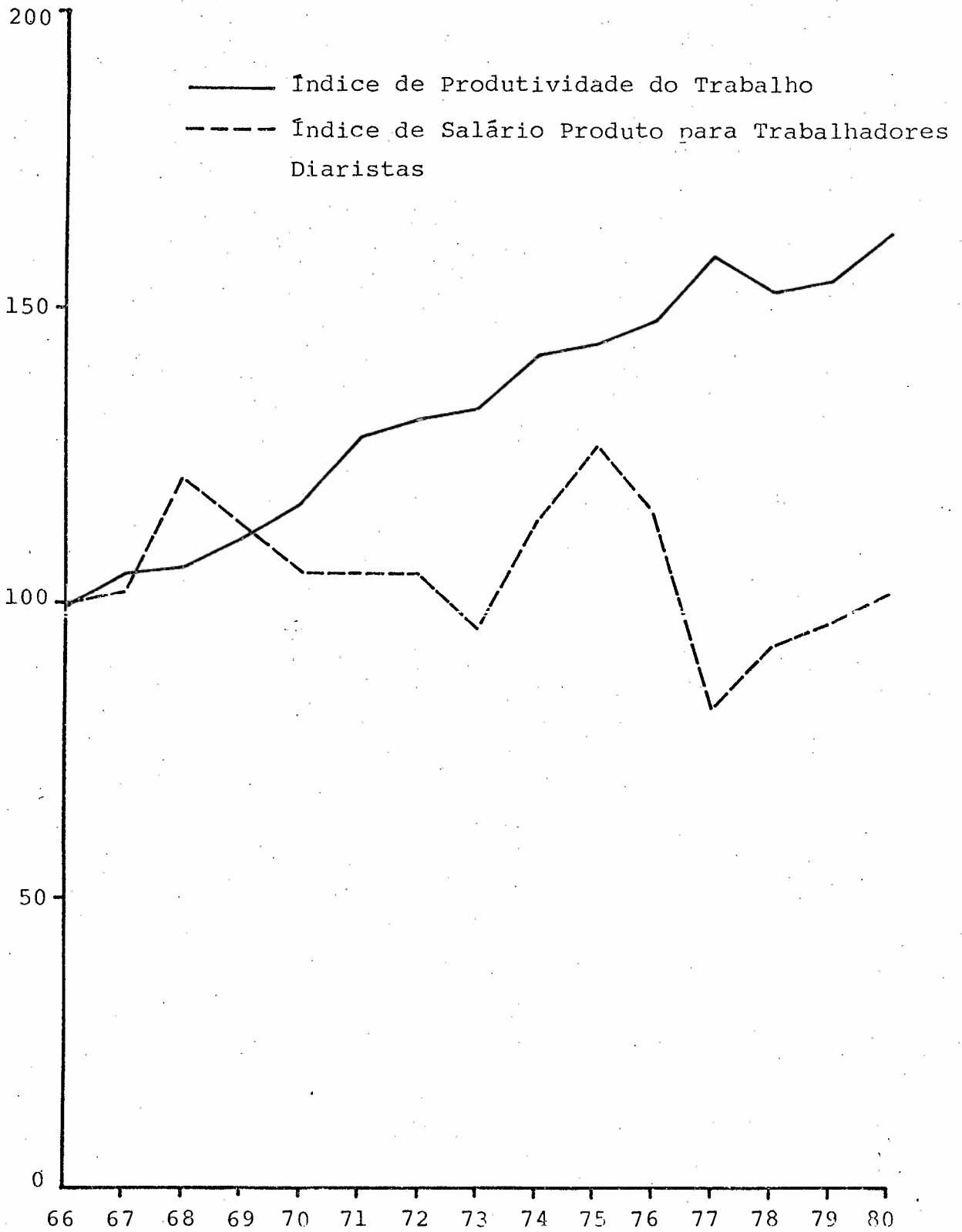


FIGURA - 7 - Evolução dos Índices de Produtividade do Trabalho e de Salário Produto para Trabalhadores Permanentes - Brasil. (Referente à Tabela 18).

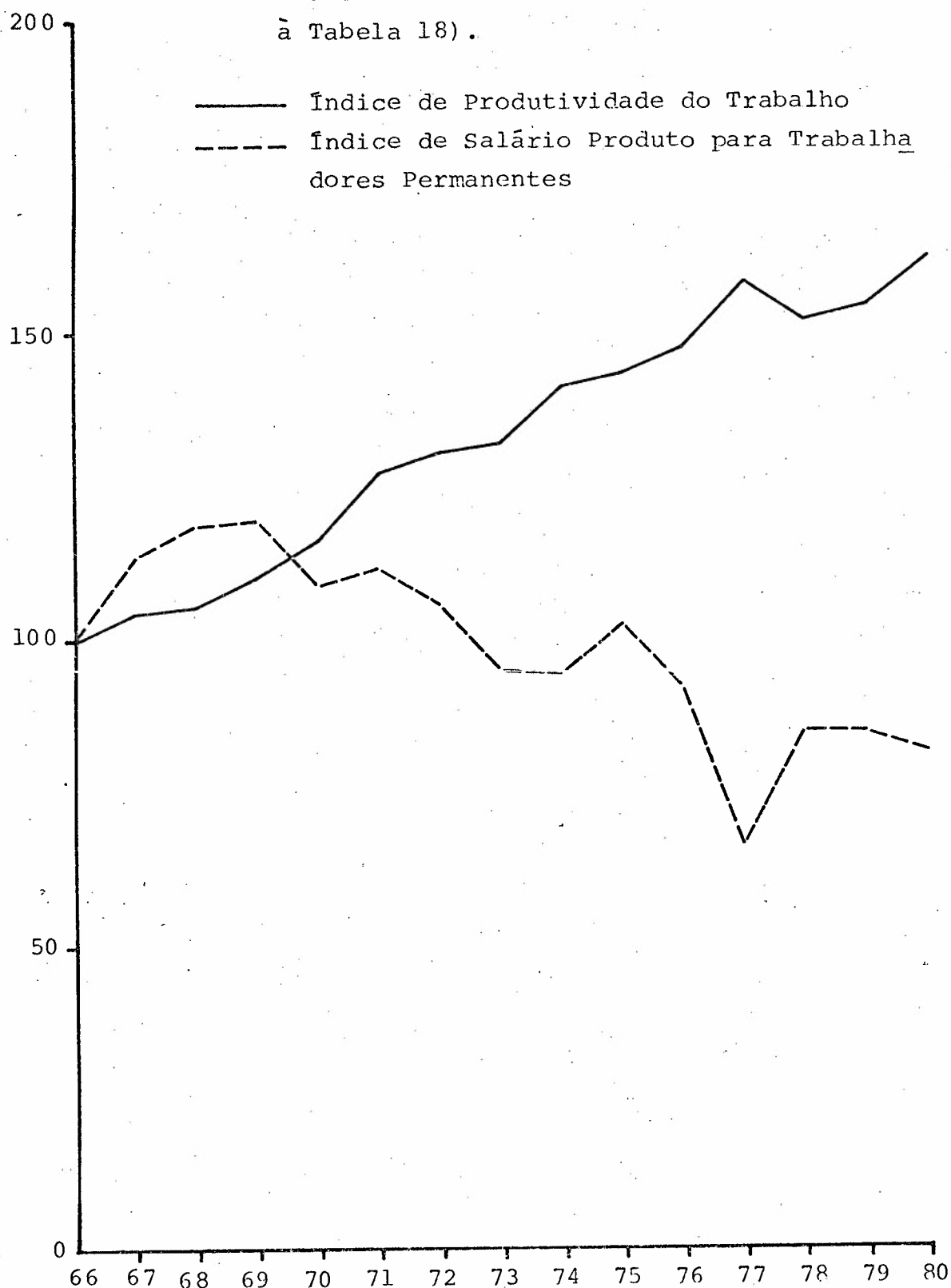




FIGURA 8 - Evolução dos Índices de Produtividade do Trabalho e de Salário Produto para Tratoristas - Brasil. (Referente à Tabela 18).

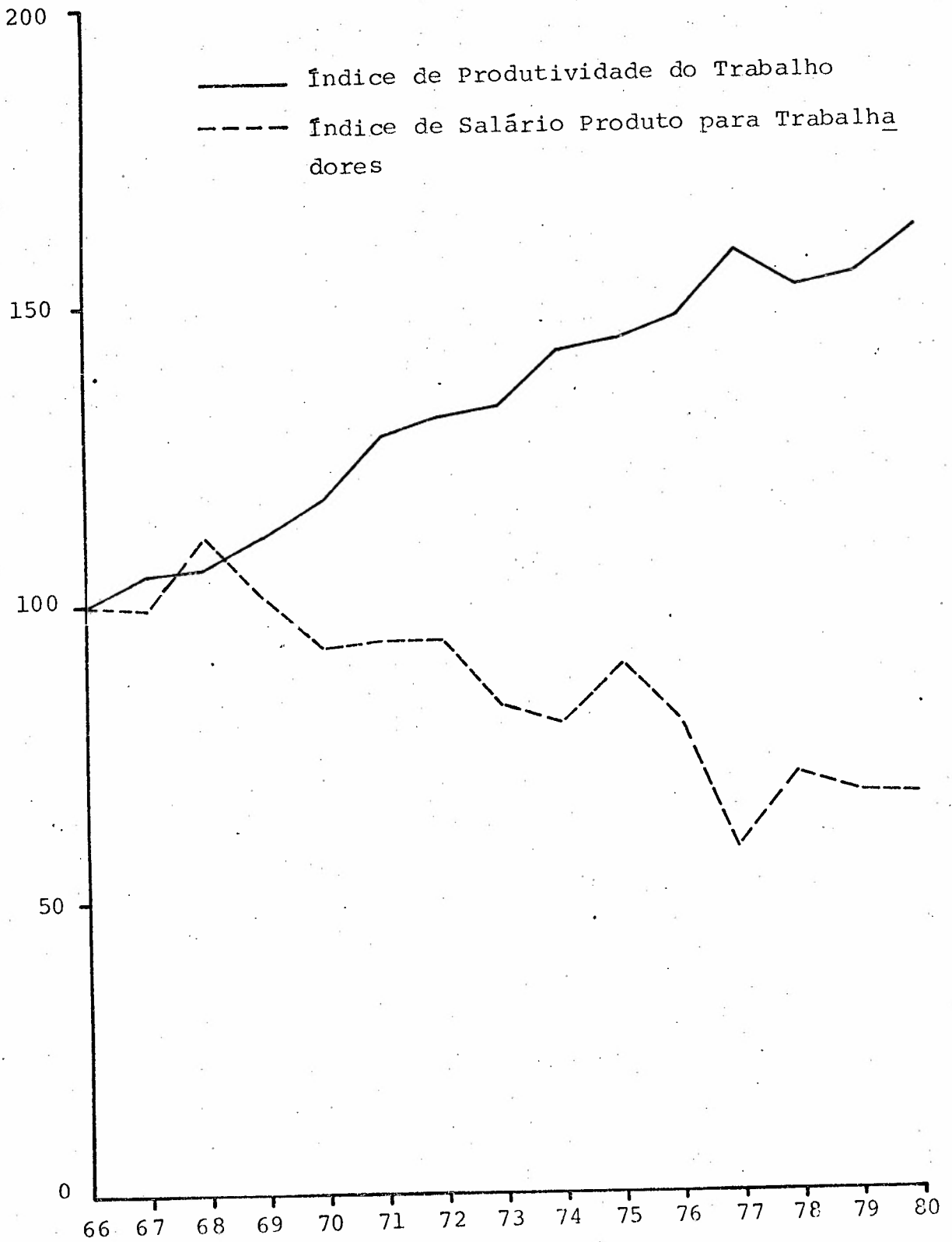
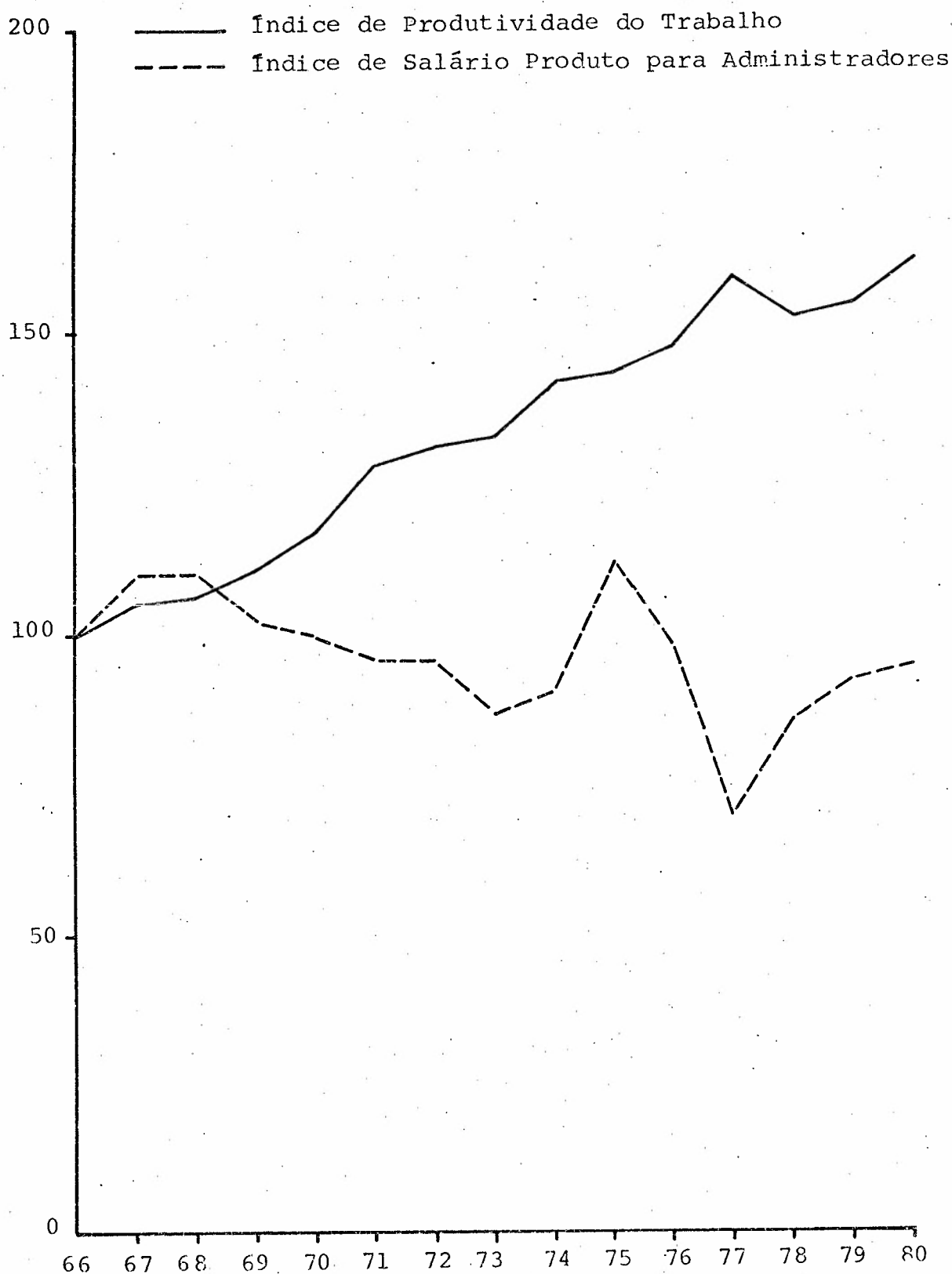


FIGURA 9 - Evolução dos Índices de Produtividade do Trabalho e de Salário Produto para Administradores - Brasil. (Referente à Tabela 18).



de 1966 a 1980 aproximadamente 63%, os índices de salário-produto apresentaram tendências declinantes e apenas os diaristas conseguiram em 1980 aumentar seu índice de salário produto em 1,6% quando comparado com o ano inicial da série.

Nota-se aqui que os agricultores estão se apropriando da maior parcela do aumento de produtividade da mão-de-obra. Isso significa que não tem havido aumento no custo efetivo da mão-de-obra para o setor agrícola, pois os preços recebidos pelos agricultores têm aumentado mais que os preços pagos aos trabalhadores. Os trabalhadores diaristas (eventuais) têm seus salários crescendo mais fortemente que as demais categorias pois, como já se disse são disputados pelo setor agrícola e urbano nas épocas de grande demanda no setor agrícola e como trabalham nos dois setores (tanto no mercado formal como informal) podem barganhar e exigir um salário mais elevado nas épocas em que o setor agrícola mais necessita dela, lembrando que esse salário é diário e nem todo diarista consegue trabalho todo dia.

SUPLICY (1977) comparou a evolução do índice de produto real por trabalhador com o índice de salário real médio pago na agricultura (índice de salário nominal dividido pelo índice de custo de vida na Guanabara) e observou que de 1966 a 1972 a média dos salários reais dos trabalhadores eventuais, permanentes, tratoristas e administradores cresceu de apenas 2%, enquanto o produto real por trabalhador cresceu 34,11%. Segundo esse autor, "haveria uma explicação possível, segundo a teoria neoclássica, para que o salário real médio - que numa economia competitiva seria equivalente à produtividade marginal do trabalhador - decrescesse, apesar do aumento da produtividade média do trabalhador, ou para que o primeiro crescesse menos que o último. Isso poderia acontecer caso o desenvolvimento fosse acompanhado de progresso tecnológico do tipo predominantemente poupador de mão-de-obra e/ou, ainda, caso a oferta de trabalhadores crescesse muito mais depressa do que a procura." (SUPLICY, 1977:62).

A alta tecnificação da agricultura através da mecanização via crédito subsidiado acaba por propiciar a substituição da mão-de-obra por capital, tornado artificialmente mais barato, provocando um excedente de mão-de-obra que faz com que os trabalhadores não se beneficiem com seu aumento de produti

vidade que fica em sua maior parte apropriado pelo empregador via achatamento salarial, conforme se percebe pelos dados aqui analisados. A oferta de mão-de-obra agrícola, em algumas épocas do ano é maior que a procura e assim sendo pode-se explicar o porquê da não transferência do ganho de produtividade para os salários.

A seguir, analisar-se-á empiricamente outro aspecto do modelo teórico, qual seja o diferencial de salários urbano-rurais.

Nota-se pela tabela 19 seguinte que a relação entre os salários urbanos e rurais é decrescente. Tomaram-se os salários rurais de três categorias: diaristas (ou eventuais), residentes (ou permanentes) e tratoristas. Estes foram relacionados com salários urbanos de duas categorias de trabalhadores da construção civil, serventes de pedreiros (operários urbanos de menor nível de qualificação) e pedreiros. A relação entre salários de serventes e diaristas decresce no período visto na tabela 19, que vai de 1969 a 1979, de 1,47 para 1,07, significando isso que em 1969 o salário de serventes era 47% maior que o salário dos trabalhadores diaristas na agricultura, e que em 1979 era superior em apenas 7%. A relação entre salários de serventes e residentes também decresceu, porém menos intensamente que a relação anterior, ou seja, o salário de serventes era 37% maior que o salário dos diaristas em 1969 e era 21% maior em 1979. Isso vem confirmar que os salários dos residentes cresceram menos que os salários dos diaristas. O pessoal permanente troca um salário maior pela permanência no emprego.

A relação entre salários urbanos na construção civil e trabalhadores da agricultura, para as diferentes categorias analisadas, parece indicar uma tendência à homogeneização dos salários. Essa evidência é mais marcante para as categorias com nível de qualificação semelhante. A diferença entre salários urbanos e rurais decresce mais intensamente para o caso dos diaristas e residentes comparados com serventes da construção civil. As outras relações entre salários de pedreiros e salários de diaristas e residentes, bem como salários de serventes e pedreiros sobre salários de tratoristas, também se mostraram decrescentes com intensidades diferentes, porém os salários de pedreiros sobre o de diaristas e residentes apresentam um dife

Tabela 19 - Salários Nominais Rurais e Urbanos (Cr\$/dia) e Relações Entre Esses Salários Para Distintas Categorias de Empregados - Brasil, 1969-79

| Anos | (1)<br>Sal.Nominal<br>diaristas(*) | (2)<br>Sal.Nominal<br>residentes(*) | (3)<br>Sal.Nominal<br>tratoristas(*) | (4)<br>Sal.Nominal<br>serventes | (5)<br>Sal.Nominal<br>pedreiros | (4)/(1) | (4)/(2) | (4)/(3) | (5)/(1) | (5)/(2) | (5)/(3) |
|------|------------------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| 1969 | 3,05                               | 3,27                                | 4,81                                 | 4,48                            | 8,16                            | 1,47    | 1,37    | 0,93    | 2,67    | 2,49    | 1,70    |
| 1970 | 3,65                               | 3,81                                | 5,68                                 | 5,36                            | 9,68                            | 1,47    | 1,40    | 0,94    | 2,65    | 2,54    | 1,70    |
| 1971 | 4,67                               | 4,99                                | 7,28                                 | 6,48                            | 11,76                           | 1,39    | 1,30    | 0,89    | 2,52    | 2,36    | 1,62    |
| 1972 | 5,75                               | 5,82                                | 9,06                                 | 7,76                            | 13,76                           | 1,35    | 1,33    | 0,86    | 2,39    | 2,36    | 1,52    |
| 1973 | 7,41                               | 7,37                                | 11,17                                | 9,20                            | 17,04                           | 1,24    | 1,24    | 0,82    | 2,30    | 2,31    | 1,52    |
| 1974 | 12,47                              | 10,41                               | 15,21                                | 12,40                           | 23,84                           | 0,99    | 1,19    | 0,81    | 1,91    | 2,29    | 1,57    |
| 1975 | 17,33                              | 14,11                               | 21,51                                | 17,28                           | 31,92                           | 1,00    | 1,22    | 0,80    | 1,84    | 2,26    | 1,48    |
| 1976 | 23,51                              | 19,13                               | 28,65                                | 24,48                           | 42,24                           | 1,04    | 1,28    | 0,85    | 1,79    | 2,21    | 1,47    |
| 1977 | 34,70                              | 28,57                               | 44,31                                | 35,60                           | 63,04                           | 1,03    | 1,25    | 0,80    | 1,81    | 2,20    | 1,42    |
| 1978 | 46,55                              | 42,61                               | 61,94                                | 51,52                           | 89,68                           | 1,10    | 1,10    | 0,83    | 1,92    | 2,10    | 1,45    |
| 1979 | 71,97                              | 63,29                               | 89,20                                | 77,20                           | 130,27                          | 1,07    | 1,21    | 0,86    | 1,81    | 2,05    | 1,46    |

Fonte: Dados básicos FIBGE e FGV

(\*) - Salário do 1º semestre de cada ano.

FIGURA 10 - Evolução dos Índices das Relações de Salários Nominais entre Ser-  
ventes/Diaristas, Serventes/Residentes e Serventes/Tratoristas -  
Brasil. (Referente à Tabela 19).

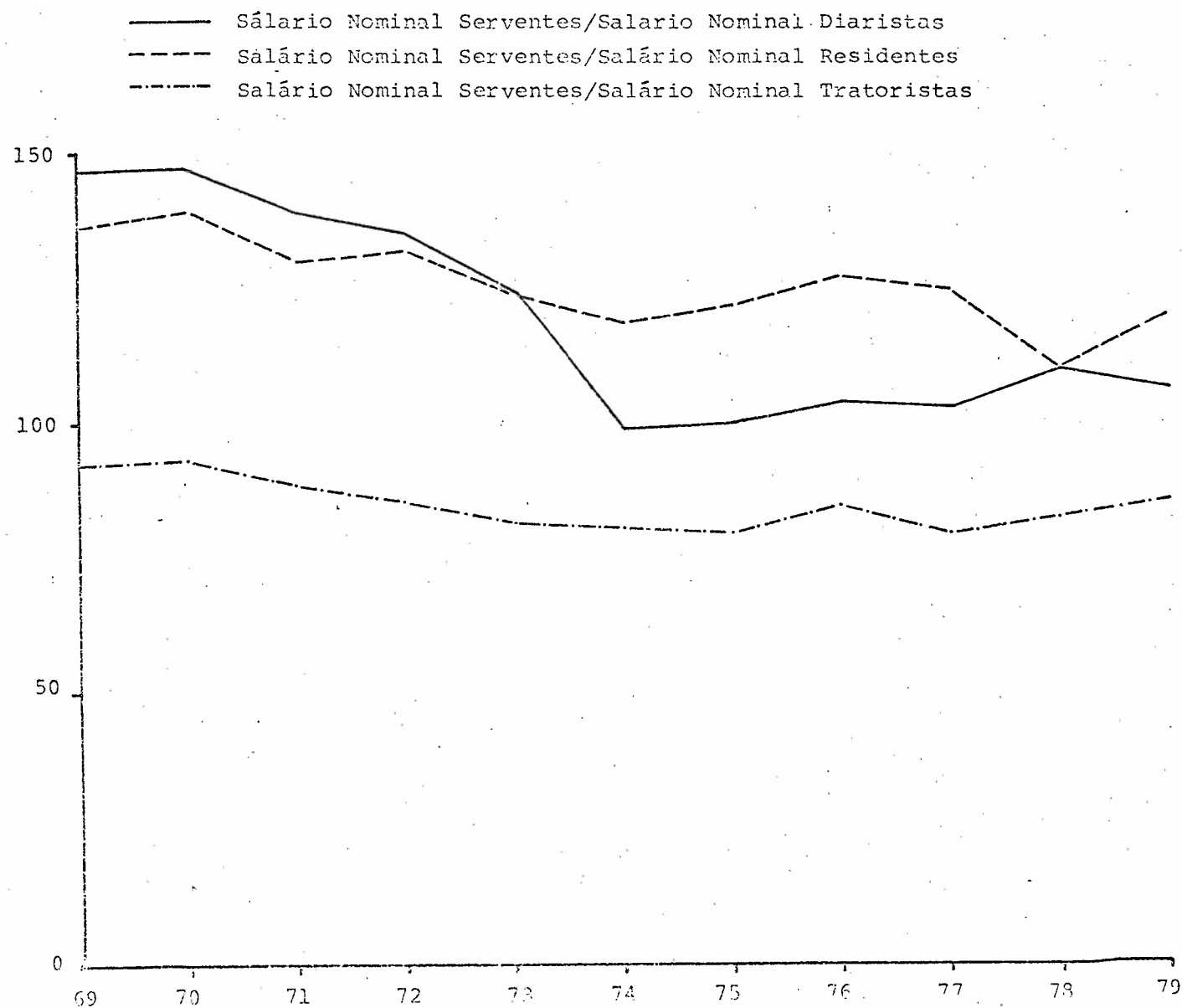
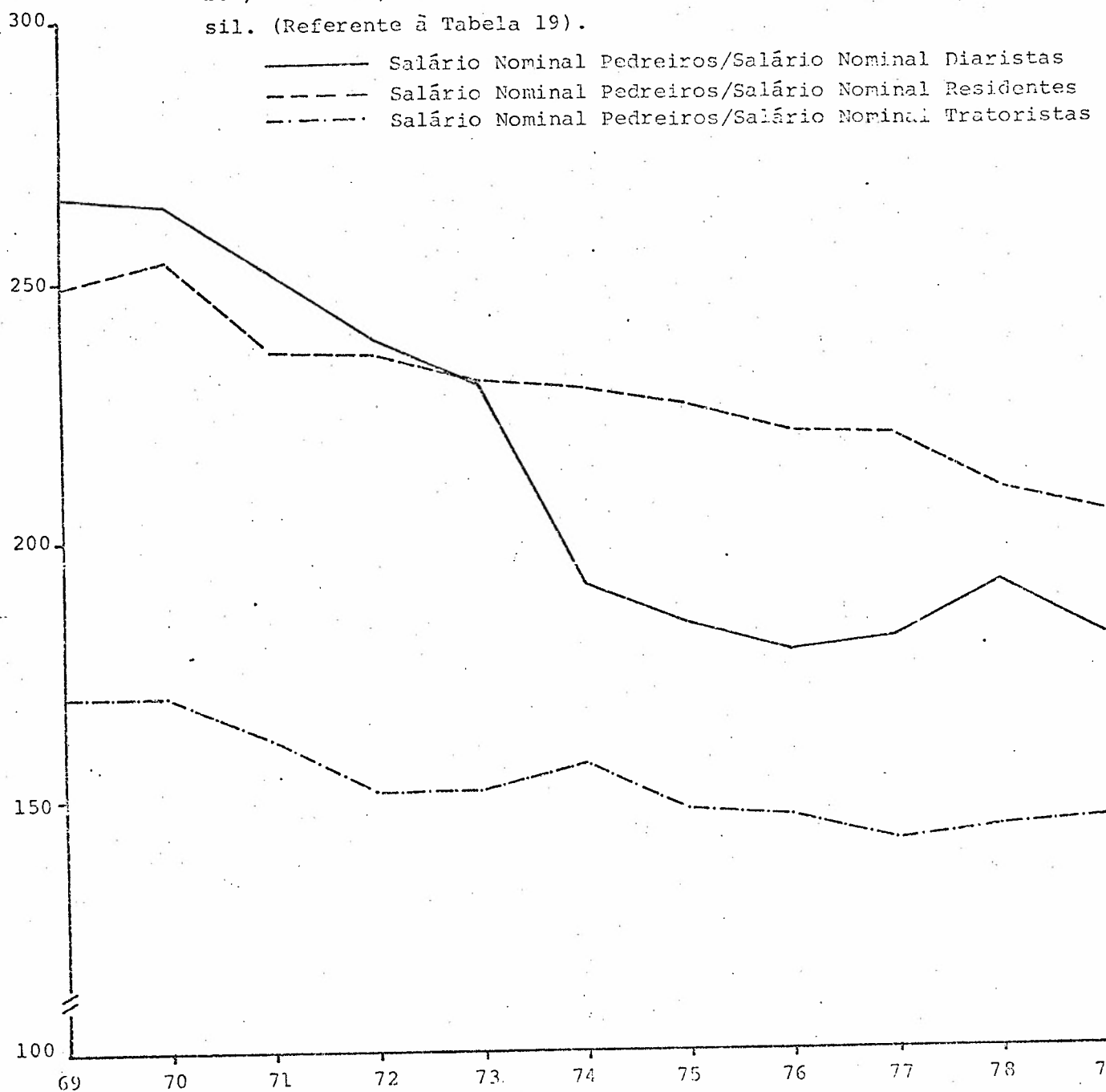


FIGURA 11 - Evolução dos Índices das Relações de Salários Nominais entre Pedreiros/Diaristas, Pedreiros/Residentes e Pedreiros/Tratoristas - Brasil. (Referente à Tabela 19).





rencial bastante elevado, visto tratar-se de categorias não se<sub>l</sub> melhantes quanto ao nível de qualificação profissional.

Com a aparente tendência de se procurar mais resi<sub>l</sub> dentes nos últimos anos, seus salários aumentaram provocando queda no diferencial de salários. Para o caso de diaristas o diferencial é fortemente decrescente, dada a mobilidade dessa mão-de-obra que passa a ser disputada pelos dois setores da economia, forçando o setor agrícola a pagar diárias cada vez maiores para conseguir esse tipo de força de trabalho, quando de suas necessidades. Convém ressaltar que os salários urba<sub>l</sub> nos foram fortemente controlados pelo regime autoritário vigen<sub>l</sub> te após 1964.

A tabela 20 nos dá indícios de repressão salarial no setor urbano em que pese o salário mínimo não ser o melhor indicador para mostrar salários urbanos. O índice de salário nominal ficou na maior parte do tempo abaixo do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, mostrando que não houve ganho salarial real na maior parte do período de 1961 a 1980. Esse comportamento dos salários urbanos, mantendo-se sem cres<sub>l</sub> cimento real e levando-se em conta que se tomou o salário míni<sub>l</sub> mo em São Paulo (que é o maior do país), pode estar ajudando na diminuição do diferencial de salários urbanos e rurais. O índice de salário real de serventes na construção civil, mostra<sub>l</sub> do anteriormente na tabela 16, evidencia o mesmo comportamento desfavorável para os salários urbanos. BACHA (1979:596-597), co<sub>l</sub> mentando o comportamento dos salários urbanos diz: "A continua<sub>l</sub> ção da queda do salário real e a manutenção de seu valor a um nível relativamente baixo ocorreram num contexto político auto<sub>l</sub> ritário. A conclusão parece ser que a constância a longo pra<sub>l</sub> zo do salário urbano foi resultado de um ciclo político, e não consequência de ajustamentos no mercado de trabalho do tipo considerado na literatura do modelo dual de crescimento."

O índice de salário mínimo deflacionado pelo IGP mostra-se declinante, ou seja, o salário mínimo não tem aumen<sub>l</sub> tado seu poder de compra, ao passo que os índices de salários rurais deflacionados (pelo IGP) mostrados pela tabela 17 se mostram com tendência crescente ao longo do período analisado, indicando que o comportamento do salário mínimo não tem condi<sub>l</sub> cionado diretamente o comportamento dos salários rurais. O sa<sub>l</sub> lário mínimo pode ter apenas alguns efeitos indiretos sobre o

Tabela 20 - Salário mínimo nominal para São Paulo e evolução dos índices de salário mínimo nominal e deflacionado (base: 1977=100).

| Anos | Salário Mínimo nominal S.P. | IGP   | Índice de Sal. mínimo nominal | Índice de Sal. mínimo deflacionado pelo IGP |
|------|-----------------------------|-------|-------------------------------|---|
| 1961 | 9,44                        | 0,7   | 0,85                          | 121,43                                      |
| 1962 | 13,21                       | 1,1   | 1,19                          | 108,18                                      |
| 1963 | 21,00                       | 1,9   | 1,89                          | 99,47                                       |
| 1964 | 42,00                       | 3,7   | 3,80                          | 102,70                                      |
| 1965 | 66,00                       | 5,8   | 5,96                          | 102,75                                      |
| 1966 | 84,00                       | 8,1   | 7,59                          | 93,70                                       |
| 1967 | 105,00                      | 10,3  | 9,49                          | 92,14                                       |
| 1968 | 129,60                      | 12,9  | 11,71                         | 90,77                                       |
| 1969 | 156,00                      | 15,5  | 14,10                         | 90,97                                       |
| 1970 | 187,20                      | 18,6  | 16,92                         | 90,97                                       |
| 1971 | 225,60                      | 22,4  | 20,39                         | 91,02                                       |
| 1972 | 268,80                      | 26,2  | 24,30                         | 92,74                                       |
| 1973 | 312,00                      | 30,2  | 28,20                         | 93,37                                       |
| 1974 | 376,80                      | 38,8  | 34,10                         | 87,88                                       |
| 1975 | 532,80                      | 49,6  | 48,16                         | 97,09                                       |
| 1976 | 768,00                      | 70,1  | 69,41                         | 99,01                                       |
| 1977 | 1.106,40                    | 100,0 | 100,00                        | 100,00                                      |
| 1978 | 1.560,00                    | 138,7 | 140,10                        | 101,00                                      |
| 1979 | 2.268,00                    | 213,5 | 204,10                        | 95,60                                       |
| 1980 | 4.149,60                    | 427,5 | 375,05                        | 87,30                                       |

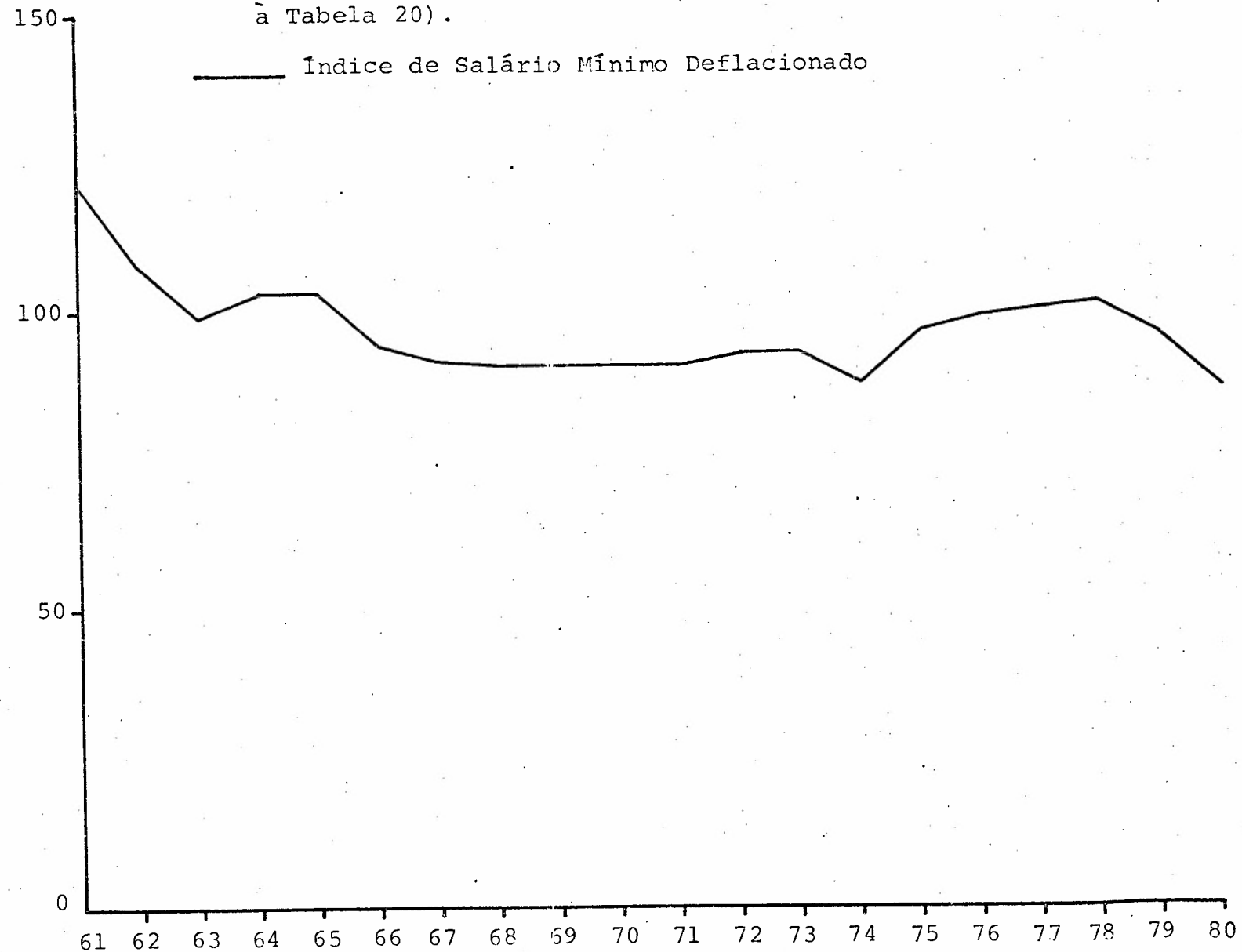
Fonte: FIBGE e Conjuntura Econômica, FGV

comportamento dos salários agrícolas, porém não está se apresentando suficientemente forte para determinar o comportamento dos ganhos salariais dos empregados da agricultura <sup>1/</sup>.

Outro fator que pode afetar o comportamento dos salários rurais é a relação de trocas entre a agricultura e indústria. Espera-se que à medida que a agricultura se beneficie por essa relação, quando os preços de seus produtos crescem relativamente mais que os preços que paga por seus insumos, ela

<sup>1/</sup> Ver polêmica entre SOUZA & BALTAR (1979) e MACEDO & GARCIA (1980).

FIGURA 12 - Evolução do Índice de Salário Mínimo Deflacionado. (Referente à Tabela 20).



seja capaz de pagar maiores salários para a mão-de-obra utilizada.

A tabela 21 nos mostra que à medida que melhora a relação de trocas para a agricultura (relação entre índice de preços recebidos pelos agricultores e índice de preços por atacado no setor industrial), diminui a relação entre salários urbanos e rurais. À medida que o setor agrícola se vê favorecido com o aumento relativo dos preços de seus produtos, este setor pode pagar mais pelo fator mão-de-obra, aumentando seu poder de disputa por esse fator. O caso mais notório é com relação aos salários dos diaristas que oferecem seu trabalho nos dois setores e residem no setor urbano e portanto acabam sendo mais disputados e os dois setores devem disputá-los via aumento do salário diário, pois esses trabalhadores têm ocupação apenas esporádica. A crescente mobilidade da mão-de-obra acaba se associando ao fator relações de troca, porque essa mobilidade acirra a disputa por força de trabalho, ocorrendo, via de consequência, diminuição do diferencial de salários devido a uma oferta de maiores salários por parte do setor agrícola que melhora suas condições para disputar mão-de-obra com o setor urbano-industrial.

BACHA (1979), analisando a associação entre relações de trocas e diferencial de salários, concluiu que as relações de trocas influem sobre o diferencial de salários, porém a sua análise econométrica mostrou indícios que "apontam a importância dos preços relativos ao lado de variáveis políticas" e sugere também que "a crescente mobilidade da mão-de-obra tende a diminuir o efeito das relações de troca sobre a razão entre salários urbanos e rurais." (BACHA, 1979:603). Isso está mostrando a associação entre relações de trocas e mobilidade da mão-de-obra, conforme comentado acima, no sentido de que o setor agrícola, ao disputar mão-de-obra com o outro setor, pode pagar mais quando os preços de seus produtos têm crescimento relativo, ocorrendo, assim, tendência à homogeneização dos salários na economia. Da mesma forma, caso as relações de trocas entre o Brasil e o exterior melhorem para o Brasil, principalmente no que tange aos produtos primários, não resta dúvida que o setor agrícola se fortalecerá na disputa por mão-de-obra e poderá pagar melhores salários, provocando também diminuição no diferencial entre salários urbanos e rurais, conforme visto

Tabela 21 - Evolução das Relações Entre Salários Urbanos e Rurais Diários (Cr\$/dia) e do Índice de Relação de Trocas Entre Agricultura e Indústria - Brasil, 1969/79

| Anos | Salários<br>Serventes<br>S. diarist. | Índice | Salários<br>Serventes<br>S. resid. | Índice | Salários<br>Pedreiros<br>S. diarist. | Índice | Salários<br>Pedreiros<br>S. resid. | Índice | Índice de relação<br>de trocas da agri-<br>cultura (1) |
|------|--------------------------------------|--------|------------------------------------|--------|--------------------------------------|--------|------------------------------------|--------|--|
| 1969 | 1,47                                 | 143    | 1,37                               | 110    | 2,67                                 | 148    | 2,49                               | 113    | 36   |
| 1970 | 1,47                                 | 143    | 1,40                               | 112    | 2,65                                 | 146    | 2,54                               | 115    | 41   |
| 1971 | 1,39                                 | 135    | 1,30                               | 104    | 2,52                                 | 139    | 2,36                               | 107    | 44   |
| 1972 | 1,35                                 | 131    | 1,33                               | 106    | 2,39                                 | 132    | 2,36                               | 107    | 47   |
| 1973 | 1,24                                 | 120    | 1,24                               | 99     | 2,30                                 | 127    | 2,31                               | 105    | 57   |
| 1974 | 0,99                                 | 96     | 1,19                               | 95     | 1,91                                 | 106    | 2,29                               | 104    | 63   |
| 1975 | 1,00                                 | 97     | 1,22                               | 98     | 1,84                                 | 102    | 2,26                               | 103    | 61   |
| 1976 | 1,04                                 | 101    | 1,28                               | 102    | 1,79                                 | 99     | 2,21                               | 100    | 67   |
| 1977 | 1,03                                 | 100    | 1,25                               | 100    | 1,81                                 | 100    | 2,20                               | 100    | 100  |
| 1978 | 1,10                                 | 107    | 1,10                               | 88     | 1,92                                 | 106    | 2,10                               | 95     | 87   |
| 1979 | 1,07                                 | 104    | 1,21                               | 98     | 1,81                                 | 100    | 2,05                               | 93     | 83   |

Fonte: Dados básicos FIBGE e FGV

(1) Relação entre índices de preços recebidos pelos agricultores e índices de preços no atacado no setor industrial

FIGURA 13 - Evolução dos Índices das Relações de Salários Nominais entre Serventes/Diaristas, Serventes/Residentes e da Relação de Trocas da Agricultura - Brasil. (Referente à Tabela 21).

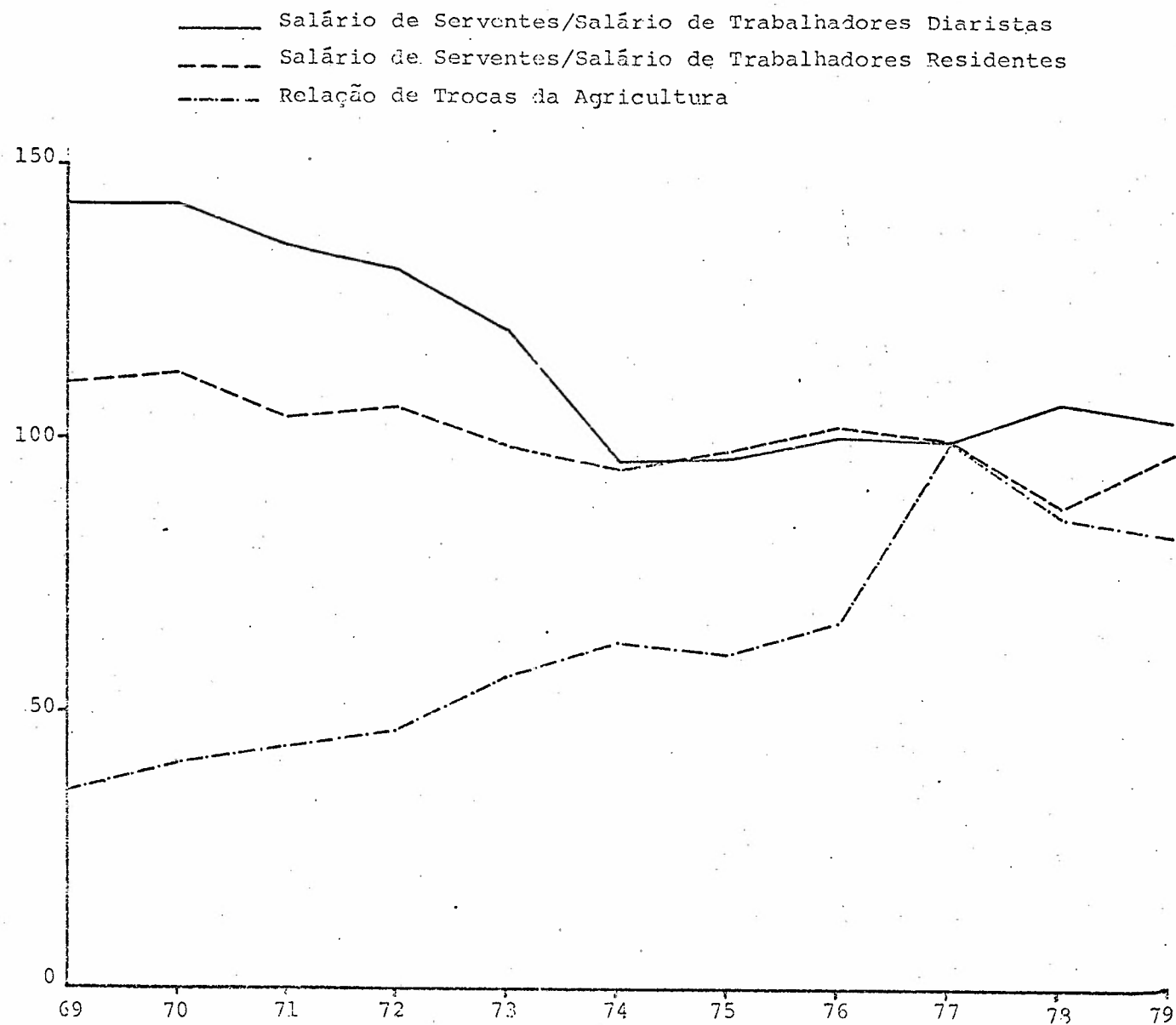
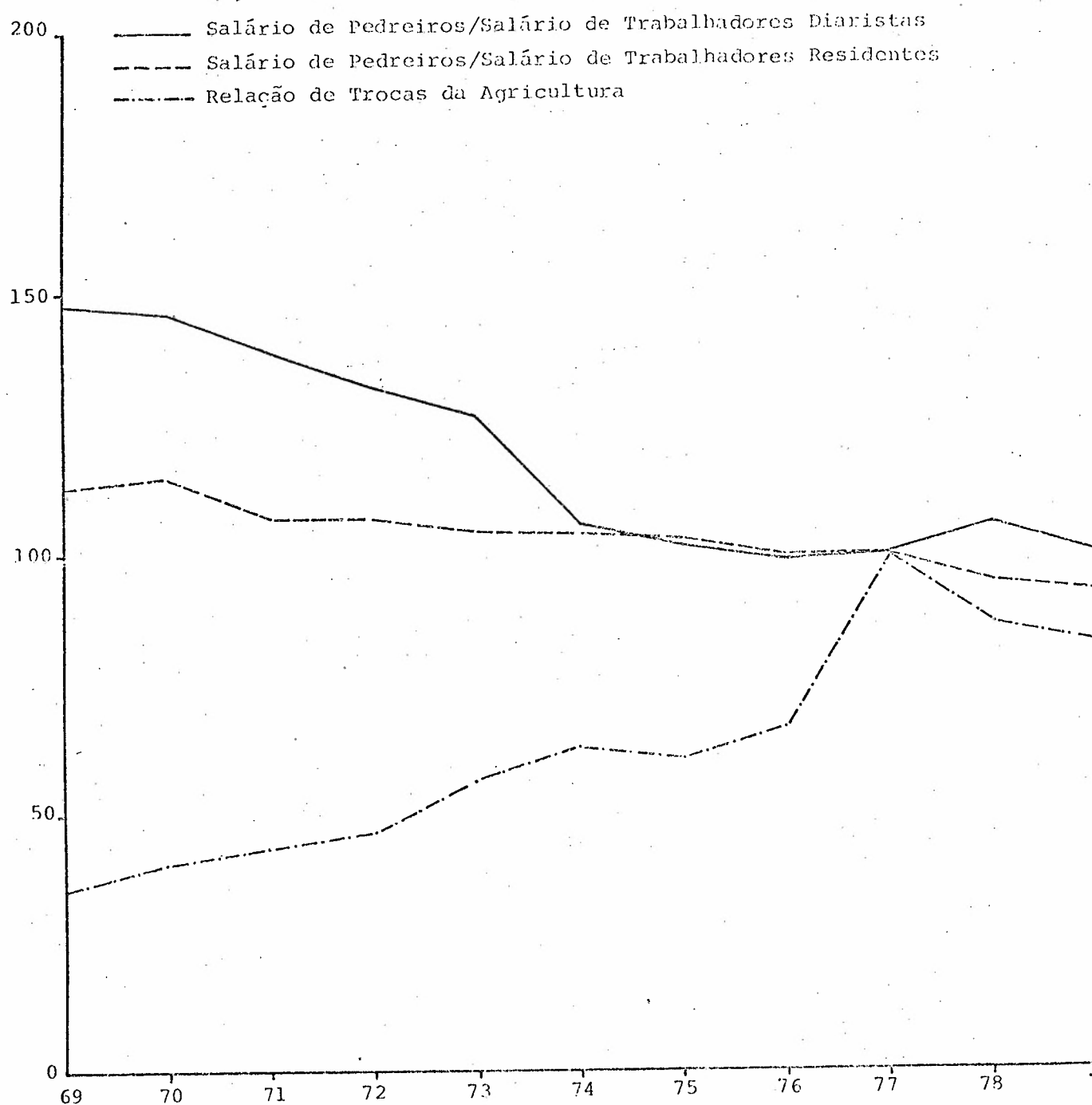


FIGURA 14 - Evolução dos Índices das Relações de Salários Nominais entre Pedreiros/Diaristas, Pedreiros/Residentes e Relação de Trocas da Agricultura - Brasil. (Referente à Tabela 21).





para o caso da mudança nas relações de trocas entre agricultura e indústria, em benefício do setor agrícola.

Far-se-á a seguir, à medida que os dados permitirem, uma análise para o Estado de São Paulo, semelhante à feita para o Brasil. Dessa forma poder-se-á ter uma visão do comportamento dos salários rurais para uma região considerada desenvolvida e com agricultura relativamente mais capitalizada do que a do país como um todo. Assim sendo, poder-se-á ter parâmetros comparativos para dizer-se como comportam-se os salários agrícolas em diferentes níveis de capitalização da agricultura, assumindo-se São Paulo como tendo, genericamente, uma agricultura mais capitalizada que o restante do Brasil.

A tabela 22, para o Estado de São Paulo, mostra que os salários nominais para os diaristas na agricultura (volantes) sobrepuja o salário nominal dos serventes na construção civil a partir de 1972, fato que não ocorreu para o Brasil como um todo, sendo verificado, pela tabela 16, que o salário do servente na construção civil se apresenta maior que o salário da mão-de-obra volante, no período mostrado. Quanto ao crescimento do salário real destas duas categorias consideradas, nota-se que o índice de salário real do diarista na agricultura cresce no período de tempo de 1969-79, de 79,89%, enquanto o índice de salário real dos serventes na construção civil cresce de 18,90%, no período considerado. Como aconteceu para o Brasil, o salário real cresceu mais fortemente para os trabalhadores volantes na agricultura que para os serventes na construção civil no setor urbano. Os índices de salários reais, para as duas categorias propositadamente comparadas, mostram tendência à igualação. O diferencial de salários entre essas categorias tende a desaparecer, visto que a mão-de-obra temporária da agricultura se desloca para as cidades e passa a prestar serviços nos setores rural e urbano, dependendo da procura e consequentemente do salário. Assim aumenta a disputa por esse tipo de trabalhadores em determinadas épocas do ano agrícola, o que acaba conduzindo à elevação do salário por dia na agricultura, para que esse setor consiga disputar mão-de-obra com o setor urbano.

Usando-se os 3 diferentes conceitos de índices: índice de salário deflacionado, índice de salário produto e ín

Tabela 22 - Salários Nominais e Índices de Salários Reais (base 1977 = 100) de Diaristas na Agricultura e Serventes na construção civil - São Paulo, 1969/79.

| Anos | Diaristas na Agricultura     |                 |                     | Serventes na Construção Civil |                |                     |
|------|------------------------------|-----------------|---------------------|-------------------------------|----------------|---------------------|
|      | Sal. Nominal<br>Cr\$/dia (1) | I.C.A. - SP (2) | Índice<br>Sal. Real | Sal. Nominal<br>Cr\$/dia      | I.C.A. - SP(2) | Índice<br>Sal. Real |
| 1969 | 4,15                         | 15,50           | 50,97               | 5,36                          | 15,50          | 80,06               |
| 1970 | 5,65                         | 18,16           | 59,25               | 6,40                          | 18,16          | 81,55               |
| 1971 | 7,03                         | 22,44           | 59,67               | 7,28                          | 22,44          | 75,09               |
| 1972 | 9,36                         | 26,88           | 66,33               | 8,64                          | 26,88          | 74,40               |
| 1973 | 11,90                        | 32,28           | 70,23               | 10,56                         | 32,28          | 75,71               |
| 1974 | 18,25                        | 41,40           | 83,96               | 15,76                         | 41,40          | 77,88               |
| 1975 | 23,75                        | 53,51           | 84,54               | 22,00                         | 53,51          | 95,18               |
| 1976 | 34,05                        | 71,91           | 90,20               | 30,72                         | 71,91          | 98,89               |
| 1977 | 52,50                        | 100,00          | 100,00              | 43,20                         | 100,00         | 100,00              |
| 1978 | 72,45                        | 140,60          | 98,15               | 60,16                         | 140,60         | 99,05               |
| 1979 | 106,29                       | 220,80          | 91,69               | 90,80                         | 220,80         | 95,19               |

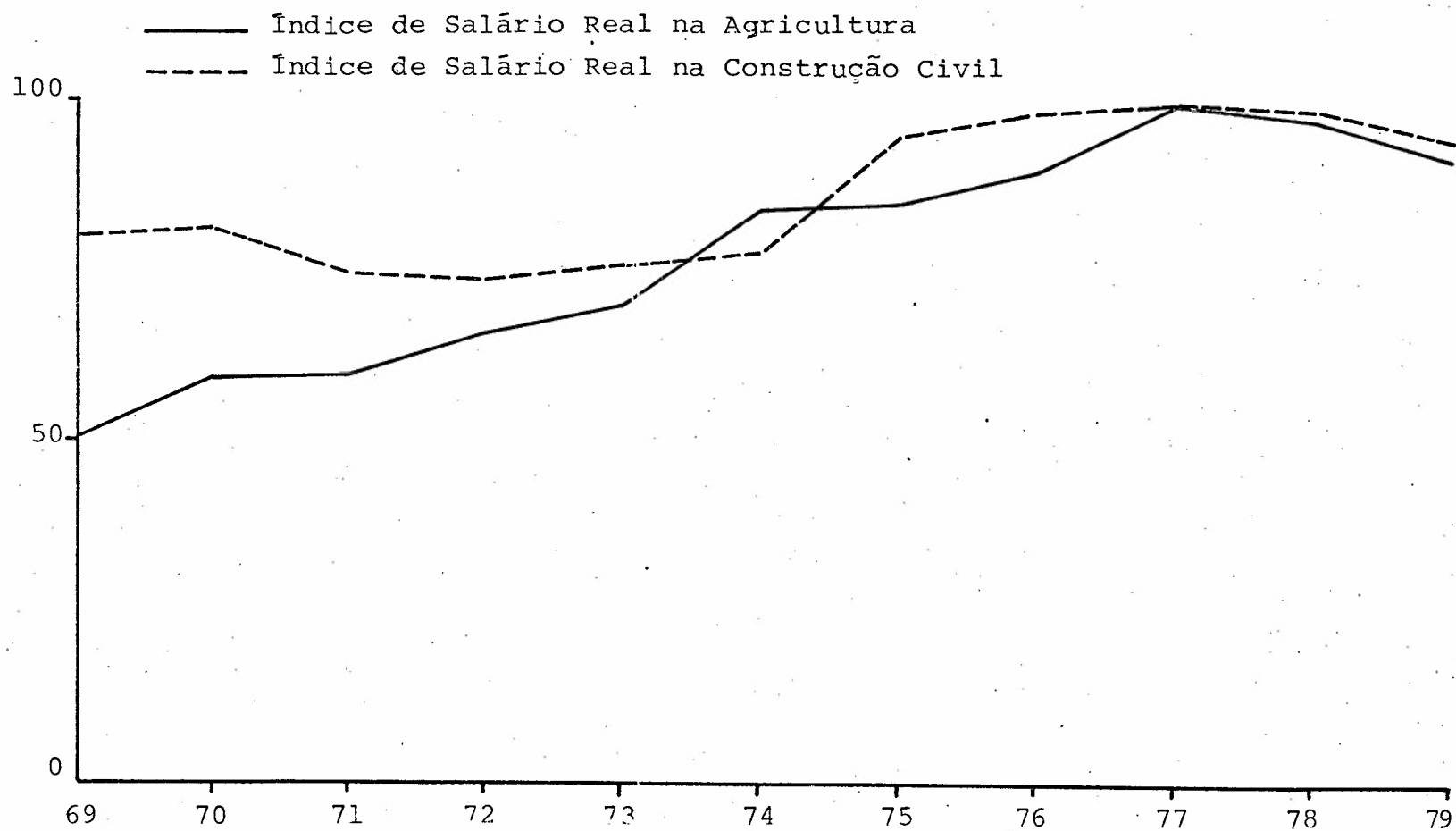
Fonte: Dados básicos da FIBGE e FGV

(1) Salário do 1º semestre de cada ano

(2) I.C.A.-SP - Índice do custo de alimentação para São Paulo

NOTA: Índice de salário real = salário nominal de cada ano ÷ salário nominal de 1977 x 100 ÷ I.C.A.-SP de cada ano x 100.

FIGURA 15 - Evolução dos Índices de Salário Real do Diarista na Agricultura e Servente na Construção Civil - São Paulo. (Referente à Tabela 22).



dice de salário real, todos já conceituados anteriormente, a tabela 23 mostra a evolução dos índices de salários rurais para diaristas, volantes e tratoristas.

O índice de salário deflacionado mostrou, para os diaristas residentes, ligeiro crescimento no período 1948/58, passando a cair depois disso até 1963/64. Recupera-se a partir desta data. Para os volantes e tratoristas o citado índice mostra-se praticamente estável no período 48/58, apresentando uma queda nos anos entre 1958/64 e recuperando-se a partir de 64.

O índice de salário produto apresenta, basicamente, o mesmo comportamento para diaristas residentes, volantes e tratoristas. No período 48/63 o índice mostra razoável declínio, e a partir de 64 o índice mostra recuperação, em que pese haver consideráveis oscilações dentro de cada período.

O índice de salário real também mostra, em linhas gerais, o mesmo comportamento para diaristas residentes, volantes e tratoristas, repetindo basicamente o que ocorreu para o índice de salário produto, com exceção ao período 1948/55 que apresenta relativa estabilidade para os trabalhadores volantes.

A partir de 1966, apenas para poder-se comparar com o ocorrido para o Brasil como um todo, nota-se que os índices de salário deflacionado e real cresceram para São Paulo tal como ocorreu para o Brasil. O índice de salário produto, para São Paulo, cresceu para as três categorias de trabalhadores considerados, diferindo do Brasil como um todo que apresentou esse índice declinante para trabalhadores mensalistas permanentes, tratoristas e administradores agrícolas.

São Paulo apresentando esse índice de salário produto crescente significa que os assalariados considerados têm recebido, ao longo do tempo, aumentos que superam o incremento dos preços recebidos pelos produtores agrícolas na venda de seus produtos. Da mesma forma que foi feito para o Brasil, é interessante comparar-se a evolução do índice de salário produto com o índice de produtividade do trabalho, para avaliar se a mão-de-obra tem ou não se aproveitado do ganho de produtividade agrícola.

O índice de emprego na agricultura em São Paulo foi calculado de forma diferente do que para o Brasil, ou seja,

Tabela 23 - Índices de Salários Rurais: Índice de Salário Deflacionado; Índice de Salário Produto; Índice de Salário Real, para Diaristas Residentes, Volantes e Tratoristas - São Paulo - 1948-1980, base: 1977= 100

| Anos | Diaristas Residentes |        |        | Volantes |        |        | Tratoristas |        |        |
|------|----------------------|--------|--------|----------|--------|--------|-------------|--------|--------|
|      | I.S.D.               | I.S.P. | I.S.R. | I.S.D.   | I.S.P. | I.S.R. | I.S.D.      | I.S.P. | I.S.R. |
| 1948 | 51                   | 94     | 58     | 51       | 95     | 59     | 56          | 103    | 63     |
| 1949 | 54                   | 85     | 62     | 53       | 84     | 62     | 57          | 91     | 67     |
| 1950 | 59                   | 86     | 70     | 52       | 76     | 62     | 60          | 89     | 72     |
| 1951 | 62                   | 91     | 77     | 50       | 73     | 62     | 59          | 87     | 73     |
| 1952 | 63                   | 104    | 73     | 56       | 93     | 65     | 63          | 104    | 73     |
| 1953 | 59                   | 86     | 65     | 53       | 78     | 59     | 60          | 88     | 67     |
| 1954 | 53                   | 75     | 62     | 56       | 78     | 65     | 53          | 74     | 62     |
| 1955 | 57                   | 79     | 62     | 59       | 82     | 64     | 56          | 78     | 61     |
| 1956 | 55                   | 81     | 59     | 51       | 75     | 54     | 56          | 82     | 59     |
| 1957 | 56                   | 87     | 59     | 54       | 85     | 57     | 55          | 87     | 59     |
| 1958 | 55                   | 97     | 57     | 52       | 92     | 54     | 54          | 96     | 56     |
| 1959 | 49                   | 93     | 49     | 49       | 93     | 48     | 51          | 96     | 50     |
| 1960 | 50                   | 87     | 49     | 39       | 68     | 38     | 54          | 93     | 53     |
| 1961 | 47                   | 81     | 47     | 44       | 76     | 44     | 50          | 85     | 49     |
| 1962 | 47                   | 73     | 44     | 43       | 67     | 40     | 49          | 76     | 46     |
| 1963 | 44                   | 69     | 43     | 39       | 62     | 38     | 46          | 73     | 45     |
| 1964 | 48                   | 72     | 46     | 42       | 63     | 40     | 51          | 76     | 49     |
| 1965 | 55                   | 100    | 56     | 50       | 92     | 51     | 74          | 135    | 76     |
| 1966 | 52                   | 92     | 53     | 49       | 87     | 50     | 64          | 112    | 64     |
| 1967 | 57                   | 112    | 60     | 47       | 92     | 50     | 59          | 115    | 62     |
| 1968 | 60                   | 120    | 70     | 55       | 110    | 64     | 59          | 119    | 69     |
| 1969 | 59                   | 105    | 67     | 51       | 91     | 58     | 68          | 121    | 78     |
| 1970 | 65                   | 114    | 71     | 58       | 101    | 63     | 69          | 120    | 75     |
| 1971 | 68                   | 114    | 73     | 60       | 101    | 64     | 73          | 123    | 79     |
| 1972 | 75                   | 115    | 81     | 68       | 104    | 72     | 77          | 118    | 83     |
| 1973 | 89                   | 106    | 95     | 75       | 90     | 81     | 87          | 105    | 94     |
| 1974 | 96                   | 118    | 97     | 90       | 110    | 91     | 91          | 111    | 92     |
| 1975 | 98                   | 119    | 101    | 91       | 111    | 94     | 97          | 118    | 100    |
| 1976 | 93                   | 99     | 96     | 93       | 98     | 95     | 92          | 97     | 94     |
| 1977 | 100                  | 100    | 100    | 100      | 100    | 100    | 100         | 100    | 100    |
| 1978 | 100                  | 111    | 98     | 99       | 111    | 98     | 102         | 114    | 101    |
| 1979 | 97                   | 108    | 91     | 95       | 106    | 89     | 100         | 112    | 94     |
| 1980 | 92                   | 103    | 93     | 92       | 103    | 93     | 93          | 105    | 94     |

Fonte: Dados básicos do I.E.A.

NoTA: I.S.D. - Índice de Salário Deflacionado =  $\text{Salário nominal de cada ano} \div \text{Salário nominal de 1977} \times 100 \div \text{IGP (col. 2 - DI) de cada ano} \times 100$ .

I.S.P. - Índice de Salário Produto =  $\text{Salário nominal de cada ano} \div \text{Salário nominal de 1977} \times 100 \div \text{Índice de preços recebidos pelos agricultores em São Paulo de cada ano} \times 100$ .

I.S.R. - Índice de Salário Real =  $\text{Salário produto de cada ano} \div \text{Salário nominal de 1977} \times 100 \div \text{Índice de custo de alimentação no Rio de Janeiro de cada ano} \times 100$ .

FIGURA 16 - Evolução dos Índices de Salários de Trabalhadores Diaristas Residentes  
- São Paulo. (Referente à Tabela 23).

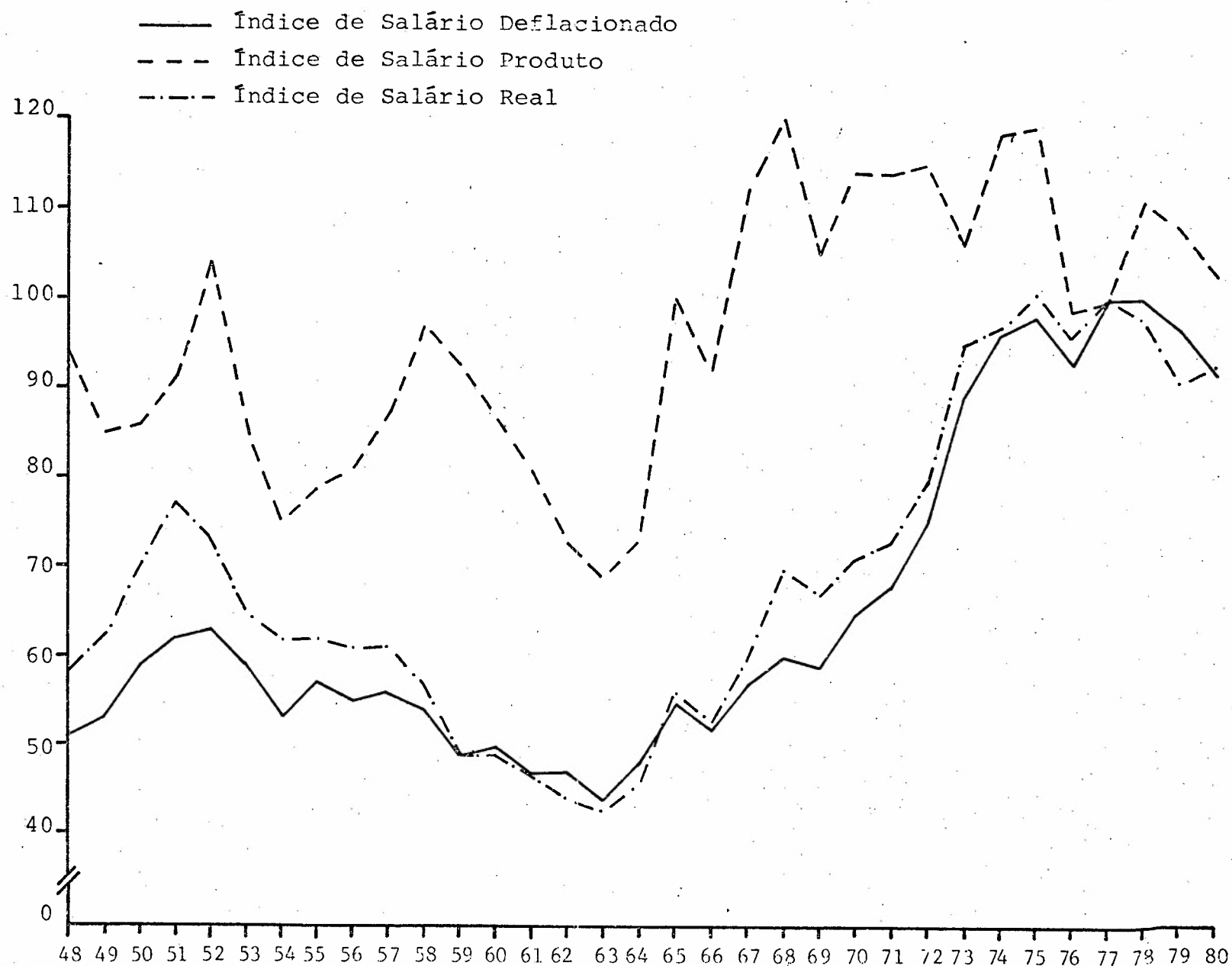


FIGURA 17 - Evolução dos Índices de Salários de Trabalhadores Volantes - São Paulo  
(Referente à Tabela 23).

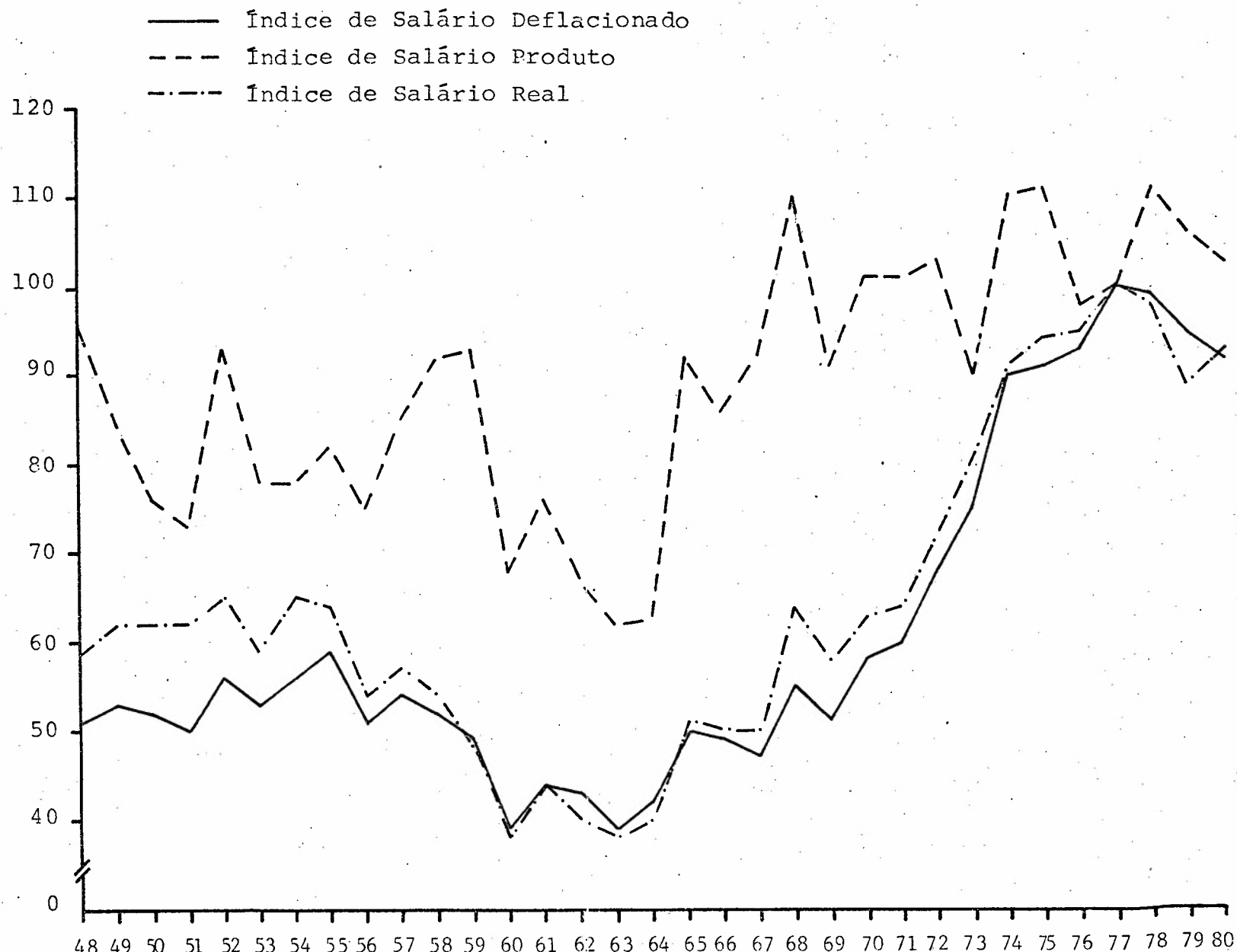
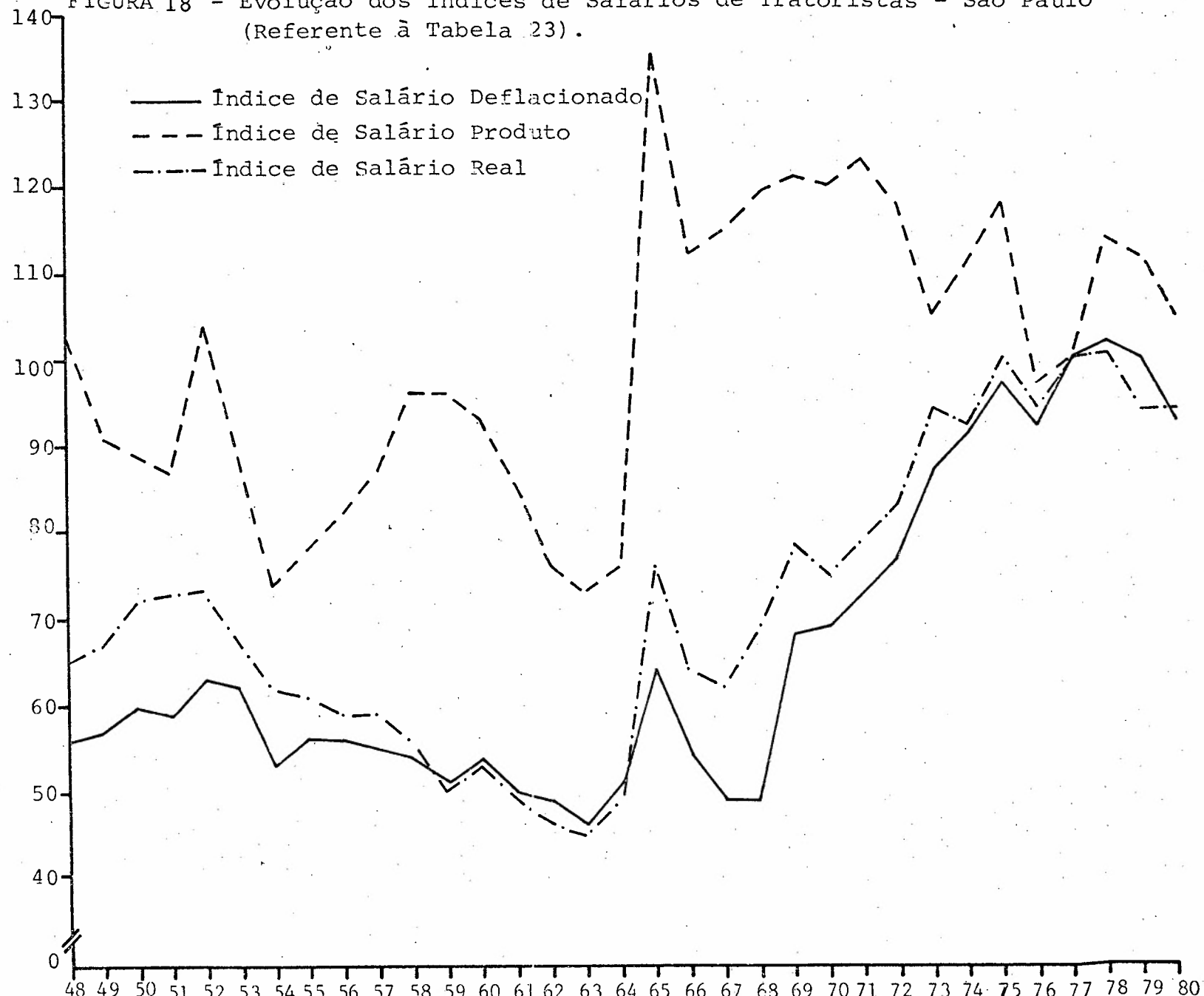




FIGURA 18 - Evolução dos Índices de Salários de Tratoristas - São Paulo  
(Referente à Tabela 23).



calculou-se o emprego em homens-dia de acordo com a exigência de cada cultura <sup>1/</sup> e portanto não se pode comparar direta e simplesmente com os dados do Brasil, onde o emprego foi estimado como "proxy" da população economicamente ativa. Para São Paulo tem-se a exigência efetiva de mão-de-obra na agricultura (17 principais produtos agrícolas). A informação corresponde à quantidade de trabalho efetivamente utilizado. A tabela 24 mostra a evolução do índice de produto per-capita na agricultura e a evolução dos índices de salário produto de residentes, volantes e tratoristas. A partir do início da década de 60, acelera-se a tendência de queda do índice de emprego na agricultura e conseqüentemente aumenta o índice de produto per-capita da agricultura pois o produto da agricultura continua aumentando. Nessa época a tratorização da agricultura se intensifica e diminui a necessidade de utilizar-se mão-de-obra abundantemente. As políticas agrícolas, principalmente as de crédito rural, favoreceram a mecanização mais intensa do setor agrícola em detrimento da maior utilização de mão-de-obra.

A tabela 24 mostra um significativo incremento na produção agrícola no Estado associada a queda na exigibilidade de trabalho (queda no índice de emprego na agricultura) e conseqüente aumento na produção per-capita na agricultura. O índice de produto da agricultura por pessoa empregada cresce acentuadamente, indicando que cada pessoa empregada é capaz de produzir mais produto, e não é acompanhado, no período de 1948 a 1980, nem de longe pelos salários, que têm seus índices levemente incrementados no período considerado. O índice de salário produto não consegue acompanhar o aumento de produtividade da mão-de-obra. Enquanto a produtividade do trabalho cresce 796% no período 1948/80, o salário produto dos diaristas residentes, volantes e tratoristas cresce apenas de 10%, 8% e 2% respectivamente. No período de 1948 a 1980, enquanto a produtividade da mão-de-obra apresenta incrementos em quase todos os anos, os salários passam por períodos de queda e às vezes por sério achatamento, como se verificou no fim dos anos 50 e início da década de 1960, período bastante conturbado da vida nacional nos aspectos político, econômico e social. Até recentemente, nota-se queda de salários de um ano para outro e, como os sa

---

<sup>1/</sup> Ver Apêndice A

Tabela 24 - Índice de Produção Agrícola, Emprego Agrícola, Produtividade do Trabalho, Salário Produto para Diaristas Residentes, Volantes e Tratoristas no Estado de São Paulo, 1948-1980, base: 1948 = 100

| Anos | Produção Agrícola(a) | Emprego Agrícola(b) | Produtividade do Trabalho(c) | Salário Produto      |          |             |
|------|----------------------|---------------------|------------------------------|----------------------|----------|-------------|
|      |                      |                     |                              | Diaristas Residentes | Volantes | Tratoristas |
| 1948 | 100                  | 100                 | 100                          | 100                  | 100      | 100         |
| 1949 | 102                  | 105                 | 97                           | 90                   | 88       | 88          |
| 1950 | 95                   | 115                 | 82                           | 92                   | 80       | 86          |
| 1951 | 96                   | 114                 | 84                           | 96                   | 77       | 84          |
| 1952 | 107                  | 119                 | 89                           | 111                  | 97       | 101         |
| 1953 | 98                   | 115                 | 85                           | 92                   | 82       | 86          |
| 1954 | 111                  | 124                 | 90                           | 79                   | 82       | 72          |
| 1955 | 115                  | 122                 | 94                           | 84                   | 86       | 76          |
| 1956 | 95                   | 121                 | 79                           | 86                   | 79       | 80          |
| 1957 | 112                  | 110                 | 102                          | 93                   | 89       | 85          |
| 1958 | 123                  | 114                 | 108                          | 103                  | 96       | 93          |
| 1959 | 146                  | 113                 | 129                          | 99                   | 97       | 93          |
| 1960 | 128                  | 116                 | 110                          | 92                   | 71       | 91          |
| 1961 | 144                  | 118                 | 122                          | 86                   | 80       | 82          |
| 1962 | 132                  | 113                 | 117                          | 77                   | 71       | 74          |
| 1963 | 154                  | 110                 | 140                          | 74                   | 65       | 71          |
| 1964 | 113                  | 98                  | 115                          | 77                   | 66       | 74          |
| 1965 | 176                  | 102                 | 173                          | 106                  | 96       | 131         |
| 1966 | 153                  | 91                  | 168                          | 98                   | 91       | 109         |
| 1967 | 156                  | 84                  | 186                          | 119                  | 97       | 112         |
| 1968 | 138                  | 83                  | 166                          | 128                  | 115      | 115         |
| 1969 | 135                  | 78                  | 173                          | 111                  | 95       | 118         |
| 1970 | 163                  | 80                  | 204                          | 121                  | 106      | 117         |
| 1971 | 167                  | 76                  | 220                          | 121                  | 106      | 119         |
| 1972 | 183                  | 71                  | 258                          | 122                  | 109      | 114         |
| 1973 | 166                  | 64                  | 259                          | 113                  | 95       | 102         |
| 1974 | 177                  | 61                  | 290                          | 125                  | 115      | 108         |
| 1975 | 158                  | 43                  | 367                          | 127                  | 116      | 114         |
| 1976 | 165                  | 36                  | 458                          | 105                  | 103      | 95          |
| 1977 | 187                  | 31                  | 603                          | 106                  | 105      | 97          |
| 1978 | 179                  | 29                  | 617                          | 118                  | 117      | 111         |
| 1979 | 214                  | 26                  | 823                          | 115                  | 111      | 108         |
| 1980 | 224                  | 25                  | 896                          | 110                  | 108      | 102         |

Fonte: Dados básicos: I.E.A.

(a) Índice de quantidade calculado pelo método de Laspeyres, ponderado pelo preço do ano base (1948 = 100).

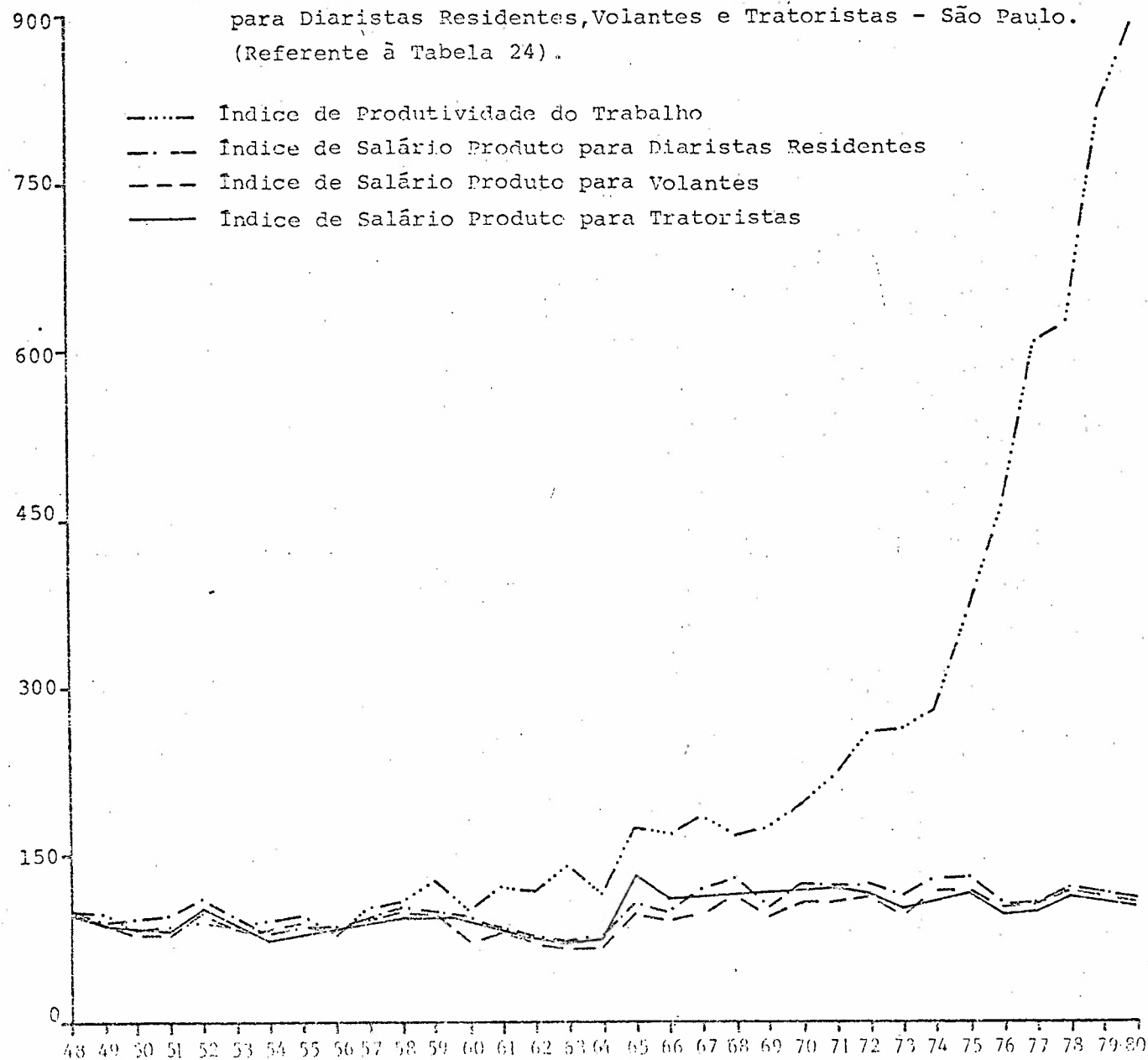
$$I_L = \frac{\sum_{i=1}^j Q_n \cdot P_o}{\sum_{i=1}^j Q_o \cdot P_o} \cdot 100 \text{ (Ver apêndice A)}$$

(b) Calculado a partir dos coeficientes técnicos de utilização de mão-de-obra e da área cultivada com cada produto (Ver apêndice A).

(c) Calculado pela relação (a)/(b).

NOTA: Considerou-se os 17 principais produtos vegetais do Estado de São Paulo.

FIGURA 19 - Evolução dos Índices da Produtividade do Trabalho e de Salário Produto para Diaristas Residentes, Volantes e Tratoristas - São Paulo.  
(Referente à Tabela 24).



lários foram corrigidos pelo índice de preços recebidos pelos agricultores em São Paulo (I.S.P.), isso significa que os assalariados não conseguem nesses anos sequer obter reajustes salariais que se igualem ao aumento dos preços recebidos pelos agricultores. São anos em que os assalariados perdem poder real de compra e os aumentos salariais não afetam o ganho real dos produtores que têm seus preços recebidos aumentados.

É conveniente notar que mesmo quando se calcula o índice de produtividade da mão-de-obra levando-se em conta o índice de emprego calculado a partir da população ocupada na agricultura (obtida nos Censos Agrícolas), os salários não acompanham o crescimento da produtividade. A produtividade do trabalho aumenta em 130% enquanto os salários dos residentes, volantes e tratoristas aumentam de 19%, 52% e 12% respectivamente no período 1960/80 <sup>1/</sup>.

Quando os salários são comparados ao incremento da produtividade da mão-de-obra, pode-se concluir que o ganho de produtividade fica em sua grande parte apropriado pelos produtores e muito pouco transferido para os salários. Quando o setor agrícola tem que disputar força de trabalho com o setor urbano pagando mais, (e tendo que aumentar a produtividade), mesmo assim não se transfere aos salários parte significativa do aumento de produtividade.

Os dados das tabelas 25 e 26 mostram o comportamento dos salários agrícolas (conceito de salário produto) frente à evolução da produtividade da mão-de-obra na produção de produtos exportáveis e de consumo doméstico respectivamente. Para o caso dos produtos exportáveis nota-se, ao longo do tempo, um incremento na produção, principalmente a partir da década de 70. O emprego cai, principalmente na última década, enquanto a produtividade do trabalho aumenta sistemática e fortemente. A relação área/homem, fortemente crescente, mostra que a mão-de-obra aumentou sua produtividade e pode, atualmente, cultivar muito mais área que anteriormente, fenômeno esse que se acelera a partir do início dos anos 70. Esses indicadores nos revelam que a tecnologia incorporada ao processo produtivo na agricultura de exportação tem sido voltada para o aumento da produtividade da mão-de-obra. As técnicas que visam a intensa mecanização do setor agrícola é que proporcionaram esse resultado via substituição de trabalho por capital, modelo transferido de países altamente capitalizados ou, nas palavras de SUPLICY (1977:62) "Na verdade, a economia brasileira vem absorvendo uma tecnologia desenvolvida nos países mais industrializados, onde

---

<sup>1/</sup> Ver Apêndice B

Tabela 25 - Índices de Produção Agrícola, Emprego Agrícola, Produtividade do Trabalho, Relação Área/homem e Salário Produto - Produtos Exportáveis no Estado de São Paulo, 1948-1980, base: 1948 = 100

| Anos | Produção Agrícola(a) | Emprego Agrícola(b) | Produtividade do Trabalho(c) | Relação Área/homem | Salário Produto    |         |            |
|------|----------------------|---------------------|------------------------------|--------------------|--------------------|---------|------------|
|      |                      |                     |                              |                    | Diarista Residente | Volante | Tratorista |
| 1948 | 100                  | 100                 | 100                          | 100                | 100                | 100     | 100        |
| 1949 | 92                   | 102                 | 90                           | 98                 | 90                 | 88      | 88         |
| 1950 | 81                   | 115                 | 70                           | 98                 | 92                 | 80      | 86         |
| 1951 | 92                   | 117                 | 79                           | 99                 | 96                 | 77      | 84         |
| 1952 | 115                  | 127                 | 91                           | 99                 | 111                | 97      | 101        |
| 1953 | 99                   | 116                 | 85                           | 99                 | 92                 | 82      | 86         |
| 1954 | 108                  | 120                 | 90                           | 100                | 79                 | 82      | 72         |
| 1955 | 118                  | 115                 | 103                          | 99                 | 84                 | 86      | 76         |
| 1956 | 95                   | 119                 | 80                           | 100                | 86                 | 79      | 80         |
| 1957 | 111                  | 105                 | 106                          | 105                | 93                 | 89      | 85         |
| 1958 | 123                  | 107                 | 115                          | 104                | 103                | 96      | 93         |
| 1959 | 159                  | 108                 | 147                          | 104                | 99                 | 97      | 93         |
| 1960 | 117                  | 107                 | 109                          | 105                | 92                 | 71      | 91         |
| 1961 | 140                  | 111                 | 126                          | 108                | 86                 | 80      | 82         |
| 1962 | 122                  | 107                 | 114                          | 114                | 77                 | 71      | 74         |
| 1963 | 137                  | 91                  | 150                          | 118                | 74                 | 65      | 71         |
| 1964 | 89                   | 75                  | 119                          | 132                | 77                 | 66      | 74         |
| 1965 | 167                  | 81                  | 206                          | 144                | 106                | 96      | 131        |
| 1966 | 147                  | 74                  | 199                          | 148                | 98                 | 91      | 109        |
| 1967 | 135                  | 65                  | 208                          | 157                | 119                | 97      | 112        |
| 1968 | 117                  | 59                  | 198                          | 157                | 128                | 115     | 115        |
| 1969 | 134                  | 62                  | 216                          | 174                | 111                | 95      | 118        |
| 1970 | 148                  | 66                  | 224                          | 188                | 121                | 106     | 117        |
| 1971 | 166                  | 62                  | 268                          | 204                | 121                | 106     | 119        |
| 1972 | 178                  | 60                  | 297                          | 218                | 122                | 109     | 114        |
| 1973 | 159                  | 53                  | 300                          | 214                | 113                | 95      | 102        |
| 1974 | 170                  | 48                  | 354                          | 260                | 125                | 115     | 108        |
| 1975 | 156                  | 35                  | 446                          | 349                | 127                | 116     | 114        |
| 1976 | 140                  | 26                  | 538                          | 470                | 105                | 103     | 95         |
| 1977 | 191                  | 25                  | 764                          | 529                | 106                | 105     | 97         |
| 1978 | 192                  | 23                  | 835                          | 658                | 118                | 117     | 111        |
| 1979 | 220                  | 22                  | 1000                         | 713                | 115                | 111     | 108        |
| 1980 | 229                  | 21                  | 1090                         | 753                | 110                | 108     | 102        |

Fonte: Dados básicos: I.E.A.

(a) Índice de quantidade calculado pelo método de Laspeyres, ponderado pelo preço do ano base (1948 = 100).

$$I_L = \frac{\sum_{i=1}^j Q_n \cdot P_o}{\sum_{i=1}^j Q_o \cdot P_o} \cdot 100 \text{ (Ver apêndice A)}$$

(b) Calculado a partir dos coeficientes técnicos de utilização de mão-de-obra e da área cultivada com cada produto (Ver apêndice A).

(c) Calculado pela relação (a)/(b).

NOTA: Considerou-se os 8 principais produtos vegetais exportáveis do Estado de São Paulo.



Tabela 26 - Índices de Produção Agrícola, Emprego Agrícola, Produtividade do Trabalho, Relação Área/homem e Salário Produto - Produtos Domésticos no Estado de São Paulo, 1948-1980, base: 1948 = 100

| Anos | Produção Agrícola(a) | Emprego Agrícola(b) | Produtividade do Trabalho(c) | Relação Área/homem | Salário Produto    |         |            |
|------|----------------------|---------------------|------------------------------|--------------------|--------------------|---------|------------|
|      |                      |                     |                              |                    | Diarista Residente | Volante | Tratorista |
| 1948 | 100                  | 100                 | 100                          | 100                | 100                | 100     | 100        |
| 1949 | 104                  | 116                 | 90                           | 100                | 90                 | 88      | 88         |
| 1950 | 119                  | 116                 | 102                          | 97                 | 92                 | 80      | 86         |
| 1951 | 105                  | 103                 | 102                          | 96                 | 96                 | 77      | 84         |
| 1952 | 92                   | 92                  | 100                          | 97                 | 111                | 97      | 101        |
| 1953 | 97                   | 112                 | 87                           | 98                 | 92                 | 82      | 86         |
| 1954 | 116                  | 138                 | 84                           | 102                | 79                 | 82      | 72         |
| 1955 | 108                  | 146                 | 74                           | 100                | 84                 | 86      | 76         |
| 1956 | 94                   | 129                 | 73                           | 98                 | 86                 | 79      | 80         |
| 1957 | 114                  | 128                 | 89                           | 103                | 93                 | 89      | 85         |
| 1958 | 122                  | 140                 | 87                           | 102                | 103                | 96      | 93         |
| 1959 | 122                  | 131                 | 93                           | 97                 | 99                 | 97      | 93         |
| 1960 | 148                  | 152                 | 97                           | 106                | 92                 | 71      | 91         |
| 1961 | 153                  | 144                 | 106                          | 100                | 86                 | 80      | 82         |
| 1962 | 151                  | 138                 | 109                          | 109                | 77                 | 71      | 74         |
| 1963 | 185                  | 181                 | 102                          | 103                | 74                 | 65      | 71         |
| 1964 | 155                  | 185                 | 83                           | 100                | 77                 | 66      | 74         |
| 1965 | 192                  | 182                 | 105                          | 104                | 106                | 96      | 131        |
| 1966 | 162                  | 154                 | 105                          | 105                | 98                 | 91      | 109        |
| 1967 | 194                  | 157                 | 124                          | 112                | 119                | 97      | 112        |
| 1968 | 176                  | 162                 | 109                          | 112                | 128                | 115     | 115        |
| 1969 | 138                  | 138                 | 100                          | 112                | 111                | 95      | 118        |
| 1970 | 192                  | 137                 | 140                          | 119                | 121                | 106     | 117        |
| 1971 | 168                  | 130                 | 129                          | 131                | 121                | 106     | 119        |
| 1972 | 192                  | 112                 | 171                          | 138                | 122                | 109     | 114        |
| 1973 | 178                  | 103                 | 173                          | 140                | 113                | 95      | 102        |
| 1974 | 189                  | 110                 | 172                          | 133                | 125                | 115     | 108        |
| 1975 | 161                  | 73                  | 221                          | 183                | 127                | 116     | 114        |
| 1976 | 209                  | 74                  | 282                          | 209                | 105                | 103     | 95         |
| 1977 | 187                  | 55                  | 340                          | 246                | 106                | 105     | 97         |
| 1978 | 155                  | 51                  | 304                          | 257                | 118                | 117     | 111        |
| 1979 | 203                  | 44                  | 461                          | 293                | 115                | 111     | 108        |
| 1980 | 215                  | 43                  | 500                          | 294                | 110                | 108     | 102        |

Fonte: Dados básicos: I.E.A.

(a) Índice de quantidade calculado pelo método de Laspeyres, ponderado pelo preço do ano base (1948 = 100).

$$I_L = \frac{\sum_{i=1}^j Q_n \cdot P_o}{\sum_{i=1}^j Q_o \cdot P_o} \cdot 100 \text{ (Ver apêndice A)}$$

(b) Calculado a partir dos coeficientes técnicos de utilização de mão-de-obra e da área cultivada com cada produto (Ver apêndice A).

(c) Calculado pela relação (a)/(b).

NOTA: Considerou-se 9 principais produtos vegetais de consumo doméstico do Estado de São Paulo.



a oferta de fatores se caracteriza por relativa abundância de mão-de-obra especializada e de capital e relativa escassez de mão-de-obra não qualificada...".

Os salários não acompanharam o ganho de produtividade da mão-de-obra que passou a produzir mais por unidade de área e não se beneficia por isso, nem no caso dos produtos exportáveis que são mais rentáveis e têm mais condições de disputar mão-de-obra no mercado de trabalho agrícola, podendo pagar melhores salários.

Para o caso dos produtos de consumo doméstico, considerados apenas os produtos vegetais, os dados da tabela 26 mostram que a produtividade do trabalho também aumenta, porém menos que a produtividade do trabalho no caso dos exportáveis. O índice de emprego também cai, porém é maior que o índice de emprego dos exportáveis, confirmando a expectativa de que os produtos domésticos usam mão-de-obra mais intensamente. A relação área/homem também cresce, confirmando o aumento da produtividade do trabalho, em que pese o ganho de produtividade de ser em sua grande parte apropriado pelo empregador que não o transfere ao trabalhador na forma de salários, como atestam os índices de salário produto para as categorias de diaristas residentes, volantes e tratoristas, que não acompanham com a mesma intensidade o crescimento da produtividade da mão-de-obra, repetindo-se o fenômeno ocorrido para os produtos exportáveis.

A tabela 27 mostra, basicamente, as relações entre salários urbanos e rurais para diversas categorias de trabalhadores. Da mesma forma que ocorreu para os dados do Brasil, essas relações entre salários urbanos e rurais se mostram decrescentes. Para o caso de São Paulo - ora em estudo - os salários entre os dois setores são menos discrepantes quando se comparam categorias de trabalhadores com nível de qualificação semelhante. O diferencial entre salários urbanos e rurais é menor, ou seja, os salários urbanos não são tão maiores que os rurais, chegando mesmo a serem menores quando se comparam os salários de serventes da construção civil com os salários dos volantes (diaristas eventuais) e de tratoristas. Para o caso do Brasil, conforme mostra a tabela 19 vista anteriormente, embora o diferencial fosse decrescente, os salários dos serventes da construção civil apresentam-se maiores que os salários de diaristas eventuais e de trabalhadores residentes. São Paulo, sendo um Estado de agricultura mais capitalizada, pode

Tabela 27 - Salários Nominais Rurais e Urbanos (Cr\$/dia) e Relações entre esses Salários Para Distintas Categorias de Empregados - São Paulo, 1969-1979

| Anos | (1)<br>Sal.Nominal<br>volantes | (2)<br>Sal.Nominal<br>diaristas<br>residentes | (3)<br>Sal.Nominal<br>tratoristas | (4)<br>Sal.Nominal<br>serventes | (5)<br>Sal.Nominal<br>pedreiros | (4)/(1) | (4)/(2) | (4)/(3) | (5)/(1) | (5)/(2) | (5)/(3) |
|------|--------------------------------|---|-----------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| 1969 | 4,16                           | 3,88  | 5,05                              | 5,36                            | 10,08                           | 1,29    | 1,38    | 1,06    | 2,42    | 2,60    | 1,99    |
| 1970 | 5,65                           | 5,14  | 6,11                              | 6,40                            | 12,16                           | 1,13    | 1,25    | 1,05    | 2,15    | 2,37    | 1,99    |
| 1971 | 7,04                           | 6,44  | 7,80                              | 7,28                            | 14,00                           | 1,03    | 1,13    | 0,93    | 1,99    | 2,17    | 1,79    |
| 1972 | 9,36                           | 8,38  | 9,69                              | 8,64                            | 16,40                           | 0,92    | 1,03    | 0,89    | 1,75    | 1,96    | 1,69    |
| 1973 | 11,90                          | 11,35   | 12,55                             | 10,56                           | 20,16                           | 0,89    | 0,93    | 0,84    | 1,69    | 1,78    | 1,61    |
| 1974 | 18,25                          | 15,85   | 16,77                             | 15,76                           | 29,28                           | 0,86    | 0,99    | 0,94    | 1,60    | 1,85    | 1,75    |
| 1975 | 23,75                          | 20,65   | 22,96                             | 22,00                           | 39,12                           | 0,93    | 1,07    | 0,96    | 1,65    | 1,89    | 1,70    |
| 1976 | 34,05                          | 27,85   | 30,88                             | 30,72                           | 54,48                           | 0,90    | 1,10    | 0,99    | 1,60    | 1,96    | 1,76    |
| 1977 | 52,50                          | 42,50   | 47,73                             | 43,20                           | 73,44                           | 0,82    | 1,02    | 0,91    | 1,40    | 1,73    | 1,54    |
| 1978 | 72,45                          | 58,80   | 67,52                             | 60,16                           | 101,04                          | 0,83    | 1,02    | 0,89    | 1,39    | 1,72    | 1,50    |
| 1979 | 106,29                         | 87,59   | 101,69                            | 90,80                           | 147,52                          | 0,85    | 1,03    | 0,89    | 1,39    | 1,68    | 1,45    |

Fonte: Dados básicos FIBGE e I.E.A.

FIGURA 20 - Evolução dos Índices das Relações de Salários Nominais de Serventes/Diaristas Residentes, Serventes/Volantes e Serventes/Tratoristas - São Paulo. (Referente à Tabela 27).

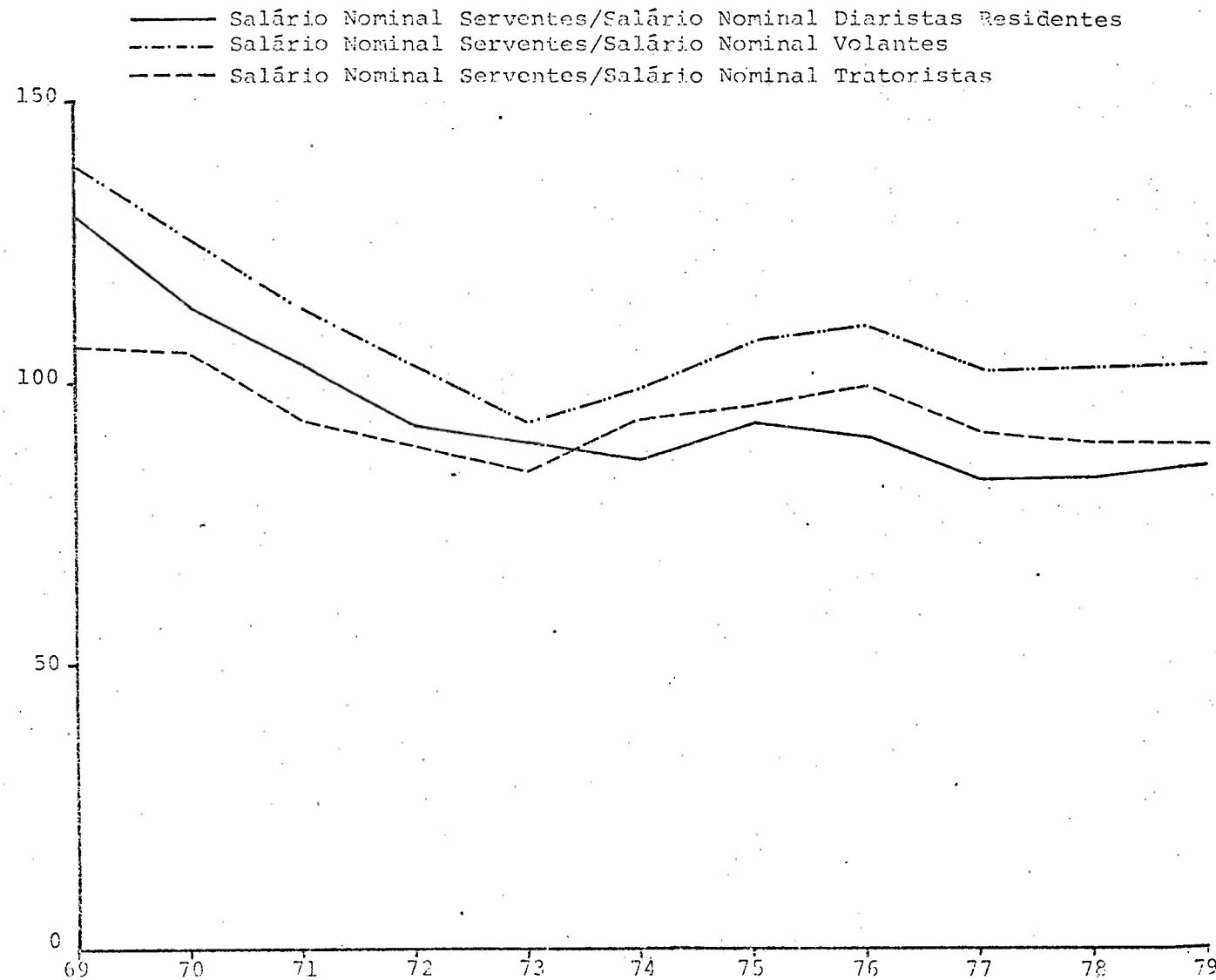
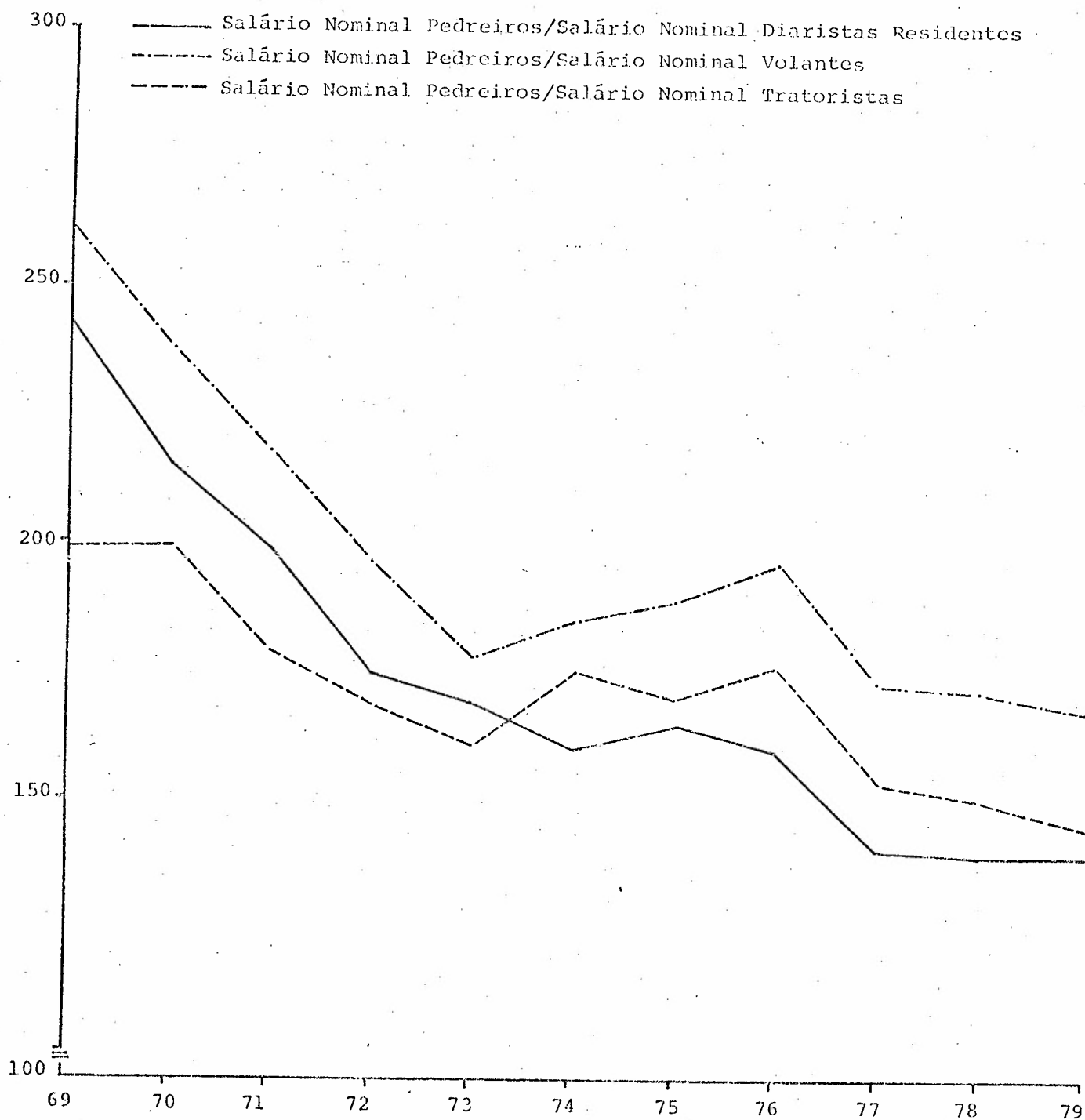


FIGURA 21 - Evolução dos Índices das Relações de Salários Nominais entre Pedreiros/Diaristas Residentes, Pedreiros/Volantes e Pedreiros/Tratoristas - São Paulo. (Referente à Tabela 27).



concorrer mais fortemente na disputa de mão-de-obra, podendo pagar maiores salários e disputar com o setor urbano.

A presente tabela mostra, nos anos iniciais da série para as relações entre salários de serventes e volantes e serventes/diaristas residentes, que os salários urbanos eram relativamente maiores que os rurais, pois nesses anos a construção civil passava por forte crescimento. O setor agrícola de São Paulo ajustou seus salários mais rapidamente que no caso brasileiro e passou a pagar melhores salários para conseguir mão-de-obra. Para o Brasil, como mostra a tabela 19 - colunas 6 e 7 - a homogeneização dos salários tende a se fortalecer mais lentamente que no caso de São Paulo. A disputa por mão-de-obra entre os setores agrícola e urbano é menos forte no caso do Brasil como um todo, pois em algumas regiões do país essa disputa não chega a provocar escassez de força de trabalho.

Os salários de serventes, em 1969, era 29% maior que o de trabalhadores volantes, enquanto que em 1971 essa diferença era de apenas 3%, sendo que após essa data a relação se inverteu, passando os salários dos volantes a serem maiores que os dos serventes na construção civil em São Paulo. De forma geral, todas as relações vistas na presente tabela tendem a uma rápida homogeneização salarial, mesmo nos casos de categorias profissionais não muito semelhantes em termos de qualificação, como pedreiros na construção civil e trabalhadores volantes na agricultura. Os dados aqui também mostram que os salários dos residentes aumentaram menos e mais lentamente que os dos volantes, evidenciando também que os residentes trocam um salário pouco maior por maior estabilidade de emprego.

Entre os fatores que afetam o comportamento dos salários agrícolas está a relação de trocas entre agricultura e indústria. Para o caso do Brasil como um todo, como vimos anteriormente na tabela 21, à medida que o índice de relações de trocas mostrou-se favorável ao setor agrícola, diminuiu o diferencial entre salários urbanos e rurais.

A tabela 28 confirma, para o caso de São Paulo, o que ocorreu para o Brasil como um todo, ou seja, à medida que a agricultura teve o preço de seus produtos melhorados com relação aos seus preços pagos, diminui o diferencial entre os salários urbanos e rurais, provavelmente em função do maior po

Tabela 28 - Evolução das Relações Entre Salários Urbanos e Rurais Diários (Cr\$/dia) e do Índice de Relação de Trocas Entre Agricultura e Indústria - São Paulo - 1969/79

| Anos | Salários<br>Serventes<br>S. diarist. | Índice | Salários<br>Serventes<br>S. resid. | Índice | Salários<br>Pedreiros<br>S. diarist. | Índice | Salários<br>Pedreiros<br>S. resid. | Índice | Índice de relação<br>de trocas da agri-<br>cultura (1) |
|------|--------------------------------------|--------|------------------------------------|--------|--------------------------------------|--------|------------------------------------|--------|--|
| 1969 | 1,29                                 | 157    | 1,38                               | 135    | 2,42                                 | 173    | 2,60                               | 150    | 55   |
| 1970 | 1,13                                 | 138    | 1,25                               | 123    | 2,15                                 | 154    | 2,37                               | 137    | 60   |
| 1971 | 1,03                                 | 126    | 1,13                               | 111    | 1,99                                 | 142    | 2,17                               | 125    | 63   |
| 1972 | 0,92                                 | 112    | 1,03                               | 101    | 1,75                                 | 125    | 1,96                               | 113    | 64   |
| 1973 | 0,89                                 | 109    | 0,93                               | 91     | 1,69                                 | 121    | 1,78                               | 103    | 71   |
| 1974 | 0,86                                 | 105    | 0,99                               | 97     | 1,65                                 | 118    | 1,85                               | 107    | 57   |
| 1975 | 0,93                                 | 113    | 1,07                               | 105    | 1,65                                 | 118    | 1,89                               | 109    | 51   |
| 1976 | 0,90                                 | 110    | 1,10                               | 108    | 1,60                                 | 114    | 1,96                               | 113    | 63   |
| 1977 | 0,82                                 | 100    | 1,02                               | 100    | 1,40                                 | 100    | 1,73                               | 100    | 100  |
| 1978 | 0,83                                 | 101    | 1,02                               | 100    | 1,39                                 | 99     | 1,72                               | 99     | 90   |
| 1979 | 0,85                                 | 104    | 1,03                               | 101    | 1,39                                 | 99     | 1,68                               | 97     | 74   |

Fonte: Dados básicos FIBGE e FGV

(1) Relação entre preços recebidos e preços pagos pelos agricultores em São Paulo. (Publicado pela Conjuntura Econômica)

FIGURA 22 - Evolução dos Índices das Relações de Salários Nominais entre Serventes/Diaristas, Serventes/Residentes e da Relação de Trocas da Agricultura - São Paulo. (Referente à Tabela 28).

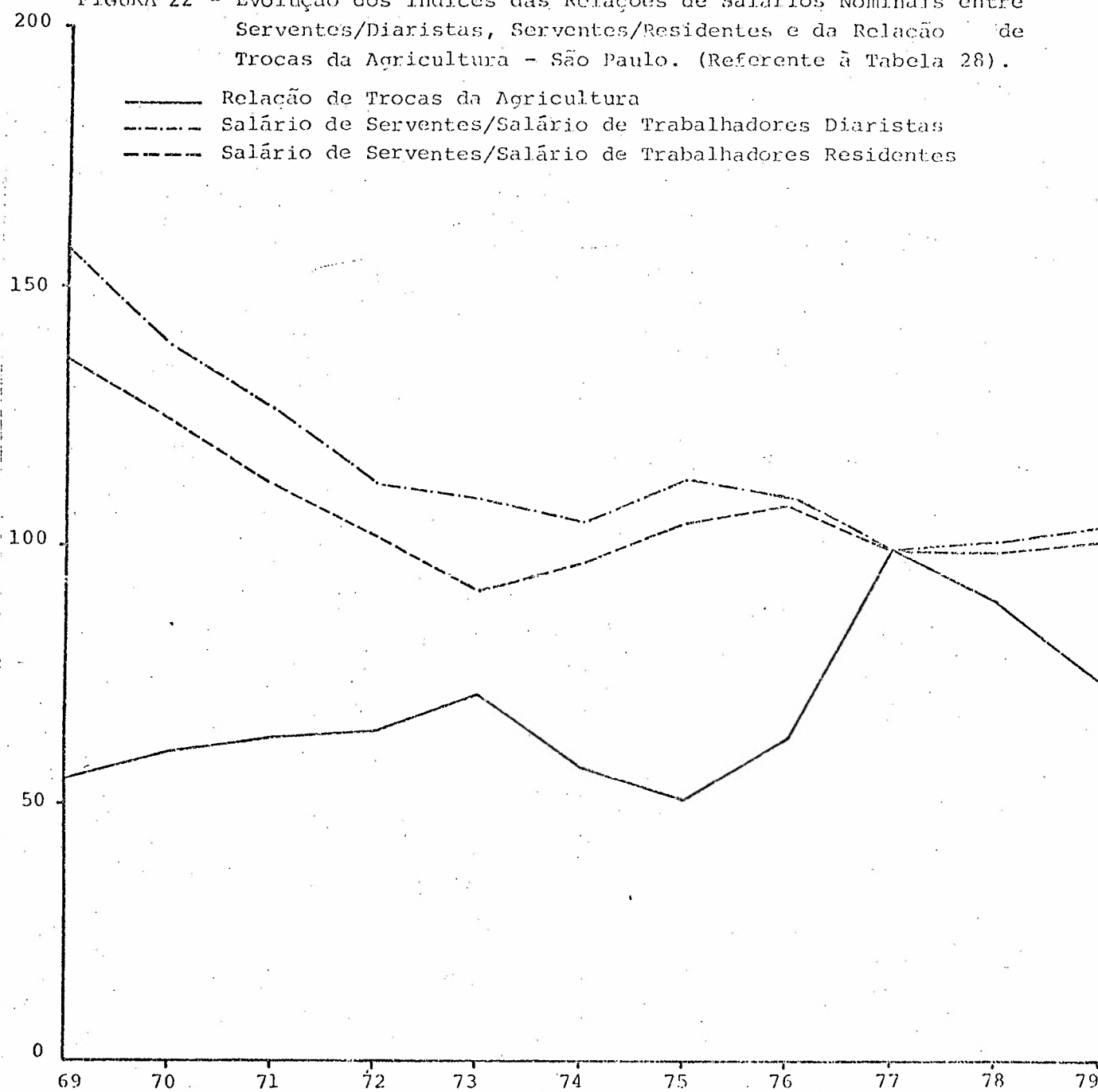
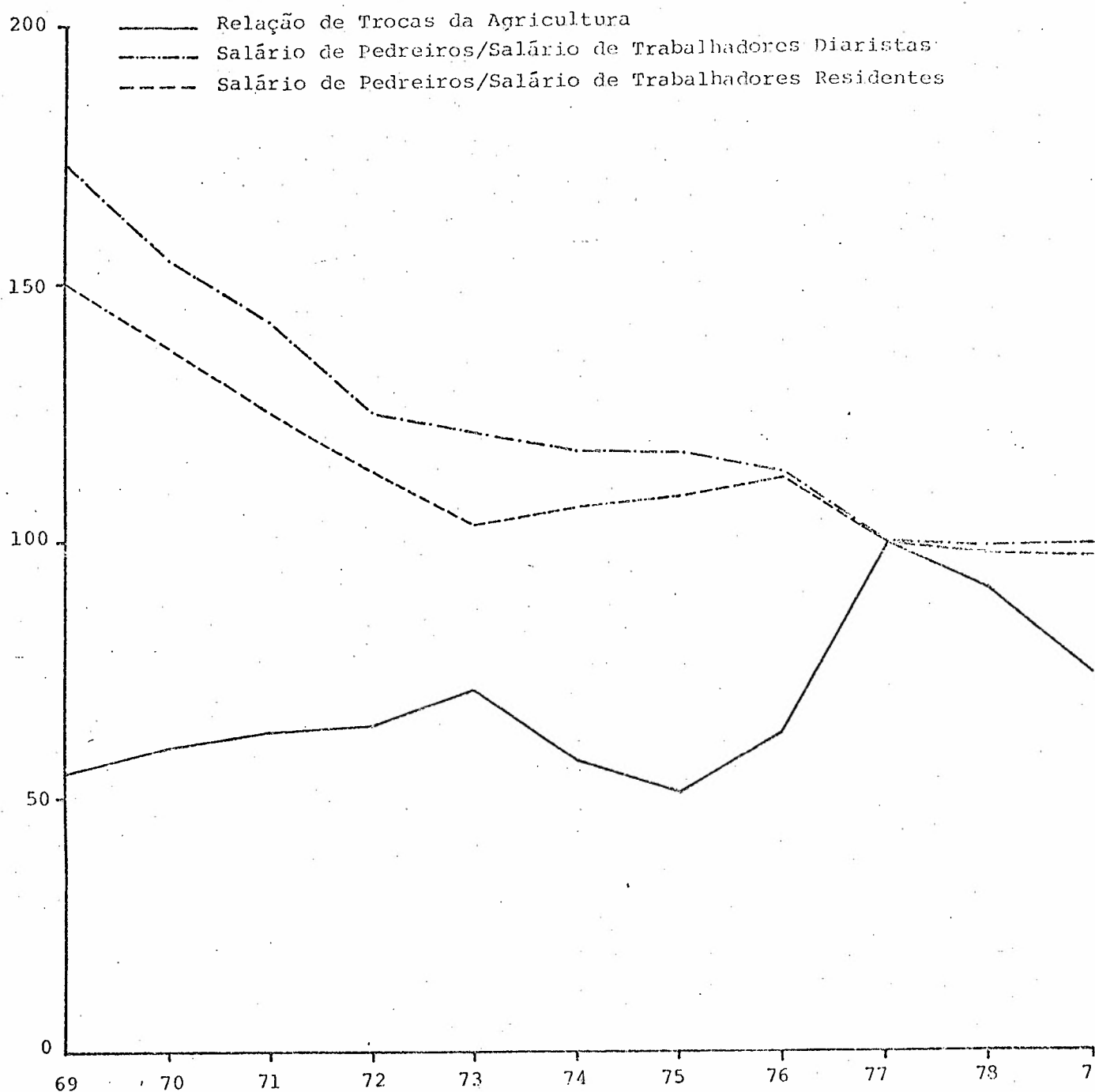




FIGURA 23 - Evolução dos Índices das Relações de Salários Nominais entre Pedreiros/Diaristas, Pedreiros/Residentes e Relação de Trocas da Agricultura - São Paulo. (Referente à Tabela 28).



der do setor agrícola em pagar maiores salários para disputar mão-de-obra com o setor urbano nas épocas de picos de demanda, nos quais a mão-de-obra fica escassa, pois é procurada pelos setores urbano e rural devido à sua mobilidade, podendo prestar serviços nos dois setores, dado seu deslocamento do setor rural para o urbano, onde passou a residir, fenômeno esse generalizado para o país como um todo.

#### VIII - CONDIÇÕES DE TRABALHO NA AGRICULTURA

As evidências quantitativas com respeito ao mercado de trabalho agrícola e principalmente os números representativos de salários nominais e reais ou seus respectivos índices, nos mostram com a frieza dos números a situação pouco privilegiada por que passa grande parte da massa trabalhadora no Brasil. Porém parece imprescindível associar a estes números breves considerações qualitativas com respeito às condições de trabalho dos assalariados da agricultura. Assim essa seção tem por finalidade deixar assentado, neste trabalho sobre salários na agricultura, algumas considerações sobre as condições de trabalho na agricultura, tendo como fontes de informação contatos e depoimentos de bóias-frias, além de material bibliográfico.

O bóia-fria fruto da intensa capitalização da agricultura, expulso do campo, vem para as cidades onde fica marginalizado, pois o setor urbano industrial não consegue empregar a todos. A maior inter-relação entre o setor urbano e rural, onde o último passa a ser cada vez mais dependente do primeiro na compra de máquinas e insumos modernos, exprime com clareza a lógica capitalista. O setor rural se moderniza e se mecaniza dispensando grande contingente de mão-de-obra que fica disponível nos centros urbanos, dada sua expulsão do campo, para prestar serviços alternadamente no setor agrícola e urbano-in

dustrial."Desta sorte,a capitalização do campo acabou tornando inevitável o surgimento, ligado ao avanço da modernização da agricultura a partir da década de 1960, do trabalhador volante, que representa um contingente de mão-de-obra eventual e barata, cognominado 'bóia-fria'." (SOUSA, A.O. et alii, 1981:5).

As origens dos bóias-frias são basicamente as mesmas, o mesmo ocorrendo com suas queixas. Os mais velhos eram, geralmente, antigos moradores de grandes fazendas que acabaram dispensados e vindo para a periferia das cidades. Eram "pequenos produtores", pois sempre tinham uma área para cultivo e criação de pequenos animais, estavam portanto ligados diretamente à terra e dela conseguiam extrair seu sustento. Não raro se ouve em depoimentos de trabalhadores, frases assim: "antes a gente (eu e a família) cuidava do café e mantinha as ruas limpas, plantando algum cereal que também era nosso". Sendo expulsos, pelas razões já bastante conhecidas, eles deixam de produzir para seu consumo e nas cidades só lhes resta a oportunidade de vender sua força de trabalho. Esse deslocamento tem alto custo de oportunidade que não consegue ser coberto pelo bóia-fria. Ele tem que pagar aluguel, água, luz, etc. Tem que comprar todo seu alimento, por não ter onde produzir como acontecia nas fazendas onde morava. Assim a única alternativa para a precária sobrevivência da família é aumentar o seu número de trabalhadores. Dessa forma tem que ir para a labuta da roça toda a família, o marido, a mulher e os filhos; estes, mesmo em idade escolar, vão trabalhar com os pais para conseguir aumentar o ganho familiar. Assim, praticamente, desaparece a chance de um filho de bóia-fria escapar à triste cina de ser bóia-fria também. Os mais jovens reclamam das duras condições de trabalho mas sem a nostalgia de já ter conseguido produzir seu próprio alimento. Nas regiões de monocultura canavieira, já é comum ouvir dos trabalhadores mais jovens que eles não sabem fazer nada a não ser plantar e cortar cana.

A mão-de-obra temporária ou eventual (os volantes) passou a representar uma diminuição na estrutura de custo de produção. Os empresários não arcam mais com grandes contingentes de mão-de-obra permanente, descartando-se dessa forma dos encargos sociais e eventuais lides trabalhistas. Desaparecem as colônias, hortas e casas, aproveitando-se todo o espaço para se cultivar. A mão-de-obra fica à disposição nas cidades para

trabalhar - é o exército de mão-de-obra de reserva - sem qualquer vínculo empregatício direto. Aparece a figura do empreiteiro de mão-de-obra, o "gato", agenciador e transportador de pessoal. Assim o volante só trabalha e ganha no dia em que há serviço a ser feito e que não chover. O proprietário não se responsabiliza pelos outros dias. Caso a safra, por exemplo, não seja boa, ou se frustre, não existe a responsabilidade de arcar com o custo da mão-de-obra. Caso chova uma semana seguida, e não seja possível desenvolver a atividade agrícola, também não se tem custo com a mão-de-obra. Assim sendo, o volante só consegue trabalhar e ganhar em condições favoráveis de clima. Esta é uma situação de visível injustiça, pois o trabalhador volante via de regra trabalha hoje para ganhar a comida de amanhã, quando não para pagar o que comeu ontem. Esse contingente fica então em muitas épocas em situação de extrema penúria quando não consegue trabalho, o que provoca depoimentos como o que segue e que foi relatado por um empreiteiro de mão-de-obra a um grande produtor de cana-de-açúcar da região de Guariba: "Olha doutor a coisa não está boa. O pessoal está reclamando de fome e dizendo que não liga passar fome. Ainda aguenta quando a mulher reclama, mas não vai aguentar quando seu filho chorar de fome. Aí ele não sabe o que faz. E na vila João de Barro a fome está chegando."

Com todos os defeitos que tem, o seguro agrícola (Proagro) procura cobrir os prejuízos dos produtores que financiam suas lavouras, advindos de seca, geada ou excesso de chuvas. É o trabalhador eventual não tem nem sequer a garantia da diária, que lhe compra o necessário para a sobrevivência, nos dias em que chove. O produtor consegue se ressargir, em parte, das perdas devido às intempéries, porém ao trabalhador nada sobra para sua proteção.

Toda a família vai para o trabalho na agricultura para aumentar a sua renda, aumentando assim a espoliação. "As mulheres e as crianças em alguns serviços recebem menos que os homens, sendo que muitas delas têm rendimento igual ou maior que muitos homens. Por exemplo, nas colheitas de algodão a maioria das crianças tem rendimento maior que os grandes, devido à altura das crianças que lhes dá facilidade para coleta do algodão, enquanto que os grandes têm que se inclinar" (CUNHA, 1981:8).

A sazonalidade da atividade agrícola é outro fator de diminuição da renda anual do trabalhador agrícola. Ele consegue em épocas de pico ganhar boas diárias, porém isso não significa uma melhoria global na sua remuneração. "O chamado bóia-fria, ou volante, sabe-se, somente encontra tarefas para executar nas lavouras durante mais ou menos 150 dias por ano. Marginaliza-se cada vez mais, sendo precárias suas condições de trabalho, bem como da moradia urbana, higiene, instrução e alimentação." (Centro de Estudos Agrícolas/IBRE/FGV - 1981:18). Os baixos salários acabam provocando sérios problemas de saúde, fraqueza e incentivo ao alcoolismo com suas sequelas, conforme pesquisa efetuada pela Universidade de São Paulo, em Ribeirão Preto, onde se "constatou, dentre outras coisas, que, o bóia-fria passa fome e padece de subnutrição. Sua dieta, constitui da basicamente de arroz, feijão, pão e, às vezes, um pedaço de linguiça, sardinha ou ovo, indicou ingestão de 800 calorias abaixo do recomendável. O álcool, além de abafar as dores e a fadiga, aparece na dieta dos volantes como importante fornecedor de energia. Cerca de 87% dos trabalhadores investigados consomem alguma bebida alcóolica (pinga, em especial, média de 110 ml/dia/homem)." (Centro de Estudos Agrícolas/IBRE/FGV-1981:18).

Morando nas cidades e trabalhando nos dois setores, sem vínculo empregatício com nenhum "patrão" caem os trabalhadores eventuais nas mãos dos empreiteiros, como já foi dito anteriormente. Estes os agenciam aos grandes proprietários. Passam nos "pontos" pela madrugada, e os levam para o trabalho, trazendo-os no começo da noite, em caminhões normalmente velhos e pouco conservados. Abarrotando a carroceria com homens, mulheres e crianças sem as mínimas medidas de segurança, pois essa "carga" - tal o modo que as pessoas viajam - é coberta por um simples toldo de lona.<sup>1/</sup> O empreiteiro recebe a diária de cada um do fazendeiro-empregador e no fim da semana, via de regra, faz os pagamentos à sua turma. Dessa diária recebida o "gato" cobra seus serviços de agenciador e transportador que gira em torno de 15% do salário de cada bóia-fria <sup>2/</sup>. Além des

---

<sup>1/</sup> Ver D'INCAO e MELLO (1976)

<sup>2/</sup> Ver CUNHA (1981).

se preço da intermediação, é comum as falcaturas na hora do pagamento, os "erros" na medição do corte de cana ou outro serviço feito por tarefa, além das tramas dos "gatos" para rebaixarem ainda mais as parcas diárias pagas aos trabalhadores.

Agravando essa situação de agenciamento de mão-de-obra, existe um "instituto" famigerado conhecido por "lista negra" que é a relação nominal dos empregados considerados reivindicadores, contestadores ou que simplesmente protestam contra os roubos que ocorrem. Quem reclama ao "gato", ameaça ou ir à Justiça ou Sindicato, entra na tal "lista negra" e então se torna praticamente impossível conseguir emprego na região. Os empreiteiros trocam informações entre si e divulgam entre si as tais "listas negras" que em alguns casos chegam a ser afixadas nos parabrisas dos caminhões. O medo de perder o emprego e a falta de coesão entre si, (que os próprios bôias-frias reconhecem) fazem com que quase não haja reclamações contra suas precárias condições de trabalho. "Atitudes isoladas de reivindicação direta às usinas ocorrem, segundo os empreiteiros, muito raramente por que o trabalhador reconhece que não tem força para conseguir o que pede, não sabe a quem levar sua reclamação e teme a dispensa, que costuma ser a reação própria das usinas. Já movimentos organizados ou reações grupais espontâneas são ainda mais raras devido à falta de coesão entre os trabalhadores, surgindo apenas conflitos eventuais com o turmeiro, ou fiscal, reclamações verbais e, no máximo, o procedimento conjunto de 'amarrar o serviço'." (JOHNSON & FERREIRA, 1981:4).

A falta de coesão e desunião entre os trabalhadores volantes - tão reclamada por eles próprios em quaisquer de seus depoimentos ou entrevistas - é motivada por sua extrema necessidade de conseguir a qualquer custo o mínimo para sobreviver, além de não terem maiores contatos entre si fora da jornada de trabalho.

Existe uma natural disputa pela "vaga" no caminhão do empreiteiro. Quando as atividades agrícolas diminuem de ritmo, aumenta a dificuldade de se encontrar emprego. "A medida que vai diminuindo a procura de trabalhadores, as pessoas começam a sobrar nos pontos. 'As pessoas montam no caminhão até lotar. Se sobra gente, não adianta achar ruim. Volta pa



ra casa. Esse dia fica sem trabalho'." (D'INCAO e MELLO, 1976: 112). Na realidade quem fica sem trabalho, fica também sem receber e se o fato ocorrer com frequência, não há alternativas à fome.

As disputas ocorrem, também, entre os que conseguem trabalho. Cada qual desejando "mostrar serviço" ao fiscal ou turmeiro, se desdobra para garantir sua vaga na época de pouca demanda de mão-de-obra. "Preocupados com esse período, alguns 'bóias-frias' se esmeram no trabalho, com o intuito de serem aproveitados até o fim da colheita. 'Os fiscais sabem que quando é para trabalhar eu não descuido'. Esperam também, com isso, garantir trabalho para os períodos em que não há colheita. 'Tem muita gente querendo trabalhar. Mas quando a gente trabalha bem, a fama logo se espalha. O fiscal conta pro patrão e os donos do serviço vão procurar o pessoal bom'." (D'INCAO e MELLO), 1976:112).

Outro fator de deterioração das condições de trabalho na agricultura e que colabora com a desunião é a extensa jornada de trabalho que varia, em muitos casos, entre 10 e 12 horas, além do tempo gasto na viagem de ida e volta ao serviço que, incluindo-se a espera nos "pontos", chega e ultrapassa a 2 horas, tempo esse perdido sem remuneração. A "maratona" se inicia entre 4:30 e 5:00 horas para se começar a trabalhar às 7:00 horas. O aumento da jornada de trabalho, com a realização de trabalho excedente, dá origem à mais valia absoluta <sup>1/</sup>. A comida acondicionada em caldeirões, e que foi feita à noite e requentada pela madrugada, vai ao ombro num embornal de pano, juntamente com uma pequena garrafa de café e às vezes um pedaço de pão. Essa comida deve se manter sem azedar até as 9:00 horas quando ocorre o almoço (costume esse que ocorre no Estado de São Paulo). A sobra fica para o café às 13:00 horas. "muitas vezes ocorre que, com o calor excessivo, a comida azeda e o 'bóia-fria' passa o dia sem comer. É quando sentem 'tonsuras' e desmaios." (D'INCAO e MELLO, 1976:113). A volta se dá no fim da tarde e começo da noite, chegando todos excessivamente cansados e não vendo a hora de poder deitar-se e dormir para começar tudo de novo pela madrugada.

---

<sup>1/</sup> Ver IANNI (1977)

Interessante narrar aqui um depoimento de um bôia-fria de Ribeirão Preto reclamando da falta de união da classe e que ainda nesse caso era agravada por um ato da municipalidade. Havia, segundo o relato, uma favela margeando o córrego Tanquinho na periferia de Ribeirão Preto onde residiam muitas famílias de bôias-frias que mantinham algum contato entre si. A Prefeitura resolveu desativar tal favela para urbanizar a região que se valorizara e passou a transferir as famílias para um núcleo habitacional chamado Quintino Facci II, usando uma tática que provocou a completa desarticulação do pessoal da favela, pois as famílias foram assentadas umas distantes das outras, separando os vizinhos, amigos e parentes. Misturou-se inclusive os bôias-frias com pessoas de outros afazeres e que segundo esse depoimento, deixa os "peões" inibidos ao descerem sujos dos caminhões, inclusive evitando os encontros no "boteco" para tomar a pinga do fim do dia. Embora no conjunto habitacional as condições de moradia sejam melhores, a distância do centro da cidade, essa separação do pessoal, as contas de água, luz, esgoto e prestação das casas estão provocando uma gradual saída desse núcleo habitacional para outras favelas.

Uma tentativa oficial para resolver o problema do bôia-fria foi a criação das "cooperativas". Essa iniciativa parece não resolver o problema do bôia-fria, do que se depreende da análise da Cooperativa de Trabalhadores Temporários de Franca feita por SOUSA, BACCARIN & GEBARA, (1981). A cooperativa assume o papel de agente entre o trabalhador e o empresário, substituindo o "gato" e agravando o problema, pois além de não garantir emprego ao longo do ano, também não remunera melhor seus associados<sup>1/</sup>. Não passa de mais um órgão assistencialista e paternalista.

A cooperativa é mera locadora de serviços; por força de lei ela não é empregadora; os cooperados são a cooperativa e ficam assim sem patrão. Não têm contra quem reclamar seus direitos trabalhistas. Os proprietários vão à cooperativa contratar seus serviços e ela como mera locadora de trabalho envia seus associados, que ficam sem nenhum vínculo de emprego com o proprietário.

---

<sup>1/</sup> Ver também COUTO ROSA (1980).

Existem ingerências na administração da cooperativa, que chegam a contrariar o seu próprio estatuto, tudo indicando "que a classe patronal, que representa os interesses do capital, quer o controle da cooperativa para resolver os seus problemas de mão-de-obra e não para resolver os problemas da mão-de-obra." (SOUSA, BACCARIN & GEBARA, 1981:8).

Um problema grave e imediato da mão-de-obra e que não está sendo resolvido é realmente o seu baixo salário. A intensa concentração da posse da terra <sup>1/</sup> - provocando o desaparecimento dos pequenos produtores - e a rápida mecanização da agricultura, pelo contrário o está agravando. Os salários agrícolas não acompanham, se quer o ganho de produtividade da agricultura, aviltando a já violenta concentração de renda. Os dados dos Censos de 1970 e 1980 mostram, segundo artigo de SUPLI CY (1982) que os 50% mais pobres no setor rural brasileiro tiveram uma queda na participação no total dos rendimentos de 22,4% para 14,9%, enquanto que os 1% mais ricos aumentaram sua participação de 10,5% para 29,3%.

A situação do trabalhador rural no Brasil, com sua proletarização, vem se agravando em termos gerais. Ele passa a viver no setor urbano sem ter condições de enfrentar o custo adicional que isso provoca. O ganho monetário maior, que não cobre seus gastos, também maiores, dissimula a perda de qualidade de vida desses trabalhadores, que muitas vezes chegam à indigência absoluta nas cidades. E as perspectivas de resolver esse problema básico e imediato são cada vez mais sombrias, pois a tônica das políticas econômicas é privilegiar o capital em detrimento da mão-de-obra.

---

<sup>1/</sup>. Ver GEBARA (1976)

## IX - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral do presente trabalho consiste em analisar o comportamento dos salários agrícolas no Brasil procurando associá-lo e compreendê-lo dentro de uma perspectiva de crescimento econômico.

Procurou-se realizar a análise, levando-se em conta diferentes situações, pois no caso brasileiro não se pode dividir de forma compartimentada o setor agrícola em estágios puros de desenvolvimento. Na realidade o que se tem são diferentes regiões e épocas com características distintas. Existem regiões com avançado nível de desenvolvimento e outras com precário nível de desenvolvimento. Dentro de uma mesma região pode ocorrer, dependendo da época, excedente ou escassez de mão-de-obra.

O modelo de LEWIS (1954) propõe que o setor agrícola forneça mão-de-obra para o setor urbano-industrial a custos declinantes ou constantes. Admite o autor um diferencial de 30% a mais no setor urbano para cobrir os custos de transferência. Para o caso analisado do Brasil, a relação entre salários de serventes na construção civil e trabalhadores residentes na agricultura é a que mais se aproxima da situação de equilíbrio proposto por LEWIS (1954). É interessante salientar que o diferencial próximo de 30% ocorre entre as duas cate

gorias citadas, que parecem ser as mais representativas e típicas do modelo citado e com nível de qualificação bastante semelhante. Os residentes trocam um salário mais elevado em outro setor por maior estabilidade no emprego. Essa situação não permite concluir definitivamente sobre as razões do diferencial de salários, porém indica sua existência para essas categorias para o caso do Brasil. Convém lembrar que o trabalhador residente sofre menos influência do setor urbano e consequentemente os salários demoram mais para se homogeneizar. Para São Paulo, região de maior integração entre os setores urbano e rural, nem para essas categorias (residentes e serventes) chegou-se ao equilíbrio proposto pelo modelo com um diferencial de salários de 30% em favor do setor urbano dada a diferença de produtividade.

Em geral, para o caso em análise, existe tendência à igualação dos salários rurais e urbanos, sendo que estes não têm aumentado no mesmo ritmo dos rurais, dada a melhoria nas relações de trocas e aumentos da produtividade da mão-de-obra da agricultura e consequente aumento salarial que acaba provocando salários a custos crescentes para o setor urbano-industrial. "A conclusão parece ser que a constância a longo prazo do salário urbano foi resultado de um ciclo político, e não consequência de ajustamentos no mercado de trabalho do tipo considerado na literatura do modelo dual de crescimento". (BACHA, 1979:596-597).

A disputa por mão-de-obra egressa do campo (trabalhadores temporários ou volantes) entre os setores rural e urbano que também usa essa força de trabalho, pode provocar uma diminuição no diferencial entre salários urbanos e rurais, não permitindo que se chegue ao equilíbrio sugerido por LEWIS (1954).

Esse diferencial de salários para os menos qualificados em geral, para São Paulo e para os serventes e diaristas (temporários), para o Brasil não se verificou no presente estudo. Os salários tendem a se homogeneizar. A produtividade da mão-de-obra agrícola cresce e o setor agrícola consegue pagar melhores salários e disputar força de trabalho com o setor urbano. Existe excesso de mão-de-obra em determinados momentos do ano que permite sobras desse fator à disposição do setor ur

bano-industrial o que força os salários para baixo.

Não se pode no caso brasileiro, como já se disse, fazer uma análise dos salários agrícolas de forma estanque, dividindo-se o período de análise em fases atrasada e adiantada e generalizá-las para o país todo, afirmando-se que em uma existe excesso e na outra escassez de mão-de-obra. Existe uma mescla de excesso e escassez de mão-de-obra que foi chamada de "paradoxo da escassez com excedente". Em determinados períodos falta e em outros sobra mão-de-obra no mercado de trabalho. A mão-de-obra presta serviços nos dois setores - urbano e rural - dada sua mobilidade. Ela flui para esse ou aquele setor que melhor lhe paga, fazendo com que os salários urbanos e rurais se aproximem. Desta forma não ocorre diferencial constante ao longo do tempo beneficiando os salários urbanos, sempre se comparando categorias de qualificação semelhante.

É evidente que quando se comparam categorias com grandes diferenças de qualificação é forçoso aparecer um diferencial nos salários beneficiando os mais qualificados.

A mão-de-obra não qualificada se movimenta entre os setores agrícola e urbano. A produtividade do homem aumenta no setor agrícola, bem como melhoram os termos de trocas para a agricultura. Dessa forma o setor agrícola passa a ter condições de melhorar seus salários e igualar e até ultrapassar os pagos pelo setor urbano, no que diz respeito ao pessoal menos qualificado.

Para São Paulo o processo de homogeneização salarial é mais rápido que para o Brasil como um todo. Nesse Estado o processo de desenvolvimento econômico é mais acelerado. A mão-de-obra expulsa do setor agrícola se desloca para o setor urbano e passa a trabalhar intermitentemente nos dois setores, sempre buscando a melhor remuneração para cada oportunidade.

O crédito subsidiado para a compra de máquinas e equipamentos agrícolas é um fator que privilegia o uso de capital em detrimento da mão-de-obra. Esta acaba, dessa forma, apresentando excedente nos períodos em que a atividade agrícola é altamente mecanizada provocando queda salarial. De outro lado, devido à sazonalidade da demanda, quando o setor agrícola necessita de força de trabalho, pois a mecanização



ainda não substitui a mão-de-obra em todo ciclo das culturas, vai buscá-la temporariamente no setor urbano, provocando assim aumentos de salários.

"O modelo de crescimento de LEWIS prediz que, durante o estágio de excesso de mão-de-obra, a industrialização prosseguirá com o salário da mão-de-obra urbana não qualificada mantendo-se constante em termos do produto agrícola. Essa predição baseia-se em duas suposições: que os rendimentos dos trabalhadores agrícolas não se alterem, o que implica supor que a produtividade da mão-de-obra nas atividades agrícolas tradicionais esteja estagnada, e que haja entrada livre no mercado de trabalho urbano, com a migração rural-urbana reagindo aos salários relativos com agilidade suficiente para garantir a manutenção de um diferencial constante de equilíbrio entre os salários urbanos e rurais da mão-de-obra não qualificada." (BACHA, 1979:585).

As evidências indicam, para o caso de São Paulo, que mesmo as atividades agrícolas voltadas para o mercado interno - as que se aproximam e englobam atividades agrícolas tradicionais - têm apresentado aumento de produtividade da mão-de-obra e, conseqüentemente, provocado aumento do salário rural e diminuindo o diferencial entre salários urbanos e rurais numa tendência de homogeneização salarial. Esse fenômeno também ocorre para o Brasil, mesmo sem se separarem os produtos em exportáveis e domésticos.

Os salários urbanos crescem menos que os rurais e daí a tendência à homogeneização salarial. Os salários urbanos da mão-de-obra não qualificada não apresentam tendência fortemente crescente e sim se aproximam da constância proposta por LEWIS (1954), porém não pelas razões dadas por esse autor, pois a agricultura cresce e conseqüentemente seus salários também crescem. Tudo leva a crer que os salários urbanos tendem a se manter constantes devido ao arrocho salarial imposto pela política econômica vigente após 1964.

A mobilidade da mão-de-obra entre os setores urbano e rural faz com que os salários desses setores se influenciem mutuamente, visto que esses dois setores devem disputar um mesmo contingente de força de trabalho. Essa disputa ocorre mais acirradamente em regiões que apresentam setor urbano-



industrial mais desenvolvido. É o caso típico de São Paulo, visto no presente trabalho, onde essa disputa conduz à homogeneização mais rápida. O comportamento dos salários rurais passa cada vez mais a depender dos salários urbanos que variam dependendo da necessidade do setor urbano de retirar mão-de-obra do setor rural.

GASQUES (1981), analisando os fatores que afetam a determinação dos salários agrícolas, conclui que o setor urbano-industrial é um componente importante na determinação do salário agrícola principalmente nas regiões de maior desenvolvimento. Isto demonstra, segundo esse autor, "que à medida em que ocorre o processo de transformação estrutural da economia, a agricultura perde a sua importância relativa não apenas na geração de emprego e de renda mas, também, na determinação dos salários." (GASQUES, 1981:124).

O salário mínimo não apresentou tendência crescente enquanto os salários rurais apresentaram. Isso parece indicar que o salário mínimo não tem condicionado diretamente o comportamento dos salários rurais, embora não se possa negar que a introdução da legislação do salário mínimo tenha provocado o aumento nos salários agrícolas, conforme confirma GASQUES (1981). Esse mesmo autor diz que o salário mínimo é uma variável importante no seu modelo de análise de determinação de salários agrícolas, porém "as forças de mercado foram predominantes na determinação do aumento do salário agrícola." (GASQUES, 1981:124).

A mão-de-obra na agricultura não consegue se apropriar substancialmente dos ganhos de produtividade do setor agrícola, tanto para São Paulo como para o Brasil como um todo. Isso indica que, no agregado e de modo geral, ocorre oferta quase ilimitada de trabalho demonstrando a existência de excedente de mão-de-obra. Esse excedente, entre outras razões, é provocado ou implementado pela política creditícia que subsidiava a aquisição de capital facilitando seu uso e difusão em detrimento do uso de mão-de-obra que fica artificialmente mais cara. Dessa forma, o empresário opta pela mecanização intensa da atividade agrícola, utilizando o menor número possível de trabalhadores, que passam a engrossar o contingente de reserva de mão-de-obra à disposição dos capitalistas.

As evidências indicam que os ganhos de produtividade de estão sendo apropriados pelos empregadores sob a forma de lucros, o que leva a maior concentração de renda. Esse fenômeno está ocorrendo para o caso do Brasil como um todo e também para o caso particular de São Paulo. O mercado estaria, no agregado e ao longo do ano, como já foi dito, apresentando oferta quase ilimitada de trabalho. É interessante notar que nem mesmo a mão-de-obra mais qualificada - por exemplo os tratoristas - conseguem se apropriar dos ganhos de produtividade. A sazonalidade da demanda de trabalho que provoca sobras de mão-de-obra em determinados períodos do ano, bem como a fragilidade das organizações sindicais no meio rural, provocam essa situação de inferioridade da mão-de-obra na disputa dos benefícios advindos da melhoria de produtividade da agricultura, permitindo que esse ganho se transforme em sua maior parte em lucros. A falta de organização sindical e política da classe trabalhadora favorece o aumento do diferencial de renda entre trabalhadores e detentores dos meios de produção. Para evitar-se maior concentração de renda e permitir-se melhoria salarial é necessário que os trabalhadores se organizem, como aconteceu nos países capitalistas centrais. "Afim, a concentração de renda só não aconteceu nas economias capitalistas centrais porque os salários não se mantiveram constantes. Graças à pressão dos sindicatos e dos partidos populares, os salários cresceram aproximadamente à mesma taxa do aumento da produtividade do trabalho desde meados do século passado". (BRESSER PEREIRA, 1982:140).

Os salários rurais para os casos estudados - Brasil e Estado de São Paulo - tiveram basicamente o mesmo comportamento. Ressalte-se que para São Paulo, devido ao maior grau de transformação por que tem passado a agricultura, entrosando-se mais com o setor urbano-industrial, a tendência ao desaparecimento da diferença salarial e conseqüente homogeneização dos salários foi mais rápida.

Distorções existentes no setor agrícola, fruto de um processo de transformações econômicas caracterizado pela concentração da renda e da posse da terra <sup>1/</sup>, estão associadas

---

<sup>1/</sup> Ver GEBARA, (1976).

à existência de baixo nível salarial na agricultura, que fazem com que os salários quase não se beneficiem das melhorias de produtividade e relações de trocas em favor do setor agrícola. Apesar de razoável desempenho da agricultura nos últimos anos, mantêm-se um mercado de trabalho caracterizadamente de baixos salários. Para correção dessas distorções com a finalidade de minorar a injusta situação salarial e de vida dos trabalhadores na agricultura, uma das alternativas "consistiria na realização de mudanças distributivas no setor agrícola, conforme mostram RAUP (1970) e GOMES DA SILVA (1971)." (GASQUES, 1981: 126).

A idéia inicial do presente trabalho era estudar o comportamento dos salários atrelando a análise empírica ao conteúdo teórico dos modelos de crescimento na literatura, no que diz respeito ao comportamento dos salários. Imaginou-se explicar, à luz dos modelos teóricos <sup>1/</sup>, os fenômenos práticos ocorrendo com os salários agrícolas no Brasil.

Estudada a literatura que aborda os modelos e conhecendo-se em maior profundidade o assunto objeto da pesquisa, modificou-se o rumo da análise inicialmente pretendida. Procurou-se não se prender formalmente ao uso dos modelos teóricos de crescimento para explicar o comportamento dos salários agrícolas no Brasil. Ressalte-se aqui a importância do estudo dos modelos teóricos na escolha do problema a ser estudado <sup>2/</sup>, porém as restrições existentes na definição dos pressupostos para o funcionamento dos modelos dificultam seu uso. Os modelos teóricos se baseiam em hipóteses bem claras e definidas que só assim permitem seu funcionamento e compreensão. Basicamente são estruturados nos modelos concorrenciais, o que de pronto já limita sua utilização de forma cabal na análise prática dos fenômenos econômicos.

ARRIGHI (1975), criticando um trabalho de W.J. Barber que, baseado no modelo de Lewis, tentou estudar o comporta

---

<sup>1/</sup> Basicamente os modelos de excedente de trabalho e de diferencial de salários, assim denominados por CORDEN (1974), representando o primeiro uma fase de abundância de mão-de-obra e o segundo uma fase em que o excedente não mais existe. Esse mercado de trabalho tem por base os modelos de crescimento de LEWIS (1954) e RANIS & FEI (1961).

<sup>2/</sup> Ver GRAZIANO NETO, 1977.

mento da força de trabalho assalariado na Rodésia, coloca restrições ao conceito de excedente de trabalho na fase inicial de desenvolvimento. Para ARRIGHI (1975) os indígenas africanos estavam organizados de tal forma que obtinham satisfação de suas necessidades utilizando todo seu tempo de forma "racional", não se podendo dizer que existia excedente de trabalho. "Temos visto que os dados disponíveis não justificam de modo algum a tese segundo a qual o baixo índice de participação africana no mercado de trabalho durante a primeira fase do domínio branco fora devido a uma pretensa falta de resposta dos africanos às 'ocasiões para aumentar sua renda' oferecida pelo mercado..." (ARRIGHI, 1975:131). Na realidade o que ocorria é que os indígenas tinham uma estrutura de produção tal que não eram atraídos pelos salários monetários. As rendas obtidas pela venda de seus produtos agrícolas eram maiores que as obtidas no assalariamento (onde o esforço era proporcionalmente maior). No caso rodesiano houve necessidade de estabelecimento de políticas governamentais (trabalho forçado, expropriação de terras, etc) para forçar o assalariamento, ou seja, para provocar o excedente de mão-de-obra.

O autor afirma o caráter ideológico e anti-histórico da aplicação do modelo de Lewis no trabalho de Barber. Critica a tendência da moderna ciência econômica, (considerando de baixo nível científico a economia do desenvolvimento), dizendo que "Para os economistas modernos não é de fato necessário que as hipóteses sejam historicamente pertinentes à questão que se examina. Com frequência, inclusive, tratam-se de hipóteses manifestamente infundadas e reconhecidas como tais. Os processos históricos passam a um segundo plano e vêm resumidos mediante estatísticas de dados ex-post... que em si mesmos não dizem respeito à natureza e direção das relações causais" (ARRIGHI, 1975:191).

As hipóteses que são formuladas para darem validade aos modelos de desenvolvimento, inclusive a hipótese de maximização de lucros no modelo de diferencial de salários, acabam limitando sua aplicação pura e simples aos casos concretos. Acabam se afastando da realidade histórica, ou como coloca ARRIGHI (1975:191): "As relações causais, ..., não provêm de uma análise histórica, e sim são impostas de fora, podendo-se dizer que mediante uma análise apriorística: todo complexo de hi

hipóteses que apareça como compatível com os 'fatos estilizados' (série de dados estatísticos) é considerado como dotado de valor explicativo, independente de sua pertinência histórica."Dessa forma e mediante o complexo de hipóteses que se formula, a utilização de modelos pode conduzir a respostas e conclusões arbitrárias e de validade apenas aparente.

Tendo essas limitações em mente é que se procurou fazer uma análise qualitativa dos fatos, procurando-se compreender o comportamento dos salários sob a perspectiva dos reais acontecimentos no processo de transformação da agricultura.

X - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E CITADA

AMIM, S. - O Capitalismo e a Renda Fundiária (a dominação do capitalismo sobre a agricultura). In: A Questão Agrária e o Capitalismo, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

ANDRADE, M.C. - Agricultura & Capitalismo, Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - Rio de Janeiro, FIBGE - Diver-  
sos anos.

ARRIGHI, G. - Colonos, Campesinos y Multinacionales. Comunicacion  
- Série B nº 49. Alberto Corazon Editor, Madri, 1975.

BACHA, E.L. - The Real Wage in Southern Brazil From 1946 to  
1977 - Seminário Interno IPE/USP, November 1978.

BACHA, E.L. - Crescimento Econômico, Salários Urbanos e Rurais:  
O Caso do Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de  
Janeiro, 9(3):585-628, dezembro 1979.

BACHA, E.L. - Crescimento Econômico, Salários Urbanos e Rurais:  
o Caso do Brasil - Réplica. Pesquisa e Planejamento Econô-  
mico, Rio de Janeiro, 10(2):645-646, agosto de 1980.

BRANT, V.C. - Desenvolvimento Agrícola e Excedentes Populacio-  
nais na América Latina. Estudos CEBRAP nº 14, Ed. Brasilien-  
se, out - nov - dez/1975.



BRESSER PEREIRA, L.C. - Economia Brasileira: Uma Introdução Crítica. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1982.

CARDOSO, J.L. - Analyse de L'evolution du Crédit Agricole au Brésil. Montpellier Faculté des Sciences Economiques de l'Université de Montpellier I, 1980, (Tese de Doutorado).

CASTRO, A.B. - 7 Ensaios sobre a Economia Brasileira, Vol. 1. Ed. Forense, Rio de Janeiro, 1972.

CASTRO, A.C. et alii - Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira; Síntese das Transformações. Binagri, Brasília, 1979.

CENSO AGROPECUÁRIO - Rio de Janeiro, FIBGE, Diversos Anos.

CONJUNTURA ECONÔMICA - Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Diversos Números.

COUTO ROSA, S.L. - Cooperativa de Volantes de Franca. Dissertação de Mestrado. Mimeo. Ribeirão Preto, 1980.

CORDEN, W.M. - Trade Policy and Economic Welfare. Oxford University Press, Oxford, 1974.

CUNHA, M. - Bóia-Fria - Ontem e Hoje. Mimeo. Ribeirão Preto-SP, 1981.

D'INCAO E MELLO, M.C. - O "Bóia-Fria": Acumulação e Miséria. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 1976.

DOBB, M. - Os Salários - Ed. Cultrix, São Paulo, 1977.

FRANK, A.G. - A Agricultura Brasileira: Capitalismo e o Mito do Feudalismo. Revista Brasiliense, 1964.

FURTADO, C. - Análise do Modelo Brasileiro, Ed. Civilização Brasileira, 5<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, 1975.



GARCIA, A.E.B. - População, Mão-de-obra e Rendimento Mensal do Trabalhador na Agricultura do Estado de São Paulo. Informações Econômicas, I.E.A., nº 9, vol. 10, São Paulo, 1980.

GASQUES, J.G. - Uma Análise dos Fatores que Afetam os Salários na Agricultura Brasileira. Tese de Doutorado apresentada à FEA/USP, São Paulo, 1981.

GASQUES, J.G. - Crescimento Econômico, Salário Urbanos e Rurais: O Caso do Brasil - Comentário. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 10(2):637-644, agosto 1980.

GASQUES, J.G. & GEBARA, J.J. - Estrutura de Emprego e Salários na Agricultura Brasileira. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 9(2):481 a 490, agosto 1979.

GASQUES, J.G.; GEBARA, J.J.; ZOCOLLER, M.M. - Agricultura de Exportação e a Disputa por Mão-de-Obra na Agricultura. Revista de Economia Rural (SOBER), Brasília, 19(2):239-257, abr./jun. 1981.

GEBARA, J.J. - A Estrutura Agrária do Município de Sertãozinho (SP) - Evolução, Caracterização e Efeitos. Dissertação de Mestrado apresentada à E.A.E.S.P./FGV, São Paulo 1976.

GOMES DA SILVA, J. - A Reforma Agrária no Brasil. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1971.

GONZALES, E. & BASTOS, M.I. - O Trabalho Volante na Agricultura Brasileira. In: XIII Reunião Anual da SOBER, Curitiba, 1975.

GRAZIANO NETO, F. - A Agricultura e Indústria: O Caso do Tomate em Taquaritinga, S.P. Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" - USP, mimeo, Piracicaba, 1977.

GRAZIANO DA SILVA, J.F. - Coord. - Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. Hucitec, São Paulo, 1978.

GUIMARÃES, A.P. - Quatro Séculos de Latifúndio, Ed. Fulgor, São Paulo, 1964.

- GUIMARÃES, A.P. - A Crise Agrária, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.
- HOFFMANN, R. & GRAZIANO DA SILVA, J.F. - A Estrutura Agrária Brasileira. In: CONTADOR, C.R. ed. - Tecnologia e Desenvolvimento Agrícola, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1975.
- HOMEM DE MELO, F.B. - Brasil: Políticas Econômicas e Agricultura no Pós-Guerra. IPE/USP (trabalho para discussão interna nº 15/77) SP, 1977.
- IANNI, O. - Notas sobre o Bóia-Fria. Escrita - Ensaio, nº 2, pg 40/45, São Paulo, 1977.
- INFORMAÇÕES ECONÔMICAS - São Paulo, Secretaria da Agricultura, Diversos Números.
- JOHNSON, B.B. & FERREIRA, F.R.M. - O Papel do Empreiteiro nas Relações de Trabalho Agrícola - trabalho apresentado no VIII Encontro de Estudos Rurais e Urbanos, CERU, mimeo, São Paulo, 1981.
- JOHNTON, B.F. & MELLOR, J.W. - The Role of Agriculture in Economic Development. American Economic Review, Vol. 11, nº 4, 1961.
- JOHNSTON, B.F. & KILBY, P. - Interrelations Between Agricultural and Industrial Growth: In: Agricultural Policy in Developing Countries, 1973.
- JOHNSTON, B.F. & KILBY, P. - Agricultura e Transformação Estrutural (Estratégias Econômicas de Países em Desenvolvimento). Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1977.
- JORGENSEN, D.W. - The Theory and Design of Economic Development, 1966.
- JORGENSEN, D.W. - The Role of Agriculture in Economic Development: Classical x Neoclassical Models of Growth. In: WARTON, C.R. - Subsistence and Economic Development, p. 320-348, 1970.
- LEWIS, A.M. - Economic Development With Unlimited Supplies of Labour. The Manchester School of Economic and Social Studies 6(2):139-191, May 1954.

- LIMA, R. - Mercado de Trabalho: O Capital Humano e a Teoria da Segmentação. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro 10(1):217-272, abril 1980.
- MACEDO, R.B.M. & GARCIA, M.E. - Salário Mínimo e Taxa de Salários no Brasil - Comentário. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 10(3):1013-1044, dez. 1980.
- MACEDO, R. - Salário Mínimo e Distribuição da Renda no Brasil. Estudos Econômicos IPE/USP, São Paulo, 11(1):43-56, março, 1981.
- MARTINS, J.S. - O Cativo da Terra. Ed. de Ciências Humanas, São Paulo, 1979.
- MENDONÇA DE BARROS, J.R. & GRAHAM, D.H. - A Agricultura Brasileira e o Problema de Alimentos. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 8(3):695-726, Dezembro de 1978.
- NICHOLLS, W.H. - An Agricultural Surplus as a Factor in Economic Development in Agrarian Economics. Journal of Political Economy, Chicago, 71(1):1-29, 1963.
- PAIVA, R.M. - Modernização e Dualismo Tecnológico na Agricultura. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 1(2): 171-234, dezembro 1971.
- PAIVA, R.M. - Os Baixos Níveis de Renda e de Salários na Agricultura Brasileira. In: CONTADOR, C.R. ed. Tecnologia e Desenvolvimento Agrícola. IPEA/INPES, p. 195-231, (monografia, 17), Rio de Janeiro, 1975.
- PRADO JR., C. - Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil. In: A Questão Agrária, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1979.
- PROGNÓSTICO - Instituto de Economia Agrícola, Secretaria da Agricultura, São Paulo - Diversos Anos.

- QUEDA, O.; GRAZIANO DA SILVA, J.F. - PINHEIRO, F.A. - Contribuição ao Estudo do Trabalho Volante no Estado de São Paulo. Departamento de Economia e Sociologia Rural, ESALQ/USP, Piracicaba, 1977.
- RANGEL, I.M. - Questão Agrária e Agricultura. Encontros com a Civilização Brasileira nº 7. Ed. Civilização Brasileira S/A, Rio de Janeiro, 1979.
- RANIS, G. & FEI, C.H. - A Theory of Economic Development. American Economic Review, Nashville, Tenn., 51(4):533-565, sep. 1961.
- RAUP, P.M. - Land Reform and Agricultural Development. In: SOUTHWORTH, H.M. & JOHNSTON, B.F. - Agricultural Development and Economic Growth. Cornell Univ. Press. Ithaca, 1970, p. 267-313.
- RESENDE LOPES, M. & SCHUH, G.E. - A Mobilização de Recursos da Agricultura: Uma Análise de Política para o Brasil. Coleção Análise e Pesquisa - Vol. 8. Comissão de Financiamento da Produção, Brasília, 1979.
- RETROSPECTIVA DA AGROPECUÁRIA - 1º Semestre de 1981, Centro de Estudos Agrícolas/IBRE/FGV, Rio de Janeiro, 1981.
- REZENDE, G.C. - Trabalho Assalariado, Agricultura de Subsistência e Estrutura Agrária no Brasil: Uma Análise Histórica. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 10(1): 179-216, abril 1980.
- ROBINSON, J. & EATWELL, J. - Introdução à Economia. Ed. Livros Técnicos e Científicos, Rio de Janeiro, 1978.
- ROBINSON, J. - Contribuições à Economia Moderna. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979.
- ROBINSON, J. - Introdução à Teoria do Emprego. Ed. Forense - Universitária, Rio de Janeiro, 1980.
- ROTHSCHILD, K.W. - Teoria dos Salários. Ed. da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1971.
- SÃO PAULO - Instituto de Economia Agrícola - Desenvolvimento da Agricultura Paulista. São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1972.

- SCHUH, G.E. - A Modernização da Agricultura Brasileira; uma interpretação. In: CONTADOR, C.R. ed. - Tecnologia e Desenvolvimento Agrícola. IPEA/INPES, p. 7-45 (monografia, 17), Rio de Janeiro, 1975.
- SENDIN, P.V. - Elaboração de um Índice de Salários Rurais para o Estado de São Paulo. Agricultura em São Paulo, São Paulo 19(2):167-190, 1972.
- SINGER, P. - Desenvolvimento e Repartição da Renda no Brasil A Controvérsia sobre Distribuição da Renda e Desenvolvimento. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1975.
- SOUSA, A.O.; BACCARIN, J.G. & GEBARA, J.J. Cooperativismo e Cooperativa de Bóias-Frias, O Caso de Franca. Mimeo, UNESP Jaboticabal, 1981.
- SOUZA, P.R. - Salário e Mão-de-Obra Excedente. Estudos CEBRAP nº 25. Ed. Vozes, São Paulo, 1979.
- SOUZA, P.R. - A Determinação de Salários em Economias Atrasadas. Estudos Econômicos, São Paulo, 10(2):103-126, 1980.
- SOUZA, P.R. & BALTAR, P.E. - Salário Mínimo e Taxa de Salários no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro 9(3):629-650, dezembro 1979.
- SOUZA, P.R. & BALTAR, P.E. - Salário Mínimo e Taxa de Salários no Brasil - Réplica. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 10(3):1045-1058, dezembro de 1980.
- SUPLICY, E.M. - Política Econômica Brasileira e Internacional. Ed. Vozes, Petrópolis, 1977.
- SUPLICY, E.M. - Produtividade e Salário no Campo. Artigo publicado na Folha de São Paulo em 21/03/82.
- THE OHIO STATE UNIVERSITY - Farm Growth in Brazil. Department of Agricultural Economics and Rural Sociology, Columbus 1975.

VERA FILHO, F. & TOLLINI, H. - Progresso Tecnológico e Desenvolvimento Agrícola. In: VEIGA, A.; Coord. - Ensaio sobre Política Agrícola Brasileira. Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, p. 87-136, São Paulo, 1979.

WEATHERFORD, W.S. - Geographic Differentials of Agriculture Wages in the United States. Cambridge. Harvard University Press, 1957.

WHITAKER, M.D. & SCHUH, G.E. - O Mercado de Trabalho Industrial no Brasil e suas Implicações para a Absorção de Mão-de-Obra. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 7(2):333-366, agosto de 1977.

ZOCKUM, M.H.G. et alii - A Agricultura e a Política Comercial Brasileira. Monografia nº 8, IPE/USP, 1976.



## APÊNDICE A

Os índices de emprego foram calculados a partir de dados de emprego do Instituto de Economia Agrícola (IEA) <sup>1/</sup>.

O emprego de mão-de-obra, expresso em homens-dia, foi calculado <sup>2/</sup> a partir dos coeficientes de utilização de mão-de-obra e da área cultivada com cada produto. O coeficiente de utilização de mão-de-obra foi coletado a partir dos custos operacionais das diversas culturas publicados em Agricultura em São Paulo e Prognóstico. Esses coeficientes, expressos em homens-dia por hectare, representam estimativas de exigências de mão-de-obra pelas culturas no Estado de São Paulo, desde o início do processo produtivo até a colheita.

Nos anos em que não existiam dados de utilização de mão-de-obra, utilizou-se o coeficiente do primeiro ano em que este foi publicado e admitiu-se que este permaneceu constante nos anos em que não existiam informações. Por exemplo, no caso de não se terem coeficientes de utilização de mão-de-obra para 1960 e 1961, admitiu-se que os mesmos se mantiveram constantes e utilizou-se para esse anos o coeficiente publicado para o ano de 1962. Quando existiam lacunas na série, estas foram preenchidas por médias sucessivas, que consistem na intercalação de médias obtidas a partir dos dados observados dos extremos.

Como o coeficiente de utilização de mão-de-obra publicado pelo IEA é estimado para uma determinada produtividade da cultura por região, corrigiu-se esse coeficiente para o estado, multiplicando-o por um fator de correção, estimado pelo quociente entre a produtividade observada da cultura para o estado e a produtividade admitida no cálculo dos custos operacionais por região.

Nos casos em que apareciam tecnologias diferentes para um determinado produto, admitiu-se a mais representativa e no caso de várias tecnologias, consideradas igualmente importantes, a tecnologia utilizada foi a média entre essas tecnolo

---

<sup>1/</sup> Informações fornecidas pelo Banco de Dados do I.E.A.

<sup>2/</sup> Ver GASQUES et alii (1981) - pag. 256-257



gias consideradas de igual expressão. A escolha da tecnologia representativa foi feita com base no que se conhece sobre as regiões.

Obtidos os coeficientes de utilização de mão-de-obra por hectare, multiplicaram-se esses coeficientes pela área em hectares para cada produto do Estado de São Paulo, obtendo-se assim, o emprego de homens-dia. De posse desses dados para os anos da série, construiu-se o índice emprego agrícola.

O índice de produção agrícola em São Paulo é um índice de quantidade calculado pelo método de Laspeyres, ponderado pelo preço do ano base (1948 = 100), ou seja:

$$I_L = \frac{\sum_{i=1}^j Q_n \cdot P_o}{\sum_{i=1}^j Q_o \cdot P_o} \cdot 100 \quad \text{onde,}$$

$I_L$  = Índice de Laspeyres (Índice ponderado de quantidade)

$Q_n$  = Quantidade dos produtos no ano n

$Q_o$  = Quantidade dos produtos no ano base (1948)

$P_o$  = Preço dos produtos no ano base (1948)

n = 1948 a 1980 (anos)

i = 1, 2, ... j (produtos)

Na tabela 24 considerou-se  $i = 1, 2, \dots, j = 17$ , ou seja levou-se em conta os 17 principais produtos vegetais do Estado de São Paulo, a saber: mamona, laranja, soja, amendoim, cana-de-açúcar, algodão, café, chá verde, feijão, cebola, batata, banana, arroz, mandioca, milho, tomate e trigo.

Para o caso dos produtos exportáveis (tabela 25), considerou-se  $i = 1, 2, \dots, j = 8$  levando-se em consideração os seguintes produtos: mamona, laranja, soja, amendoim, cana-de-açúcar, algodão, café e chá verde. Para o caso dos produtos de consumo doméstico (tabela 26), considerou-se  $i = 1, 2, \dots, j = 9$  levando-se em consideração os seguintes produtos: feijão, cebola, batata, banana, arroz, mandioca, milho, tomate e trigo.

## APÊNDICE B

Na tabela 1 desse apêndice calculou-se o índice de emprego na agricultura no Estado de São Paulo de forma semelhante ao que foi feito para o caso do Brasil e portanto diferente da tabela 24 do corpo do texto.

Usaram-se dados dos Censos Agrícolas, referentes a população ocupada nos anos de 1960, 1970 e 1975. Estimou-se que o índice de emprego na agricultura diminuiu de 1,94% ao ano no período 1960-70, mesma taxa de queda da população ocupada na agricultura nesse período e 0,79% ao ano no período 1970-80, mesma taxa de queda da população ocupada na agricultura no período 1970-75.

Da mesma forma que a tabela 24 do texto mostrou, esta também mostra que os índices de salário produto não acompanham o crescimento do índice de produto da agricultura por pessoa empregada, significando que os produtores se apropriam de grande parte do acréscimo de produtividade da mão-de-obra.

No período 1960-80, o produto por trabalhador empregado cresceu 130% enquanto os salários dos residentes, volantes e tratoristas cresceu bem menos, ou seja, 19%, 52% e 12% respectivamente, considerando-se apenas os anos inicial e final do período, em que pese ocorrerem anos dentro da série em que o índice de salário cresce mais que o índice de produtividade, porém em termos de tendência os salários não seguem o mesmo ritmo que o ganho de produtividade.

É interessante lembrar que os índices de produtividade da mão-de-obra calculados através do índice de emprego obtido a partir dos coeficientes de utilização de mão-de-obra e da área cultivada com cada produto (dados do I.E.A. - S.P.) levaram em consideração apenas os 17 principais produtos vegetais do Estado de São Paulo. Considera-se a exigência efetiva de trabalho (homens-dia) para obtenção de determinado produto, ou seja, considera-se a quantidade de trabalho utilizada do plantio à colheita que é a informação usada no cálculo dos custos operacionais realizados pelo I.E.A. É a quantidade de trabalho usada diretamente no processo produtivo. Assim sendo pode ocorrer uma superestimação do índice de produtividade da

mão-de-obra, pois não se considerou o tempo utilizado em ativ  
dades indiretas. Essa eventual superestimativa não deve ser  
maior que a subestimativa de se utilizar a população ocupada  
num determinado período do ano - época da informação do IBGE  
- e que não fica empregada o ano todo. É o caso típico do Es  
tado de São Paulo que tem grande quantidade de mão-de-obra tem  
porária.

Tabela 1 - Índices de produção agrícola, emprego agrícola, produtividade do trabalho, salário produto, para diaristas residentes, volantes e tratoristas no Estado de São Paulo, 1960-1980, Base 1960 = 100

| Anos | Produto Agrícola | Emprego Agrícola | Produtividade de Trabalho | Salário Produto      |          |             |
|------|------------------|------------------|---------------------------|----------------------|----------|-------------|
|      |                  |                  |                           | Diaristas Residentes | Volantes | Tratoristas |
| 1960 | 100              | 100              | 100                       | 100                  | 100      | 100         |
| 1961 | 113              | 98               | 115                       | 93                   | 113      | 90          |
| 1962 | 103              | 96               | 107                       | 84                   | 100      | 81          |
| 1963 | 120              | 94               | 128                       | 80                   | 92       | 78          |
| 1964 | 88               | 92               | 96                        | 84                   | 93       | 81          |
| 1965 | 138              | 91               | 152                       | 115                  | 135      | 144         |
| 1966 | 120              | 89               | 135                       | 107                  | 128      | 120         |
| 1967 | 122              | 87               | 140                       | 129                  | 137      | 123         |
| 1968 | 108              | 85               | 127                       | 139                  | 162      | 126         |
| 1969 | 105              | 84               | 125                       | 121                  | 134      | 130         |
| 1970 | 127              | 82               | 155                       | 132                  | 149      | 129         |
| 1971 | 130              | 82               | 159                       | 132                  | 149      | 131         |
| 1972 | 143              | 81               | 177                       | 133                  | 153      | 125         |
| 1973 | 130              | 80               | 163                       | 123                  | 134      | 112         |
| 1974 | 138              | 80               | 173                       | 136                  | 162      | 118         |
| 1975 | 123              | 79               | 156                       | 138                  | 163      | 125         |
| 1976 | 129              | 78               | 165                       | 114                  | 145      | 104         |
| 1977 | 146              | 78               | 187                       | 115                  | 148      | 107         |
| 1978 | 140              | 77               | 182                       | 128                  | 165      | 123         |
| 1979 | 167              | 77               | 217                       | 125                  | 156      | 119         |
| 1980 | 175              | 76               | 230                       | 119                  | 152      | 112         |

Fonte: Dados básicos: IEA e FIBGE.